

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Escola Politécnica

Programa de Engenharia Urbana

**O BAIRRO DE VARGEM GRANDE: RECOMENDAÇÕES PARA A
VALORIZAÇÃO DA CULTURA EM SEU DESENVOLVIMENTO**

João Pedro Maciente Rocha

2018



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Escola Politécnica

Programa de Engenharia Urbana

João Pedro Maciente Rocha

O BAIRRO DE VARGEM GRANDE: RECOMENDAÇÕES PARA A
VALORIZAÇÃO DA CULTURA EM SEU DESENVOLVIMENTO

Rio de Janeiro
2018



UFRJ

João Pedro Maciente Rocha

O BAIRRO DE VARGEM GRANDE: RECOMENDAÇÕES PARA A VALORIZAÇÃO DA CULTURA EM SEU DESENVOLVIMENTO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientadora: Prof. Claudia Ribeiro Pfeiffer. D.Sc.

Rio de Janeiro
2018

ROCHA, João Pedro Maciente
O BAIRRO DE VARGEM GRANDE: RECOMENDAÇÕES PARA A
VALORIZAÇÃO DA CULTURA EM SEU DESENVOLVIMENTO / João Pedro
Maciente Rocha. – 2018.

149 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica,
Programa de Engenharia Urbana, Rio de Janeiro, 2018.

Orientadora: CLAUDIA RIBEIRO PFEIFFER

1.Cultura Local 2. Desenvolvimento Urbano 3. Vargem Grande 4. Participação
Popular 5. Planejamento Urbano I. Pfeiffer, Claudia Ribeiro. II. Universidade
Federal do Rio de Janeiro. Escola Politécnica. III. Título. O Bairro de Vargem
Grande: Recomendações para a Valorização da Cultura em seu Desenvolvimento.



UFRJ

O BAIRRO DE VARGEM GRANDE: RECOMENDAÇÕES PARA A VALORIZAÇÃO DA CULTURA EM SEU DESENVOLVIMENTO

João Pedro Maciente Rocha

Orientadora: Prof^a.Claudia Ribeiro Pfeiffer, D.Sc.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Aprovado pela Banca:

Presidente, Prof^a CLAUDIA RIBEIRO PFEIFFER, D.Sc., Programa de Engenharia Urbana/POLI/UFRJ

Prof^a.GISELE SILVA BARBOSA, D. Sc., Programa de Engenharia Urbana/POLI/UFRJ

Prof^a MARIA JULIETA NUNES, D.Sc., IPPUR/UFRJ

Rio de Janeiro
2018

DEDICATÓRIA

Aos que aqui não puderam chegar, porque não lhes foram dadas a oportunidade de escolher e levar o tipo de vida que valorizam.

À luta de muitos que buscam preservar aquilo que não ficará para eles.
Aos que entendem que a beleza está no diverso, e que o respeito, a empatia e o amor estão acima de qualquer coisa.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Renato e Leonor, que me apoiam em qualquer coisa que faço, aos familiares e amigos que comemoram qualquer caminho que escolho, em especial minhas queridas revisoras Beatriz e Tatiane, a minha irmã Ana Carolina, que apenas por existir me torna mais humano e a minha orientadora Claudia Pfeiffer que me ajudou a tomar decisões assertivas em uma caminhada ramificada.

Passaram 126 anos

Já não se ouve mais
 O assovio do açoite
 Nem o tilintar dos grilhões
 Sons que por muitos anos
 Atormentaram corações

Sois livres, partam!
 Curem as suas feridas
 Esqueçam o horror da senzala
 Reconstruam suas vidas

Os negros desnorreados
 Libertos enfim dos seus nós
 Ocuparam uma imensa área
 Os ermos dos cafundós

Foi ali que em pouco tempo
 Começaram a surgir
 Vários núcleos familiares
 Que contarei a seguir

Cafundá, Morro Redondo
 Eram os maiores que tinha
 Também o Sítio das Moças
 E a Toca da Farinha

Era nessa famosa toca
 Que os escravos foliões
 Quando deixavam o trabalho
 Faziam reuniões

O núcleo do Cafundá
 Fundado por meu avô
 Se destacou bem depressa
 Como o maior produtor

Nesse núcleo em pouco tempo
 Com as famílias unidas
 Um casal se destacou
 Seu Celso e Dona Astrogilda

Seu Celso e Dona Astrogilda
 Dentro da comunidade
 Fundaram um centro espírita
 Para fazer caridade

Não cobravam um centavo
 Pelas curas que faziam
 Ela com os Orixás
 Ele com homeopatia

Como o caçula da família
 Tenho a maior devoção
 Mantenho o altar dos santos
 Preservando a tradição

Aprendi muito com eles
 Histórias lindas ouvi
 Sobre os que já eram mortos
 Mas muitos eu conheci

Bibiano, Antônio Virgulino
 Nonô Cárdia e Sino
 Joaquim Querozene, Vico Pereira
 Chico da Chácara e Nonô

Nessas terras nós nascemos
 Vivemos com abundância
 Hoje somos ameaçados
 Pelo fantasma da ganância

Senhores governantes
 Controlem seu egoísmo
 Nos tirar da nossa Terra
 Pra dar ao capitalismo.

Reconheçam Nosso Quilombo
 E nos deixem ajudar
 Nós que nascemos aqui
 É que sabemos preservar;

Pingo Mesquita

(Griô do Quilombo Cafundá Astrogilda)

RESUMO

ROCHA, João Pedro Maciente. **O BAIRRO DE VARGEM GRANDE: RECOMENDAÇÕES PARA A VALORIZAÇÃO DA CULTURA EM SEU DESENVOLVIMENTO.** Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

O crescimento das cidades não vem acontecendo de maneira planejada, de forma a promover a tão almejada justa distribuição do bem-estar no território, dissertada incessantemente nas legislações brasileiras. Esse é o caso do Rio de Janeiro e do bairro de Vargem Grande. Nos últimos nove anos, o bairro ganhou uma nova legislação de uso e ocupação do solo, intitulada Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens (Lei Complementar 104 de 2009). Esta lei impôs à região novos parâmetros urbanísticos, com o propósito explícito de contribuir para que o local cresça com uma dinâmica similar aos bairros vizinhos, o que traz dificuldades para a cultura local. Após alguns anos de implantação da lei, inicia-se um processo de construção de nova legislação por parte do poder público mais adequada a região. O objetivo geral deste trabalho é contribuir para a incorporação da cultura em projetos de desenvolvimento local. De forma específica, pretende identificar em que medida o novo PEU das Vargens incorpora a cultura no desenvolvimento que visa promover na região. Nesse sentido, apresenta os conceitos de desenvolvimento e cultura que toma por referência em sua análise; a história da região e as características de sua cultura; e analisa os diferentes projetos de desenvolvimento propostos para o bairro, ao longo dos anos, e quais seus impactos e possíveis impactos no modo de vida e práticas cotidianas. Para identificar as características e a cultura do bairro, foi realizado um breve levantamento bibliográfico e documental. Nesse sentido, foram também aplicados questionários junto à população que mora e frequenta a região, para compreender a visão, a dinâmica e os anseios para o futuro do bairro. A análise demonstrou que, assim como as demais legislações de uso e ocupação do solo que envolvem Vargem Grande, o PEU das Vargens propõe um modelo de desenvolvimento voltado, sobretudo, para o ganho de capital imobiliário, em detrimento da supressão de áreas verdes, alagadiças e de grande importância ambiental. O modelo também desprivilegia a cultura local, na medida em que propõe infraestruturas descompassadas com o modelo atual e que certamente influenciará na mudança de padrões de relacionamento e de interação sociocultural e ambiental. Como alternativa ao que foi proposto no PEU das Vargens, foi elaborado o Plano Popular das Vargens, que apresentou novas visões de desenvolvimento, com foco no estímulo à cultura local e à preservação ambiental.

Palavras Chave: 1. Cultura Local 2. Desenvolvimento Urbano 3. Vargem Grande 4. Participação Popular 5. Planejamento Urbano

ABSTRACT

Rocha, Joao Pedro Maciente. **VARGEM GRANDE NEIGHBORHOOD: RECOMMENDATIONS FOR THE VALORIZATION OF CULTURE IN ITS DEVELOPMENT.** Rio de Janeiro, 2018. Master's Thesis – Urban Engineering Program, Polytechnic School, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

The growth of cities has not been happening in a planned way, in order to promote the much-desired fair distribution of well-being in the territory, discarded incessantly in Brazilian legislations. This is the case of Rio de Janeiro and the neighborhood of Vargem Grande. In the last nine years, the neighborhood has gained new land use legislation, called the Vargem Structural Plan (PEU) (Complementary Law 104 of 2009). This law imposed on the region new urban parameters, with the clear goal of contributing to the local growth with a similar dynamic to the neighboring neighborhoods, which hinders the local culture of Vargem Grande. After a few years of implementation of the law, a process of construction of new legislation is initiated by the public power, more appropriate to the region. The general objective of this work is to contribute to the incorporation of cultural aspects into local development projects. Specifically, it intends to identify to what extent the new 'PEU das Vargens' (the law) incorporates the culture in the proposed development for the region. In this sense, we present the concepts of development and culture taken as reference in the analysis; the history of the region and the characteristics of its culture; and analyzes the different development projects proposed for the neighborhood, over the years, and their impacts and possible impacts on the way of life and daily practices. To identify the characteristics and culture of the neighborhood, a brief bibliographical and documentary survey was carried out. In this sense, questionnaires were also applied to the population that lives and frequents the region, to understand the vision, the dynamics and the yearnings for the future of the neighborhood. The analysis showed that, like the other legislation on land use and occupation involving Vargem Grande neighborhood, the 'PEU das Vargens' proposes a development model focused mainly on real estate capital gains, to the detriment of the suppression of green areas, swamps and of great environmental importance. The model also undermines the local culture, since it proposes infrastructures that are out of step with the current model and that will certainly influence the changing patterns of relationship and socio-cultural and environmental interaction. As an alternative to what was proposed in the 'PEU das Vargens', the Popular Plan of Vargens area was drawn up, which presented new development visions, focused on stimulating local culture and environmental preservation.

Keywords: 1. Local Culture 2. Urban Development 3. Vargem Grande neighborhood 4. Social Participation 5. Urban and Territorial Planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capela Mont Serrat, a construção mais alta da região.....	26
Figura 2 - Como funcionava as carvoarias no período.....	29
Figura 3 - Conjunto de Ateliês e restaurantes da região, mapeados para o II Festival de Arte e Gastronomia das Vargens.....	43
Figura 4 - Conjunto de Unidades de Conservação inseridos no MRJ.....	46
Figura 5 - Palmeira de onde se extrai o Palmito Juçara.....	47
Figura 6 - Principais zonas de abastecimento de hortifrutigranjeiros da cidade do Rio de Janeiro, em destaque o bairro de Vargem Grande.....	52
Figura 7 - Disposição dos bananais nas encostas dos maciços da Pedra Branca e Gericinó.....	53
Figura 8 - Banana Maravilha na feira da Roça de Vargem Grande.....	54
Figura 9 - Projeto Profito - curso de capacitação em plantas medicinais 2010-2011	55
Figura 10 - Práticas agroecológicas na região do Maciço da Pedra Branca.....	56
Figura 11 - Plano Piloto para a urbanização da baixada compreendida ente a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá.....	62
Figura 12 - Área de exploração mineral em Vargem Pequena.....	70
Figura 13 - Em vermelho as novas construções que poderiam ser feitas a partir dos parâmetros do PEU 2009.....	72
Figura 14 - Abrangência do PEU das Vargens 2015.....	74
Figura 15 - Cartaz de divulgação das datas da Audiência Pública para discussão do PEU das Vargens.....	80
Figura 16 - Os 5 pontos de Denúncia da APP Vargens.....	81
Figura 17 - Integrante do Quilombo do Camorim compartilhando conhecimento junto aos presentes.....	82
Figura 18 - Sandro, Giovana e Carlos apresentando as ideias da APP Vargens e os desafios do bairro de Vargem Grande.....	83
Figura 19 - Equipe da APP Vargens junto aos pesquisadores do NIPP.....	83
Figura 20 - Cartaz do encontro e círculo de boas-vindas.....	84
Figura 21 - Notícia do jornal o Globo sobre a realização do evento.....	84
Figura 22 - Encontro da APP Vargens realizado na AMAVAG.....	85
Figura 23 - Aula aberta do curso de planejadores populares.....	86
Figura 24 - Momento de fala de João Pedro Rocha, representante da APP Vargens....	87
Figura 25 - Faixa de divulgação da feira da Prosperidade para construção do Plano Popular Caetés.....	88
Figura 26 - Folheto de divulgação do quarto encontro da APP Vargens.....	89
Figura 27 - Cartaz de divulgação do 4º encontro, com foco na alimentação saudável. .	90
Figura 28 - Fotos da Feira da Roça.....	91
Figura 29 - Matéria sobre o Plano Popular das vargens no maior jornal de circulação do país. Fonte: Jornal O Globo 2017.....	91
Figura 30 - Quintal produtivo localizado na Estrada do Pacuí, 643, Vargem Grande...	95
Figura 31 - Rios e canais da área do PEU das Vargens.....	95
Figura 32 - Fauna e flora presentes na área de brejo desenhada para ocupação no projeto PEU das vargens.....	96
Figura 33 - Ilustrações sobre as proposições do projeto para navegabilidade dos canais.....	96
Figura 34 - Análise comparativa de foto de satélite sobre área do PEU das Vargens....	97
Figura 35 - Placa de <i>wayfinding</i> feita pelo Espaço Canto do Rio mesclando locais reais e fictícios na região para promoção do turismo comunitário.....	98

Figura 36 - Imagem ilustrativa de um sistema de Evapotranspiração.....	99
Figura 37 - Atividade de construção coletiva do sistema de Evapotranspiração no Quilombo Cafundá Astrogilda.	99
Figura 38 - Instalação do Antigo Colégio Cidade e fotografia aérea do espaço da escola.	100
Figura 39 - Sistema de Transporte Público proposto no PEU das Vargens (PLC140/2015).	101
Figura 40 - Uso dos transportes ativos como relevante modal no bairro de Vargem Grande.	101
Figura 41 - Placa de identificação no Quilombo Cafundá Astrogilda com sua respectiva história.	102
Figura 42 - Esqueleto do local onde já foram propostos um lixão e um cemitério para a região.	104
Figura 43- Nuvem de palavras elaborada para pergunta “O que é Vargem Grande para você?”	117
Figura 44 - Igreja Mont Serrat, Praça agapanto, Espaço Nectar e Maciço da Pedra Branca.	118
Figura 45 - Barra de Guaratiba (RJ), Cidade do Interior de Minas, Visconde de Mauá (RJ) e Lumiar (RJ).	118
Figura 46 - Dona Nata e Pingo, ambos já falecidos.	119
Figura 47 - Algumas plantas medicinais citadas pelos entrevistados e suas funções no organismo	123
Figura 48 - Alunos da Escola Municipal Frei Gaspar conhecendo o Quilombo e ouvindo as histórias de Sandro Silva, filho do Griô Pingo.....	124
Figura 49 - Pessoas andando a cavalo nas ruas de Vargem Grande.....	127
Figura 50 - Duplicação da Estrada dos Bandeirantes e supressão das árvores centenárias do bairro.....	128
Figura 51 - Festa Junina da Igreja São Sebastião e Ensaio do G.R.E.S. Unidos das Vargens no Pontal Country clube.....	129
Figura 52 - Nuvem de palavras sobre os principais termos que definem a identidade do bairro.....	131
Figura 53 - Horta comunitária no Morro da Formiga, na Tijuca, bairro da zona norte do Rio de Janeiro, faz parte do Projeto Hortas Cariocas.....	142
Figura 54 - Áreas alagáveis com uso recreativo e educativo.	143
Figura 55 - Fotos do Pontal Country Clube, localizado em Vargem Grande.....	144
Figura 56 - Modelo de Casa Sustentável.	145
Figura 57 – Modelos <i>traffic calming</i> (estratégia de segurança viária) e Ciclovias Arborizadas.....	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Mudança das características do solo da região do PEU das Vargens.	49
Tabela 2 - Tabela comparativa de índices construtivos de diferentes legislações urbanísticas propostas para o bairro de Vargem Grande.	64
Tabela 3 - Programa inicial das aulas do curso de Planejadores Populares.	86
Tabela 4 - Ações sugeridas para melhorar a vida de diferentes atores em Vargem Grande	134
Tabela 5 - Legislações que abrangem o bairro de Vargem Grande e alguns enfoques relevantes.	136
Tabela 6 - Conceito de desenvolvimento que orienta o trabalho e as propostas de desenvolvimento do PEU, do PPV e da pesquisa.	139

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Carvoarias mapeadas ao longo do Parque da Pedra Branca.	30
Mapa 2 - Localização do bairro de Vargem Grande, em relação a região metropolitana do Rio de Janeiro.	31
Mapa 3 - Índice de Desenvolvimento Social por bairro - Município do Rio de Janeiro (seta indicando o bairro de Vargem Grande).....	33
Mapa 4 - Abastecimento de Água da rede geral distribuído por setores censitários.....	35
Mapa 5 - Domicílios com lixo acumulado nas ruas do entorno distribuído por setores censitários.	36
Mapa 6 - Existência de pavimentação no entorno de domicílios, distribuídos por setores censitários.	38
Mapa 7 - Existência de calçada no entorno de domicílios, distribuídos por setores censitários.	38
Mapa 8 - Domicílios com bueiro/boca-de-lobo no entorno, distribuídos por setores censitários.	39
Mapa 9 - Domicílios com esgoto a céu aberto no entorno, distribuídos por setores censitários.	40
Mapa 10 - Rios que cortam a área do projeto PEU das Vargens.	41
Mapa 11 - Equipamentos Urbanos georreferenciados no bairro de Vargem Grande.....	42
Mapa 12 - Domicílios sem arborização no entorno, distribuídos por setor censitário ...	45
Mapa 13 - Hidrografia da baixada de Jacarepaguá, com destaque para a área do PEU das Vargens 2009	48
Mapa 14 - Evolução de fragmentos urbanos sobre as áreas frágeis ambientalmente.....	49
Mapa 15 - Área sugerida para criação de Unidade de Conservação.	50
Mapa 16 - Áreas de planejamento da cidade do Rio de Janeiro.....	57
Mapa 17- Projeto da PCRJ sobre as áreas de Interesse Agrícola.	67
Mapa 18 - Mapa síntese das principais propostas do PPV.....	103
Mapa 19 - Localização de Moradia dos Entrevistados.....	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Variação do preço do m ² de Vargem Grande.....	43
Gráfico 2 - Legislações em ordem cronológica apresentadas no texto.	77
Gráfico 3 - Faixa etária dos Entrevistados.....	107
Gráfico 4 - Divisão por gênero.	108
Gráfico 5 - Distribuição dos entrevistados por cor/raça.	108
Gráfico 6 - Grau de escolaridade dos entrevistados.	109
Gráfico 7 - Áreas de atividade profissional dos entrevistados.	110
Gráfico 8 - Relação do entrevistado com o bairro.	111
Gráfico 9 - Tempo de vivência no bairro de Vargem Grande.	113
Gráfico 10 - Locais mais frequentados no bairro pelos entrevistados.....	113
Gráfico 11 - Divisão modal nos deslocamentos intrabairro.	115
Gráfico 12 - Divisão modal do dia a dia dos entrevistados.	115
Gráfico 13 - As áreas de maior problema de Vargem Grande segundo os entrevistados.	126
Gráfico 14 - "Eu entendo desenvolvimento como algo prioritariamente...".	132
Gráfico 15 - Modelo de desenvolvimento desejado para Vargem Grande.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEI – Área de Especial Interesse	IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e regional
AGROPRATA – Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca	MUP – Movimento União Popular
AGROVARGEM – Associação de Agricultores de Vargem Grande	NEPLAC – Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual
ALCRI – Associação de Lavradores e Criadores de Jacarepaguá	NIPP – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa da Paisagens
AMAVAG – Associação de Moradores e Amigos de Vargem Grande	PA – Projeto de Alinhamento
AP – Área de Planejamento	PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
APA – Área de Proteção Ambiental	PD – Plano Diretor
APAC – Área de Proteção do Ambiente Cultural	PEPB – Parque Estadual da Pedra Branca
APP Vargens – Articulação do Plano Popular das Vargens	PEU – Plano/Projeto de Estruturação Urbana
CEPAC – Certificado de Potencial de Adicional Construtivo	PL – Projeto de Lei
CRJ – Cidade do Rio de Janeiro	PLAN-RIO – Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro
DAP – Declaração de Aptidão do Pronaf	PPV – Plano Popular das Vargens
EDI – Espaço de Desenvolvimento Infantil	PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
ETTERN – Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza	PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz	PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
FRAC – Feira da Roça, Agroecologia e Cultura	PUB-RIO – Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Rede CAU – Rede Carioca de Agricultura Urbana
IDS – Índice de Desenvolvimento Social	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
INEA – Instituto Estadual do Ambiente	VG – Vargem Grande

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 TEMA, JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO	16
1.2 OBJETIVOS, HIPÓTESE E METODOLOGIA	18
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO	19
2 ARCABOUÇO TEÓRICO	21
3 VARGEM GRANDE: HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO	25
3.1 HISTÓRIA DE VARGEM GRANDE	25
3.2 CARACTERÍSTICAS DO BAIRRO DE VARGEM GRANDE	31
3.2.1 A população de Vargem Grande	32
3.2.2 Cor e Raça	32
3.2.3 Alfabetização	32
3.2.4 Renda	32
3.2.5 Postos de Trabalho	34
3.2.6 Tipo de Domicílio	34
3.2.7 Água, Esgoto e Resíduos	34
3.2.8 Energia Elétrica	36
3.2.9 Dados do entorno do domicílio	36
3.2.10 Equipamentos públicos e cultural	41
3.2.11 Empreendimentos característicos do bairro de Vargem Grande	42
3.2.12 Valorização imobiliária	43
3.3 CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DO BAIRRO DE VARGEM GRANDE	44
3.3.1 Arborização	45
3.3.2 O Parque Estadual da Pedra Branca	45
3.3.3 Proposta de criação de Unidade de Conservação	47
3.4 SABERES LOCAIS	51
4 OS PLANOS PARA DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO	57
4.1 O CONCEITO DO PEU AO LONGO DOS ANOS	57
4.2 O DESENVOLVIMENTO PROPOSTO A REGIÃO SEGUNDO AS	
LEGISLAÇÕES	60
4.2.1 O início com o Plano Lúcio Costa	60
4.2.2 O Decreto nº 3046 de 1981	62
4.2.3 Plano diretor de 1992	64
4.2.4 Projetos PEU das Vargens: de 2004 a 2015	68
4.2.5 – Maior detalhamento do PL140 de 2015 (PEU das Vargens)	74
4.2.6 – Legislações pós PEU de 2015	77
5 INICIATIVA POPULAR PARA DESENVOLVIMENTO DO BAIRRO	79
5.1 O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO POPULAR E SEUS	
RESULTADOS	79
5.1.1 Criação e consolidação da Articulação do Plano Popular das Vargens	79
5.2 PROPOSTAS DO PLANO POPULAR	92
5.2.1 Morar e Plantar	94
5.2.2 Água, Qualidade Ambiental e Áreas de Preservação	95
5.2.3 Agroecologia	97

5.2.4 Infraestrutura, Espaços e Equipamentos Públicos	98
5.2.5 Mobilidade Urbana.....	100
5.2.6 Quilombos e tradições.....	102
5.3 ORGANIZAÇÕES POPULARES NA REGIÃO.....	104
6 VARGEM GRANDE ATRAVÉS DA PESQUISA REALIZADA COM A POPULAÇÃO	106
6.1 SEÇÃO UM – SOBRE VOCÊ.....	107
6.2 SEÇÃO DOIS – VOCÊ E O BAIRRO.....	110
6.2.1 Mobilidade no Bairro	114
6.2.2 O que é Vargem Grande pelos olhos dos Entrevistados.....	116
6.2.3 A agricultura.....	120
6.3 SEÇÃO TRÊS - CULTURA E DESENVOLVIMENTO	127
6.3.1 Identidade	129
6.3.2 O tal do Desenvolvimento	131
6.3.3 O PEU das Vargens.....	133
6.4 SEÇÃO QUATRO - PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	135
7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA O FUTURO DO BAIRRO ...	136
7.1 RECOMENDAÇÕES PARA O FUTURO DO BAIRRO	141
7.1.1. Revisitando as propostas e novas ideias para o bairro.....	142
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
ANEXO I – TABELA DESCRITIVA DE DADOS UTILIZADOS PARA ANÁLISE DE CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO E VARGEM GRANDE.....	154

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA, JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

Atualmente, cerca de 54% da população mundial vive nas cidades. Em 2050, esse número será de 66% (ONU, 2015). No Brasil, segundo o último CENSO¹, 84,4% da população já é urbana. Hoje, a cidade pode ser considerada uma das mais interessantes invenções do ser humano. É nela que temos o número maior de relações sociais acontecendo e está a vitalidade econômica, social e cultural. Mas, também é nas cidades que se encontram os grandes conflitos socioeconômicos. O crescimento das cidades não vem acontecendo de maneira planejada a fim de promover uma justa distribuição do território e o tão almejado bem-estar dissertado incessantemente nas legislações brasileiras, em especial no texto do Estatuto da Cidade (Lei nº10.257/2001).

No Município do Rio de Janeiro, segundo seu plano diretor, 100% do território é urbano. Contudo, ao se deslocar pelo território de 1200,3 km², é possível atravessar parques, florestas e grandes áreas agriculturáveis. Dinâmicas e ambientes por vezes ignorados no planejamento urbano, bem como bairros, sub-bairros e aglomerados urbanos totalmente impossibilitados de acessar às oportunidades que a cidade tem a oferecer e de, conseqüentemente, desenvolver seu potencial econômico, social, ambiental e cultural.

A zona oeste da cidade possui grande parte desses espaços descritos, e seu crescimento precisa ser (re)pensado a partir de uma dinâmica que considere suas características sociais, econômicas e culturais e não apenas sua capacidade de expansão e de construção edilícia.

Neste trabalho, o objeto de estudo será o bairro de Vargem Grande. Bairro “vizinho” à Barra da Tijuca, foco do mercado imobiliário nos últimos anos. A região é cercada pelo Parque Estadual da Pedra Branca e possui grandes glebas de terra ora sem ocupação urbana, outra com baixíssima ocupação, representando um importante ecossistema para a cidade do Rio de Janeiro.

Nos últimos nove anos, a região ganhou uma maior atenção do mercado imobiliário a partir da nova legislação de uso e ocupação do solo, intitulada Plano de Estruturação Urbana PEU das Vargens (Lei Complementar 104 de 2009). Esta lei impôs

¹ Informações do CENSO 2010, realizado pelo IBGE. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/10/em-2030-90-da-populacao-brasileira-vivera-em-cidades>

à região novos parâmetros urbanísticos que possibilitaram o local crescer com uma dinâmica similar aos bairros vizinhos.

Todavia, os padrões de crescimento de uma região devem levar em conta suas características sociais, econômicas e, principalmente, culturais, como as práticas cotidianas, visto que a cultura organiza e dá sentido à existência das pessoas (PFEIFFER, 2012). Questões essas não observadas na redação da legislação vigente e nas ações dos empreendedores imobiliários.

Ao morar na região há 24 anos, é possível observar, ao longo do tempo, as transformações urbanas e sociais, mas também as características mantidas por todos esses anos. A motivação para este trabalho sustenta-se no anseio de manter preservada as características desse bairro, pacato e ainda com práticas agrícolas, de forma a não interromper o processo de desenvolvimento do mesmo, mas, sim, incorporar ao planejamento essas dinâmicas que dão identidade a região conhecida também como “Sertão Carioca”.

Com isso, para entender Vargem Grande, é preciso entender em qual contexto de desenvolvimento e em qual modelo de cidade o bairro se insere. A partir disso, é necessário fazer um amplo diagnóstico sobre o bairro. Entender as atividades sociais e econômicas que são tradicionais na região. Conhecer a população local, saber suas características socioeconômicas, suas práticas cotidianas e planejar como mantê-las no espaço desenvolvido. Como preservar paisagens existentes no espaço, considerando atributos sociais, físicos e culturais, conciliando interesses distintos, desejos, ambições e necessidades.

Segundo Cardeman (2014, p. 159),

A resposta a esses itens poderá subsidiar a determinação de demanda de infraestrutura necessária ou desejável para a sua ocupação. Concluindo-se pela ocupação desta região, devem-se formular métodos de análises e proposições que vão do entendimento da área, desde sua escala regional até a escala do lugar, aproximando nosso olhar aos detalhes que determinarão questões como: tipos de quadras e parcelamentos, bem como parâmetros de uso e ocupação.

Indo além, a resposta a esses itens poderá determinar o modelo de bairro que se deseja além de questões urbanísticas. Em tempos de teoria da cidade como mercadoria, em que todas as dinâmicas se padronizam, o entendimento do processo de urbanização com características locais onde a cultura e os diferentes ecossistemas sejam considerados, recuperam uma característica importante que faz das regiões e bairros da cidade objetos tão peculiares: seus diferentes processos de formação e práticas cotidianas.

1.2 OBJETIVOS, HIPÓTESE E METODOLOGIA

O objetivo geral deste trabalho é contribuir para a incorporação da cultura em projetos de desenvolvimento local. O objetivo específico: analisar os diferentes projetos de desenvolvimento propostos para o bairro de Vargem Grande, ao longo dos anos, e quais seus possíveis impactos no modo de vida e práticas cotidianas dos moradores e frequentadores da região. E, particularmente, os impactos do atual modelo de desenvolvimento definido pelo poder público para a região das Vargens.

Parte-se da hipótese que o modelo de desenvolvimento proposto pelo poder público não privilegia a cultura local do bairro de Vargem Grande, e de que este modelo pode contribuir para um desaparecimento ou enfraquecimento da mesma junto à população. Acredita-se que o planejamento urbano hoje – mais propriamente os planos de uso e ocupação do solo – passam por cima da herança histórica dos lugares e arrasam as práticas locais consolidadas pelas relações locais no tempo.

Para balizar a análise dos possíveis impactos do PEU das Vargens na cultura e no desenvolvimento do bairro, são apresentados os conceitos de cultura e desenvolvimento que orientam o trabalho. De forma ampla, os conceitos são elementos em disputa na definição de cidade e não se pretende neste trabalho esgotar a discussão.

O que aqui é apresentado são elementos que podem e devem ser considerados na elaboração de projetos urbanísticos.

Como metodologia, a fim de identificar as características e a cultura do bairro de Vargem Grande, foi realizado um breve levantamento bibliográfico e documental da região. Foram usados como referência os bancos de dado do IBGE e da PNAD, bem como dados locais do Instituto Pereira Passos – IPP.

Para entender as propostas de desenvolvimento para a região, foram analisados o histórico das legislações e as legislações vigentes e propostas, em especial, os Planos Diretores da cidade do Rio de Janeiro e os Projetos/Planos de Estruturação Urbana das Vargens (PEU das Vargens). É considerado neste trabalho que a legislação de uso e ocupação do solo é uma legislação que contém concepções de desenvolvimento nela embutida e, por isso, os planos e projetos dela resultantes podem ser entendidos como projetos de desenvolvimento.

Alinhando os temas de cultura e desenvolvimento e compreendendo as propostas oficiais para o bairro, realiza-se a exposição do Plano Popular das Vargens, elaborado pela Articulação do Plano Popular das Vargens (APP Vargens), criado com

objetivo de discutir o Projeto de Lei 160/2015 e propor soluções alternativas ao mesmo, ampliando o debate sobre o desenvolvimento do bairro. As propostas foram levantadas durante diversos processos ocorridos ao longo do debate da última proposta do PEU das Vargens (PL160/2015). Foram audiências públicas, debates abertos na Associação de Moradores e Amigos de Vargem Grande (AMAVAG) e discussões estimuladas pelo grupo APP Vargens.

Destaca-se que o autor fez parte da APP Vargens e da elaboração do PPV e que, como morador e figura atuante no bairro, faz parte do dia a dia identificar as necessidades da região e lutar para superá-la. A construção deste plano popular, com a participação de atores diversos é, além da realização de um desejo coletivo de mudança, um dos resultados que orgulha o autor de fazer parte e ver parte de seus anseios compartilhados por um grupo tão diverso. Entretanto, a análise ora aqui apresentada é um exercício elaborado através de olhar crítico e rigor científico sobre o tema, onde busca-se avançar sobre a exposição e o entendimento de iniciativas populares para o desenvolvimento de bairros como o de Vargem Grande. O Plano Popular é então um elemento e uma das iniciativas elaboradas ao longo de anos de debate da população junto ao poder público sobre o tipo de vida que valorizam. Recomenda-se o aprofundamento dessas iniciativas que não são apresentadas neste trabalho, mas que compõem o mosaico de participação popular ao longo dos anos na região.

Nesse sentido, também como parte da metodologia, foram realizados questionários junto à população que mora e frequenta a região para compreender a visão, a dinâmica, os anseios e as propostas para o bairro (os procedimentos realizados no sentido da aplicação dos questionários serão apresentados no capítulo em que se descreve a pesquisa e os seus resultados).

Cabe ressaltar de antemão que os termos “região” e “território” usados ao longo do trabalho servirão apenas como referência para a área pesquisada, não cabendo aqui aprofundar o debate acerca de seus conceitos debatidos pela geografia e sociologia.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: neste primeiro capítulo, explicita-se o objetivo, a problemática, a hipótese e a estrutura do trabalho que segue.

No segundo capítulo, é levantada uma breve discussão sobre os conceitos de cultura e desenvolvimento empregados no trabalho, seguido pelo terceiro capítulo que

trata da história do bairro de Vargem Grande e as suas principais características sociais, econômicas, ambientais e culturais.

No quarto capítulo, são apresentados os planos propostos para a região desde o final da década de 1960, com o Plano Lúcio Costa, até os dias atuais com os planos de estruturação urbana e alguns decretos relevantes para a discussão.

O quinto capítulo expõe as demandas da população produzidas a partir do Plano Popular das Vargens.

Em seguida, no capítulo seis, são apresentados os resultados da pesquisa on-line realizada com frequentadores da região para compreender a dinâmica de quem vive em Vargem Grande e seus problemas e desejos, a fim de alinhar o que, eles acreditam, ser a identidade cultural do bairro.

O sétimo capítulo traz o fechamento deste trabalho, primeiramente, amarrando conceitos e, posteriormente, buscando reflexões e recomendações de estratégia para avançar no desenvolvimento que considere a cultural local e o que é almejado por sua população.

2 ARCABOUÇO TEÓRICO

O debate acerca do conceito de desenvolvimento é amplo e este trabalho não tem como pretensão esgotar a discussão sobre o assunto. Todavia, cabe aqui pontuar dentre relevantes autores que trouxeram à tona diferentes visões sobre desenvolvimento, qual ideia está sendo adotada nesta dissertação. Outro conceito fundamental a ser apresentado é acerca do termo cultura, vide os diferentes entendimentos sobre o mesmo.

Na temática sobre desenvolvimento, Oliveira (2002) apresenta uma interessante análise em seu artigo “Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento”. Segundo o autor, o debate se intensificou após o fim da Segunda Guerra Mundial, na busca dos países participantes superarem os problemas enfrentados anteriormente como a miséria, o desemprego e as desigualdades econômicas, políticas e sociais, em busca de aumento dos níveis de qualidade de vida.

Cabe ressaltar que o documento de referência nessa época sobre desenvolvimento é a Carta das Nações Unidas (1945), mesmo ano da criação oficial da Organizações das Nações Unidas (ONU), que tinha como objetivo elevar os níveis de desenvolvimento econômico, político e social das nações signatárias.

No Brasil, segundo SOUZA (1993, p.15), o debate sobre desenvolvimento tomou forma com estudos elaborados para os planos nacionais de desenvolvimento do país a partir da década de 1950, elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951/1953) e do Grupo Misto BNDES-CEPAL (1953/1955).

Junto as suas múltiplas interpretações, surgem novos termos e definições sobre desenvolvimento. Assim surge o desenvolvimento econômico, entendido por Furtado (1961, p.115-116) como basicamente o aumento do fluxo de renda real à disposição de determinada coletividade ou, segundo Sandroni (1994), como crescimento econômico junto à melhoria de vida e alterações econômicas estruturais.

Em seguida, surge o tema do desenvolvimento sustentável, que se pautava na ideia não de apenas crescer e garantir uma melhor qualidade de vida para população presente, mas ser capaz de permitir às gerações futuras condições e recursos naturais para também se desenvolver. Essa ideia foi apresentada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1991.

Mais adiante, surgem dois conceitos que deslocam a preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente e seus recursos naturais para a sustentabilidade social e humana. Pfeiffer (2011a), com base em Sen (2000), define o termo desenvolvimento humano como a expansão das capacidades das pessoas de exercerem, ponderadamente, a sua condição de agente e de, a partir disso, definirem o tipo de vida que valorizam. Quanto ao desenvolvimento social, Pfeiffer (2011a), com base em Putnam (1996), define como a construção de comunidades cívicas através do aprimoramento das relações e da convivência entre pessoas de universos sócio-econômico-culturais-territoriais diversos, em recortes socioespaciais claramente delimitados.

Outros 3 conceitos de desenvolvimento são apresentados por PFEIFFER (2006; 2009;2015) e ampliam o debate sobre qual tipo de desenvolvimento é ideal, são eles:

- Desenvolvimento comunitário que visa
 - tanto a melhoria das condições concretas, materiais, de existência, como o aumento de poder nas relações sociais de grupos de pessoas em desvantagem social, que compartilham uma mesma localização geográfica (PFEIFFER, 2006).
- Desenvolvimento local entendido como “o aprimoramento das condições gerais de existência das pessoas e da vida em sociedade, em recortes socioespaciais, delimitados a partir de características eletivas definidoras de identidade” (PFEIFFER, 2009).
- Etnodesenvolvimento, visto como
 - os processos de construção e de busca de realização de um futuro desejado por grupos étnicos, com base em suas experiências históricas, nos recursos reais e potenciais de sua cultura, em seus valores e aspirações e na compreensão do mundo no qual se encontram inseridos (PFEIFFER, 2015).

Mesmo com múltiplos conceitos de desenvolvimento elaborados, criando distinções entre cada um, ressalta-se que o conceito em si é sempre polissêmico e, em cada novo conceito exposto, é possível visualizar a existência de um outro em seu corpo. Cada conceito é passível de conter os demais. O que se apresenta de distinção é forma e foco para responder questões como para quê?; para quem ou o quê?; quem são os beneficiados?; em benefício de quem?; em detrimento de quem?; Dentro outros questionamentos amplamente debatidos.

Frente às múltiplas dimensões que o conceito de desenvolvimento apresenta, algumas apontadas acima, esta dissertação foca na relação que ao longo do tempo o tema foi se desenvolvendo junto ao conceito de cultura. Para essa análise, foi usado como principal referência a Agenda 21 da Cultura (ONU, 2004).

A saber, com base nos conceitos e debates apresentados por Tylor, Weber, Geertz, Malinowski e Radcliffe-Brown, a socióloga Cláudia Pfeiffer elabora o conceito de cultura que é adotado neste trabalho, entendido como:

modo de viver de um grupo – constituído com base em costumes, crenças, conhecimentos, valores e códigos de conduta, herdados de gerações anteriores e/ou reconhecidos socialmente como relevantes –, que organiza e dá sentido à existência das pessoas que o compõem. (PFEIFFER, 2012, pag. 158)

Durante as últimas décadas, segundo a ONU (2010), a comunidade internacional juntou diversas evidências que mostraram que o desenvolvimento de políticas e projetos que não levaram em conta a dimensão cultural falharam. Observou-se também que o crescimento econômico, a inclusão social e o equilíbrio ambiental, entendidos como os pilares do desenvolvimento, já não mais refletiam a integridade das dimensões intrínsecas da sociedade global. Para isso, a Agenda 21 elucidou a cultura como quarto pilar para um desenvolvimento sustentável.

Entende-se que a cultura como dimensão fundamental para o desenvolvimento tem seu debate iniciado na década de 1980. Em 1982, a declaração da política cultural da cidade do México (*The Mexico City Declaration on Cultural Policy*) destaca a importância da cultura como um vetor de identidade, sistema de valores, tradições e coesões, e uma engrenagem para criatividade e reconhecimento como uma dimensão fundamental para o processo de desenvolvimento.

Em 1986, foi definida a década do Desenvolvimento Cultural (entre 1988 e 1997) e se iniciou o debate sobre cultura como uma dimensão do desenvolvimento sustentável exposta no documento *Our Creative Diversity* (1997) da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, ratificado na Conferência de Estocolmo (1998).

Nos anos 2000, a cultura se consolida como o quarto pilar para o desenvolvimento sustentável e começam a surgir: (1) estudos como o *The Culture and Development window of the UN MDG Achievement Fund (2006-2012)* que demonstra o maior potencial de projetos que levam a cultura em consideração para o desenvolvimento e (2) resoluções oficiais da ONU, como a nº 65/166 de 2010 e a nº 66/208 de 2011 sobre “Cultura e Desenvolvimento”, que definem a cultura como um importante fator de inclusão social e erradicação da pobreza, e determinam a integração dessa dimensão nas políticas e estratégias de desenvolvimento.

Por fim, a dimensão em que o desenvolvimento mais será tratado neste trabalho será o cultural, entendido como:

(1) “o processo de ampliação da reflexão dos grupamentos humanos sobre seus modos de vida, valores e códigos de conduta, bem como sobre o futuro que desejam para si” (PFEIFFER, 2011b); (2) “o resultado de processos que ampliam ou potencializam as possibilidades de reflexão e criação humanas. Em outros termos, que ampliam ou potencializam os pensares, saberes e fazeres da humanidade” (PFEIFFER, 2011b).

Esta dimensão precisa ser entendida não como a mais importante para a região, mas como a referência tomada pelo autor. É importante compreender que o conceito de desenvolvimento a ser seguido por cada grupo ou comunidade, deve ser definido em conjunto pelos mesmos, a fim de promover resultados satisfatórios para a existência das pessoas e para vida em sociedade.

Em Vargem Grande e em outros ambientes em que a dinâmica capitalista não dita sozinha (ainda) as regras do desenvolvimento, é possível deslumbrar dois caminhos futuros que podem ser traçados segundo interesses das lideranças políticas e sociais e dos agentes locais, apontados em PFEIFFER (2012).

É possível alcançar um desenvolvimento que resulte no aprimoramento e valorização do modo de vida local, ampliando os desejos e as capacidades da população de levar o tipo de vida que valorizam ou, caso não seja reconhecida a cultura local como importante para o desenvolvimento, o processo pode desarranjar e apagar ‘culturas’, práticas que dão sentido à existência de determinado grupo em detrimento do modelo de desenvolvimento escolhido.

O caminho almejado pelos atores locais ficará claro nos próximos capítulos, principalmente quando apresentados os resultados do questionário elaborado com esse propósito. Serão também destacados o histórico e os ensejos de outros atores políticos e sociais para o bairro de Vargem Grande ao longo dos anos até os dias de hoje a fim de contribuir para esta análise com ênfase na Articulação Plano Popular das Vargens devido a sua atualidade no debate sobre o modo de vida a ser seguido pela população local.

3 VARGEM GRANDE: HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO

Neste capítulo, será apresentada a história do bairro de Vargem Grande. Como se deu a sua formação e as características do mesmo com base em informações do IBGE, do PNAD e do IPP. Serão trazidos também dados sobre o meio ambiente e os saberes locais do bairro.

3.1 HISTÓRIA DE VARGEM GRANDE

A história sobre a criação do bairro de Vargem Grande se entrelaça bastante com os bairros vizinhos, em especial Camorim e Vargem Pequena. No começo, todos faziam parte de uma mesma região, a sesmaria de Gonçalo Correia de Sá. Com a morte de sua herdeira e filha, D. Vitória, em 1667, as terras foram doadas para os Monges Beneditinos do mosteiro de São Bento.

Os relatos a seguir foram detalhados no livro “O Céu é... para os Anjos” (2001), cujo autor, Delfim Aguiar, buscou descrever junto aos antigos moradores da região (além de bibliotecas e informações dos cartórios) os fatos que consolidam a história do bairro que ali se encontram há mais de três séculos.

Pode-se dizer que mesmo sendo uma região predominantemente rural, os acontecimentos na região eram dignos de cidade. O primeiro grande feito iniciou em 1734: a construção da Estrada dos Bandeirantes (na época Estrada de Guaratiba).

Essa estrada foi planejada para conectar as fazendas de Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim, sendo esse o traçado mais antigo do Rio de Janeiro, quando, na época, o fato foi relatado como “a construção da mais longa estrada que se abriu no Rio de Janeiro”. Essa estrada teve um importante papel na região, pois possibilitou o escoamento da safra abundante da região para o restante da cidade.

Data também do ano de 1734, o início da construção da Capela Nossa Senhora do Mont Serrat (antiga Capela de Nossa Senhora do Pilar). Sua construção terminou em 1768, próximo a data de término da construção da Estrada dos Bandeirantes (1770), ambas promovidas pelo Frei Gaspar Madre de Deus, um importante personagem que possibilitou avanços significativos para a região. Hoje, tem, em sua homenagem, uma escola pública em Vargem Grande (Escola Municipal Frei Gaspar).

Nessa época, nos idos do século XVIII, as áreas da fazenda de Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim não eram as mesmas que os bairros possuem atualmente.

Segundo Aguiar (2001), o Camorim começava no Rio Arroio Pavuna e se estendia até ao mar, Vargem Pequena também ia até o mar, antes do Bairro Recreio dos Bandeirantes existir. A pedra do Pontal, hoje no Recreio, separava as fazendas de Vargem Grande e Vargem Pequena em linha reta, seguindo o Rio Vargem Grande, também conhecido como Rio Paineiras ou Rio da Divisa. Essa divisão pelo rio permanece até os dias atuais, mas no imaginário popular por muito tempo a divisão dos bairros era determinada pelo Posto de Saúde Cecília Donangelo, a mais de um quilômetro do verdadeiro marco divisor. No seu outro extremo, Vargem Grande se estendia até a Serra da Grota Funda (antiga Serra de Guaratiba). O nome referente ao bairro do Recreio surge apenas em 1927. Uma curiosidade da região é que a Capela N. Senhora do Mont Serrat é a construção mais alta de Vargem Pequena, estando a 120 metros de altitude. Mesma altura da pedra do Pontal.



Figura 1 - Capela Mont Serrat, a construção mais alta da região.

Fonte: Wikimedia Commons, 2012.

Um ponto interessante a destacar é que, mesmo pertencendo ao Mosteiro de São Bento, as terras não estavam regidas pela mesma gestão administrativa.

Aqui uns parênteses para uma ‘viagem histórica’ um pouco maior. Como na época relatada, a religião oficial do Brasil era a Católica, o Estado tinha o dever de pagar o salário de padres e bispos. Desta forma, era adequado que a estrutura administrativa civil não fosse distinta da estrutura eclesiástica e as divisões administrativas se davam na ordem de: Província que se dividiam em Municípios, Municípios que se dividiam em Freguesias. Esta era então a divisão administrativa mais próxima dos cidadãos, que hoje poderia ser comparada aos bairros.

Cada Freguesia (cujo significado remetia aos “filhos da igreja”) reunia uma ou mais fazendas, engenhos e áreas que ficavam sobre a responsabilidade de determinado Frei.

Em 1676, é criada a Freguesia de Nossa Senhora do Mundo Novo de Guaratiba (Freguesia de Guaratiba), que nada tem a ver com a região hoje denominada de Guaratiba. Essa freguesia, somada a Freguesia de Jacarepaguá (a quarta Freguesia do Rio de Janeiro, criada em 1661), eram as responsáveis administrativas das terras de D. Vitória (que não eram ainda divididas nas 3 fazendas, mas já possuía um engenho – do Camorim).

Em 1777, quando é criada a Fazenda de Vargem Grande, esta se submete a Freguesia de Guaratiba, enquanto as Fazendas de Vargem Pequena e Camorim ficam sob gestão da Freguesia de Jacarepaguá. Na época, eram necessárias e frequentes as visitas à freguesia para resolver questões como enterros, batizados ou desobrigações de quaresma.

É por aí que se chega na história relevante para este trabalho. Em 1812, pode-se dizer que aconteceu o primeiro ‘movimento popular’ da região. Os moradores de Piabas (área de Vargem Grande próxima à estrada do Pontal) e Grumari eram submetidos à Freguesia de Jacarepaguá que se encontrava à seis léguas (cerca de 30km) de distância (passando por pântanos, rios e lagoas que dificultavam o caminho) e então solicitaram a mudança para a Freguesia de Guaratiba, que se encontrava apenas a meia légua (2,4km).

Por fim, nos últimos relatos apresentados no livro, a população teve seu pedido atendido e o Banco de Crédito Móvel (BCM) teve que refazer o registro de terras das fazendas para ambos os distritos.

Seguindo a história da região, até 1891, a região foi explorada pela prática agropecuária dividida em dois ciclos. Durante o ciclo da cana-de-açúcar, a produção dedicava-se a essa matéria-prima bem como a criação de gado e produção de mandioca e farinha. Durante o ciclo do café, toda produção dos sítios e chácaras da região migraram para esse grão, concomitante à criação de gado. Em 1891, o latifúndio foi vendido à Companhia Engenho Central de Jacarepaguá e posteriormente ao BCM.

A produção agrícola da região foi mantida pelos arrendatários (inquilinos) que permaneceram nas terras durante o período de compra e venda das mesmas. Neste período, foram diversos os pedidos de reintegração de posse apresentado pelo BCM. A permanência nessa época ocorreu devido a união de cerca de 100 famílias ameaçadas de expulsão das terras que criaram, por volta de 1920, a Caixa Auxiliadora dos Lavradores

de Jacarepaguá e Guaratiba² a fim de analisar a legalidade das escrituras apresentadas pelo banco. Por fim, os lavradores conquistaram na justiça que o banco lhes vendesse, em prestações, as terras que ocupavam como arrendatários.

No século XX, as grandes fazendas de Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim, divididas em lotes rurais, dedicaram-se a produção de laranja e banana. O cultivo da laranja desenvolveu-se em grande escala pelo Estado do Rio de Janeiro, mas, em Vargem Grande, prevaleceu ao longo do tempo o cultivo da banana até os dias atuais³. A divisão das fazendas consolidou-se em bairros em 1981 por meio do Decreto 3.158⁴.

Outra atividade econômica de grande relevância para a região foi a produção de carvão. Presente no livro de Magalhães Corrêa, “O Sertão Carioca” (1933), a atividade ocorreu entre o século 18 até o início do século 20 e seu período pode ser dividido em duas fases. Na primeira, o carvão era produzido tanto pelos escravos fugidos dentro das matas e sopé do Parque da Pedra Branca, quanto pelos alforriados que compraram a liberdade ou foram libertados pela igreja.

² Dória, Renato (2017) Escrevendo sobre a História de Jacarepaguá e da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em < <http://jaa.rj.com.br/blogs/grilagem-de-terras-em-jacarepagua/> > Acesso em 11 de março de 2017.

³ Disponível em <<http://www.parquepedrabranca.com/p/historico-da-regiao.html> > Acesso em 11 de Março de 2017.

⁴ Disponível em < <http://arquilog.com.br/wp-content/uploads/leis-pdfs/D3158M.PDF> > Acesso em 11 de Março de 2017.

Como funcionavam as carvoarias

No século XIX e no início do século XX o carvão vegetal era necessário nas casas, nas manufaturas, na incipiente indústria e, principalmente, na construção civil. As forjas para a produção dos instrumentos de uso nas obras de cantaria eram alimentadas a carvão. Para se produzir uma tonelada de ferro eram necessárias até 3,8 toneladas de carvão

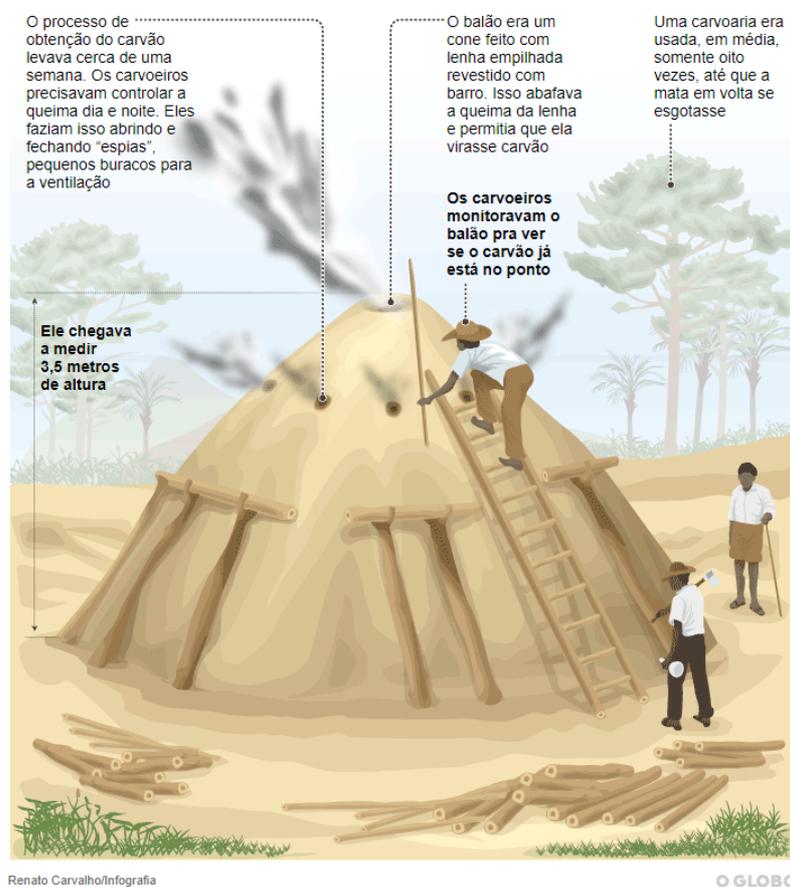


Figura 2 - Como funcionava as carvoarias no período.

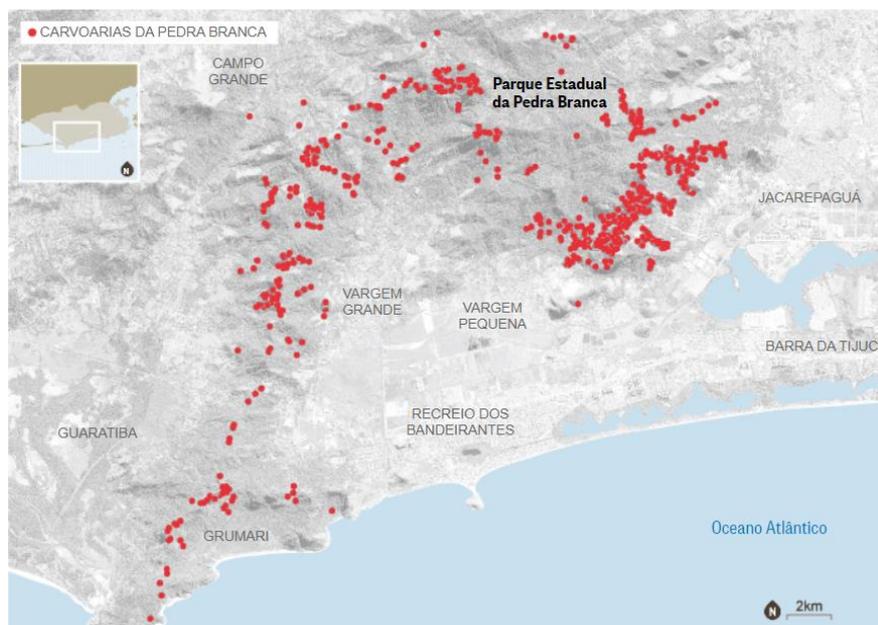
Fonte: Jornal O Globo, 2018

O segundo período ocorrido após a abolição foi o auge do processo de produção de carvão necessário para alimentar a produção de ferramentas e equipamentos para as reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo, Rogério Ribeiro de Oliveira, pesquisador da PUC-Rio,

Após a abolição, os carvoeiros eram, em sua maioria, ex-escravos, que precisavam se sustentar, e as suas famílias. Esses homens trabalhavam em terras que não eram deles, numa atividade perigosa e ilegal. Nas encostas mais elevadas e íngremes das florestas do Rio, mesmo sendo obrigados a construir plataformas a duras penas, conseguiam esconderijo. (...) A história dos carvoeiros é a de um êxodo urbano ignorado. A mesma sociedade que os relegava à marginalidade comprava o seu carvão. (Jornal O Globo, 2017⁵)

⁵ Disponível em < <https://oglobo.globo.com/rio/pesquisadores-encontram-mais-de-1280-carvoarias-feitas-por-escravos-nos-macicos-da-pedra-branca-da-tijuca-22202433> > Acesso em 18 de dezembro de 2017.



Mapa 1 - Carvoarias mapeadas ao longo do Parque da Pedra Branca.

Fonte: Jornal O Globo, 2018

Durante a história da região, as terras nunca possuíram um grande número de proprietários, desde Gonçalo de Sá, passando por D. Vitória, o BCM e três grandes empreendedores: Carvalho Hosken, Pasquale Mauro e Tjong Hiong Oei.

Tjong, mais conhecido como o “chinês da Barra”⁶, era o dono da Empresa Saneadora Territorial e Agrícola S.A., que comprou, na década de 1940, as terras do BCM. Estima-se que Tjong chegou a possuir 10 milhões de metros quadrados de terras em grande extensão da baixada de Jacarepaguá.

Pasquale Mauro era um dos principais liquidantes do BCM⁷. Com o fim do banco, Pasquale dividiu com os outros acionistas os bens da partilha na década de 1950, ficando em seu nome grande parte das terras das Vargens.

Por fim, Carvalho Hosken adquiriu, na década de 1970, terrenos na região desenhada por Lucio Costa para ser o eixo de expansão da cidade⁸. Mais tarde, seus terrenos somariam cerca de 10 milhões de metros quadrados, mesma medida estimada para os dois grandes proprietários citados anteriormente.

⁶ Disponível em < : <https://oglobo.globo.com/rio/morre-empresario-conhecido-como-chines-da-barra-6432296>> Acesso em 10 de dezembro de 2017.

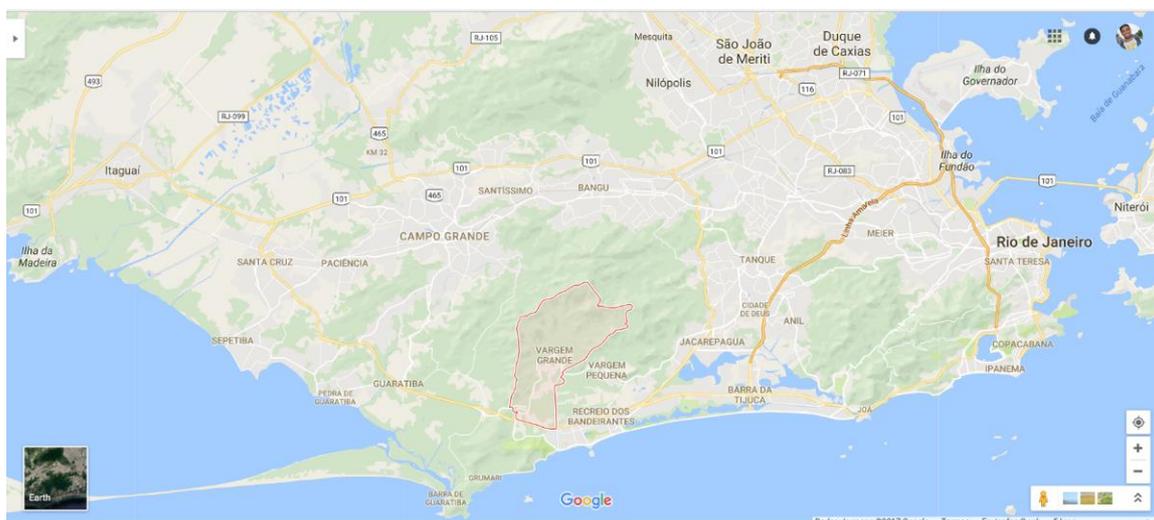
⁷ Disponível em < : <https://oglobo.globo.com/rio/pasquale-mauro-alvo-de-dezenas-de-processos-em-que-acusado-de-posse-ilegal-na-regiao-da-barra-2720984#ixzz4JLnjMjTa>> Acesso em 10 de dezembro de 2017

⁸ Disponível em < : <https://exame.abril.com.br/revista-exame/carlos-carvalho-o-dono-da-barra-da-tijuca/>> Acesso em 10 de dezembro de 2017.

Esse pode ser um dos motivos apresentados para a manutenção de grandes glebas de terra vazias ou pouco urbanizadas ao longo do tempo. Soma-se a essa questão as características geomorfológicas e climáticas da região que serão apresentadas no decorrer do texto junto as características socioeconômicas.

3.2 CARACTERÍSTICAS DO BAIRRO DE VARGEM GRANDE

Vargem Grande é um bairro localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O Bairro faz parte da área de planejamento quatro e da região administrativa XXIV – Barra da Tijuca – e faz limite com os bairros de Recreio dos Bandeirantes, Vargem Pequena, Camorim, Jacarepaguá, Senador Camará, Campo Grande, Guaratiba e Barra de Guaratiba.



Mapa 2 - Localização do bairro de Vargem Grande, em relação a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Fonte: Google Mapas

Dentre os dados levantados pelo IBGE, fez-se necessário uma análise mais aprofundada.

Os dados aqui apresentados referem-se a informações sobre características dos domicílios e seu entorno e sobre a população residente⁹. Elas foram obtidas a partir de análises feitas sobre a base de dados “Estatísticas – Censo Demográfico 2010 – Resultados do Universo – Agregados por Setores Censitários¹⁰”. Neste processo foram levantados alguns dados retirados das seguintes planilhas disponibilizadas: Básico, Domicílio, Alfabetização, Cor e Raça e Entorno. O detalhamento de quais variáveis

⁹ A análise das características dos domicílios e das pessoas neles residentes teve, segundo IBGE, como data de referência o dia 31 de julho de 2010.

¹⁰Disponível em <https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm> Acesso em 18 de dezembro de 2010.

foram utilizadas para cálculo dos indicadores e elaboração dos mapas estão detalhados na tabela Anexo 1.

As malhas digitais georreferenciadas dos setores censitários utilizadas para produzir os mapas fazem parte da base de geociências do IBGE e foram utilizadas apenas aqueles referentes ao Censo de 2010. Esta escolha deu-se ao fato da consonância com os dados estatísticos do censo para cada setor censitário, provenientes do IBGE, que não disponibilizam as informações a respeito dos anos intermediários entre décadas, sendo aqui utilizados os dados também de 2010.

3.2.1 A população de Vargem Grande

Em 2010, segundo o CENSO IBGE, a população de Vargem Grande era de 14.039 habitantes, distribuídos por 5.925 domicílios. Sua população, assim como no restante do Brasil, é de maioria feminina (50,86%).

3.2.2 Cor e Raça

A partir da análise dos dados obtidos, é possível observar que a população se denomina preta ou parda, somando 53% da população. Destaca-se também que 17 moradores do bairro se declararam indígenas, o que em dados percentuais representa menos de 1% da população geral do bairro, mas é um importante dado que pode apoiar a ratificação da existência do Quilombo Cafundá Astrogilda.

3.2.3 Alfabetização

Segundo os dados de alfabetização, 86% das pessoas com cinco ou mais anos de idade são alfabetizadas.

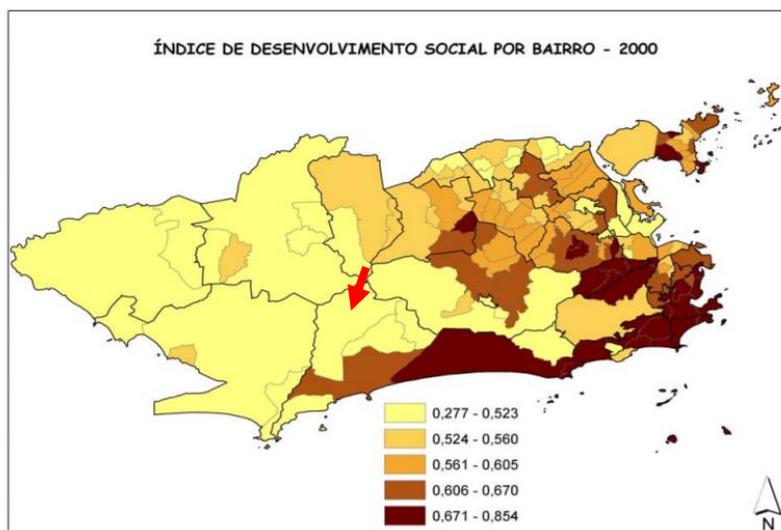
Dentre a população analfabeta, é importante ressaltar que esse número vem sendo reduzido graças aos projetos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) das escolas do bairro e do projeto de alfabetização de adultos da Associação de Moradores de Vargem Grande, que, desde sua criação, em 1997, formou aproximadamente 100 alunos da região. Segundo o Censo de 2010, são 1.919 pessoas não alfabetizadas no bairro (14%), mas este número inclui crianças menores de 5 anos, sendo impreciso o dado referente a analfabetos acima dos 15 anos.

3.2.4 Renda

Quando a questão é renda, observa-se que o rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios é de R\$ 1.275,94. Este valor, em 2010, representava 2,5 salários mínimos. A fins comparativos, a média da cidade do Rio de Janeiro, no mesmo ano, era de R\$ 2.136,37, valor 67% maior que a do bairro. Se comparado com o bairro da Barra da Tijuca, pertencente a mesma região administrativa, com rendimento médio de R\$5.463,66, a diferença é de 328%. Ressalta-se que 8% dos domicílios apresentavam situação econômica abaixo da linha de pobreza.

Analisando a pesquisa de IDS – Índice de Desenvolvimento Social –, elaborada em 2008 pelo Instituto Pereira Passos (IPP), identificamos que o bairro de Vargem Grande está na colocação 156, dentre 158 bairros da cidade. A análise parece bem pessimista, mas o próprio estudo explicita o porquê:

Há grande contraste entre os bairros que formam a Região Administrativa da Barra da Tijuca: o bairro da Barra da Tijuca tem um índice de quase 0,8, o sexto mais alto da cidade; Recreio dos Bandeirantes, cerca de 0,6; Vargem Pequena, Vargem Grande e Camorim giram em torno de 0,4; e Grumari, por suas características pouco urbanas e somente 25 domicílios foi o último colocado com IDS igual a 0,277. Esses bairros, bem como Guaratiba e Barra de Guaratiba, estavam em franco crescimento (exceção de Grumari) e em transição de situações rurais para urbanas. Esse caráter “rural” fez com que seu IDS fosse puxado para baixo, sobretudo em função dos índices relativos aos serviços de infra-estrutura, cujos parâmetros de medição adotados nesse estudo nem sempre são adequados para caracterizar o grau de desenvolvimento ambiental dos seus domicílios. (IPP, 2008, p. 11)



Mapa 3 - Índice de Desenvolvimento Social por bairro - Município do Rio de Janeiro (seta indicando o bairro de Vargem Grande)

Fonte: Índice de Desenvolvimento social (IDS), IPP, 2008

Essa análise mostra a importância de se elaborar indicadores que sejam representativos às diferentes realidades dos bairros do Rio de Janeiro.

A partir da análise apenas do IDS, o que poderia ser avaliado é que os bairros compreendidos pelo PEU das Vargens possuem uma qualidade de vida ruim em relação aos outros. Porém, quando analisados outros elementos como segurança e contato com meio ambiente, a imagem é outra. Desta forma, faz-se necessário, ao desenvolver políticas públicas para determinada região, elaborar estudos que considerem elementos específicos da região e assim atinjam um retrato mais fidedigno da realidade estudada.

3.2.5 Postos de Trabalho

Quanto aos postos de trabalho disponíveis na região, 85% são da área de comércio e serviços, 12% da indústria de transformação e 3% são para agricultura, silvicultura, criação de animais e extrativismo vegetal (PNAD, 2016¹¹).

3.2.6 Tipo de Domicílio

Quando analisados os dados referentes ao domicílio particular permanente¹², o tipo que mais se destaca é a casa, caracterizando 95% das moradias da região. Os 5% restantes são referentes ao modelo de apartamento que, segundo a legislação da região, restringe em quase toda localização este tipo de construção.

3.2.7 Água, Esgoto e Resíduos

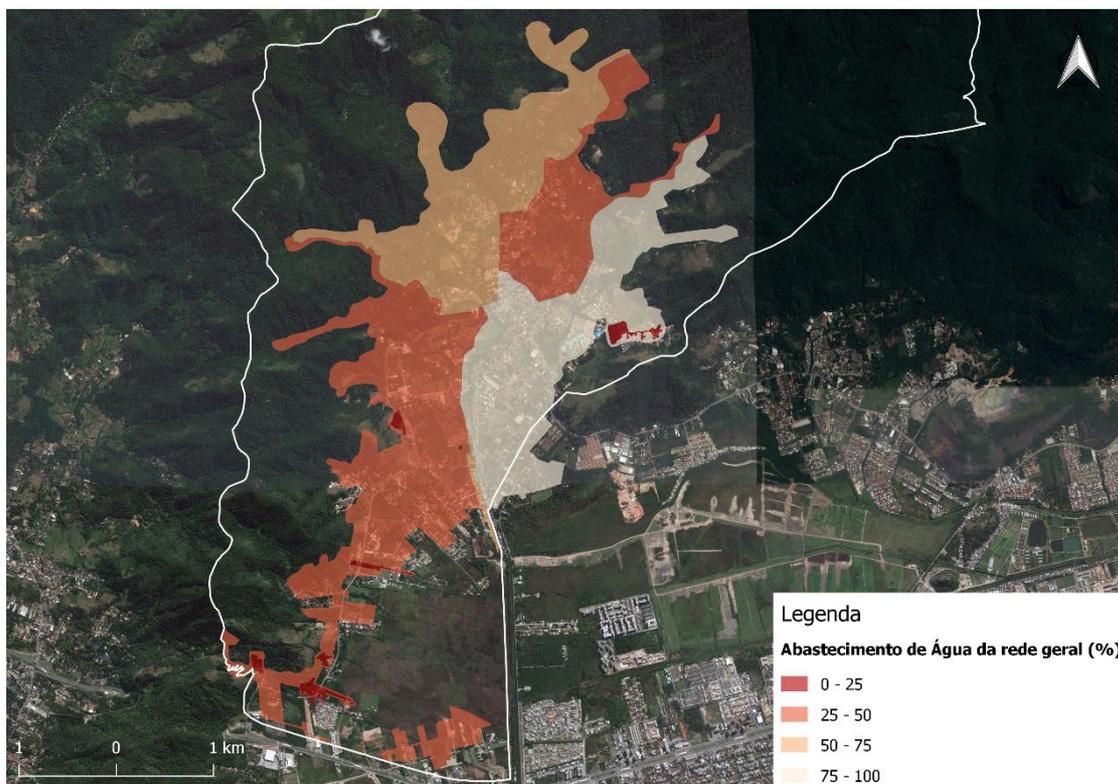
Os dados de esgotamento sanitário e de abastecimento de água trazem resultados bastante relevantes. Segundo o Censo de 2010, apenas 55% dos domicílios possuíam abastecimento de água proveniente da rede geral. 29% é abastecido por água de poço, água da chuva em cisternas e nascentes na propriedade. É um expressivo número para coleta individual. Esse fato se deve, além da baixa abrangência do sistema de distribuição de água e esgoto da CEDAE, pela alta quantidade de rios e nascentes disponíveis na região.

Para observar como se dá a distribuição do sistema de água da rede geral sobre o bairro, foi elaborado o Mapa 4. É possível observar que a parte mais clara do mapa, servida quase a totalidade pelo serviço, refere-se ao centro do bairro, principalmente no

¹¹ Dados acessados pelos microdados disponibilizados na PNAD contínua - Trimestral. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

¹² Domicílio particular permanente – Domicílio construído para servir, exclusivamente, à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas; (IBGE)

trecho da Estrada dos bandeirantes e na Estrada do Sacarrão. Os setores censitários mais críticos, em sua maioria, correspondem às favelas, como a da Cascatinha e o Trinta.



Mapa 4 - Abastecimento de Água da rede geral distribuído por setores censitários.

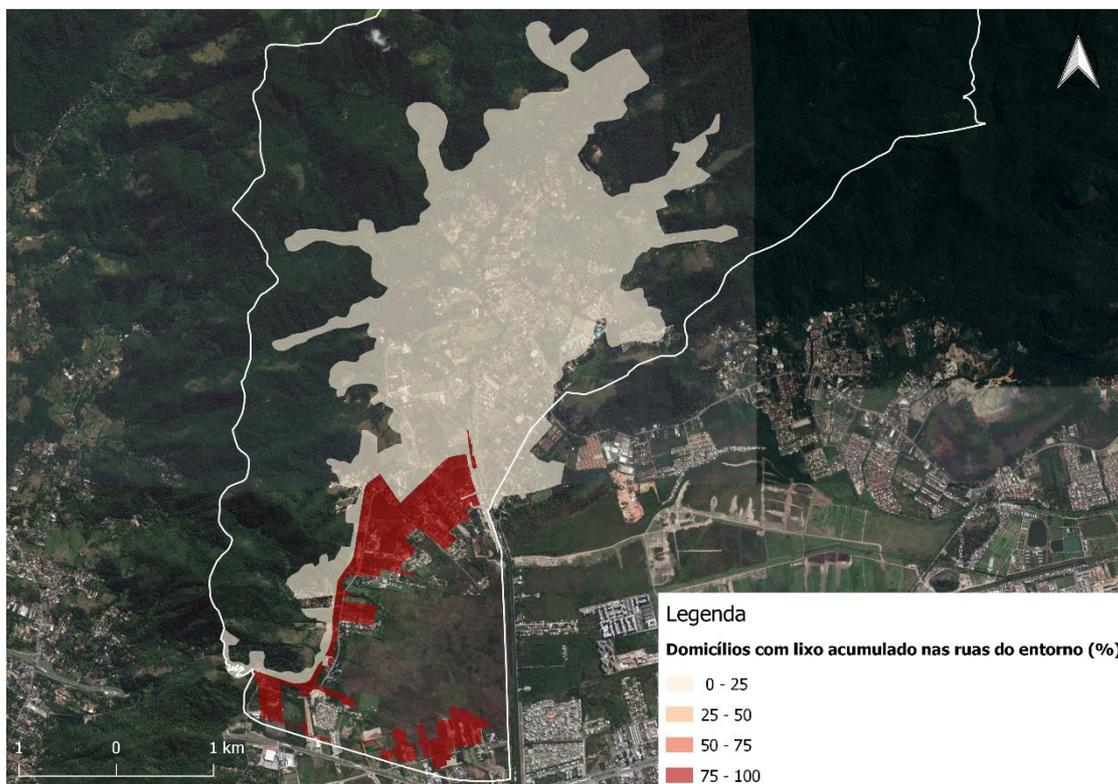
Fonte: Autor (2018)

O cenário da rede de esgoto na região é ainda mais preocupante. Apenas 29% dos domicílios tem esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial. Em sua maioria, os moradores possuem fossa séptica (33%) e fossa rudimentar (16%). As outras formas de escoamento, via vala, rio, lago e mar, representam expressivos 21%, um dado preocupante para uma área de grande fragilidade ambiental, que pode ser agravada pela má prestação de serviços públicos como o saneamento básico. Destaca-se que 22 casas do bairro não possuem banheiro nem sanitário.

A questão do lixo parece não ser preocupação tão relevante para o bairro. Segundo a pesquisa, 98,9% dos moradores tem seu lixo coletado por serviço de limpeza ou caçamba.

De certa forma, mesmo a coleta de lixo sendo quase integral no bairro, quando perguntados se existe lixo acumulado nos logradouros ao redor de suas casas, 18% responderam que sim. No Mapa 5, é possível observar com clareza que o trecho do bairro entre o largo de Vargem Grande até a Avenida das Américas é a que apresenta maior percentual de domicílios com lixo nas ruas do entorno. Esse pode refletir um

interessante dado para a COMLURB, empresa que realiza a coleta de resíduos no bairro, evidenciando a necessidade de maior atuação nesta região do bairro.



Mapa 5 - Domicílios com lixo acumulado nas ruas do entorno distribuído por setores censitários.

Fonte: Autor (2018)

3.2.8 Energia Elétrica

Quanto a energia elétrica, embora 99,8% dos domicílios sejam servidos, apenas 67% tem iluminação pública no entorno de suas residências. Estudos comprovam que a iluminação pública aumenta a sensação de segurança e reflete maior interação nos espaços públicos no período noturno contribuindo para espaços mais ativos e com maior interação social entre os moradores.

3.2.9 Dados do entorno do domicílio

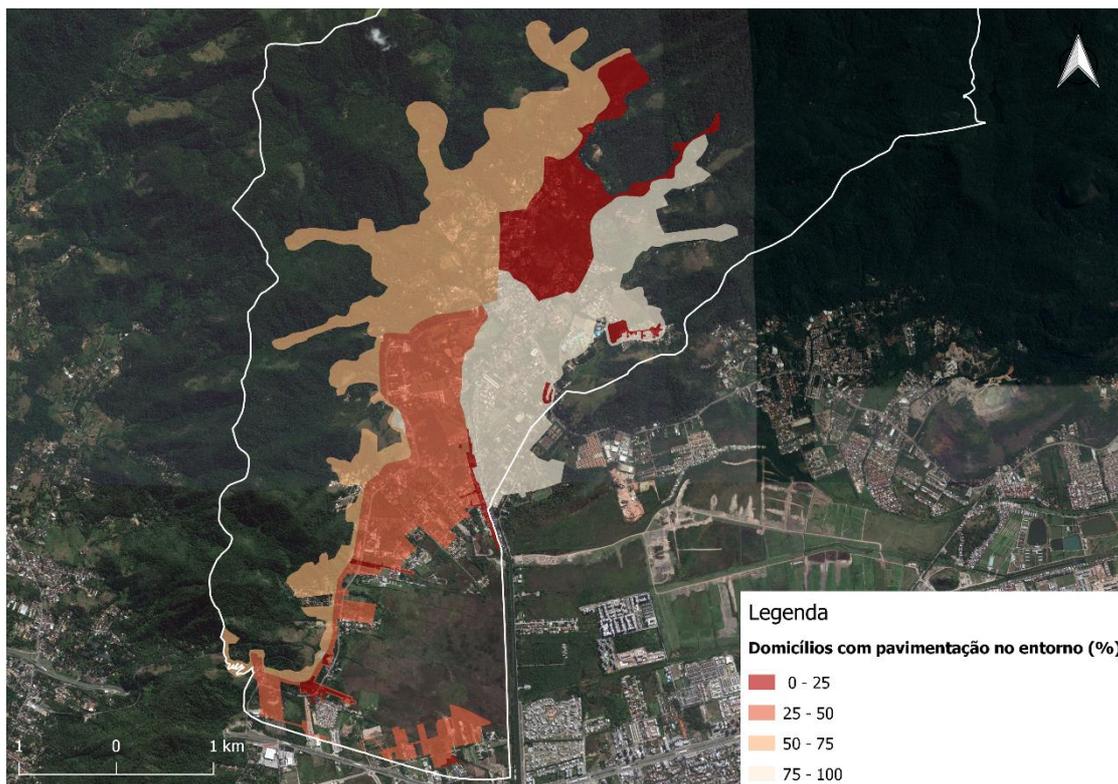
Seguindo a análise dos dados do entorno do domicílio referentes a pavimentação, calçada, rampas para cadeirantes, meio-fio e bueiro/boca-de-lobo, foram levantadas informações sobre identificação dos logradouros, onde 37% dos moradores evidenciam não possuir placas ou nomes em suas ruas. Esta questão inviabiliza o acesso a serviços de entrega e cadastro em diversos serviços públicos que solicitam o endereço como parte dos dados do cidadão. Por vezes, a solução encontrada no bairro é o

fornecimento de endereço de um vizinho ou associações de moradores que servem como ponto de referência. Esse pode ser um caminho de solução para os moradores, mas pode trazer problemas ao poder público na elaboração de políticas públicas a partir de dados georreferenciados.

Foram analisados também alguns dados das ruas, como a existência de pavimentação, calçada, rampas para cadeirantes, meio-fio e bueiro/boca-de-lobo.

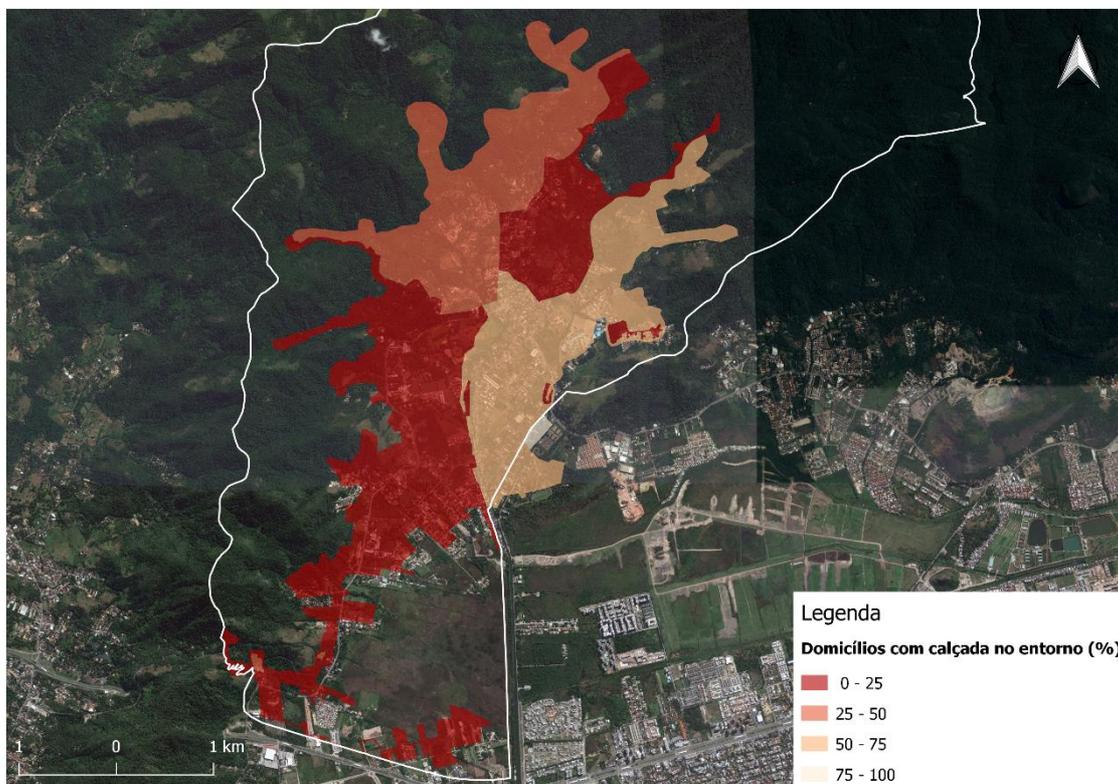
Em Vargem Grande, apenas 47% das vias tem pavimentação. Ou seja, mais da metade das ruas não possuem cobertura asfáltica, de cimento, pedra ou paralelepípedo. Quando a análise se volta a infraestrutura para os pedestres, a situação é ainda mais agravante. No bairro, não existem rampas para cadeirantes no entorno dos domicílios e apenas 25% dos domicílios possuem calçadas no seu entorno. Este é o mesmo dado para a existência de meio-fio (25%) e um ponto percentual menor que os domicílios com bueiro/boca-de-lobo no entorno (26%). Estes dados são alarmantes, pois evidenciam dois problemas comuns das grandes cidades brasileiras. Primeiro, o não privilégio dos pedestres em detrimento dos transportes motorizados, criando cidades menos humanas, acessíveis e seguras. Segundo, é a baixa qualidade da drenagem urbana que, com a falta de bueiros, por exemplo, impulsiona a ocorrência de alagamentos e enchentes, junto à falta de saneamento básico, contribui para problemas de saúde pública e baixa qualidade de vida.

Nos mapas a seguir, é possível observar a distribuição das vias e calçadas entre os setores censitários do bairro. Observa-se, como recorrente, a existência de infraestrutura mais consolidada no centro o bairro, entre o Largo de Vargem Grande e o Rio Water Planet.



Mapa 6 - Existência de pavimentação no entorno de domicílios, distribuídos por setores censitários.

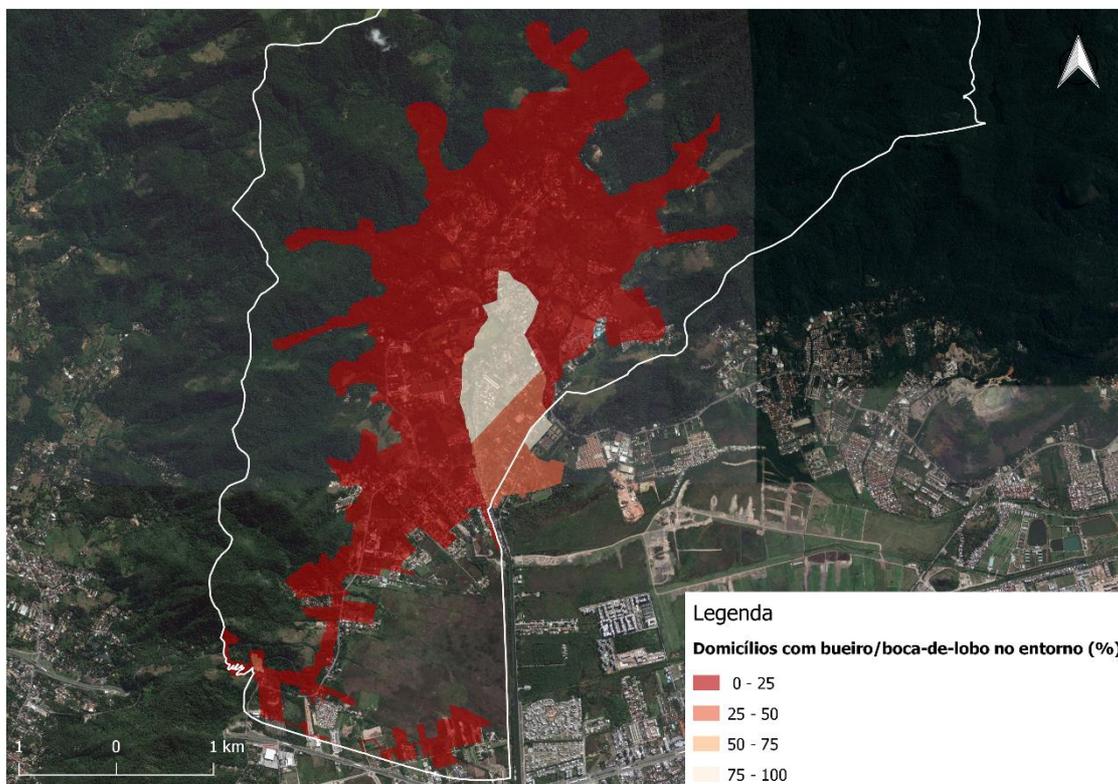
Fonte: Autor (2018)



Mapa 7 - Existência de calçada no entorno de domicílios, distribuídos por setores censitários.

Fonte: Autor (2018)

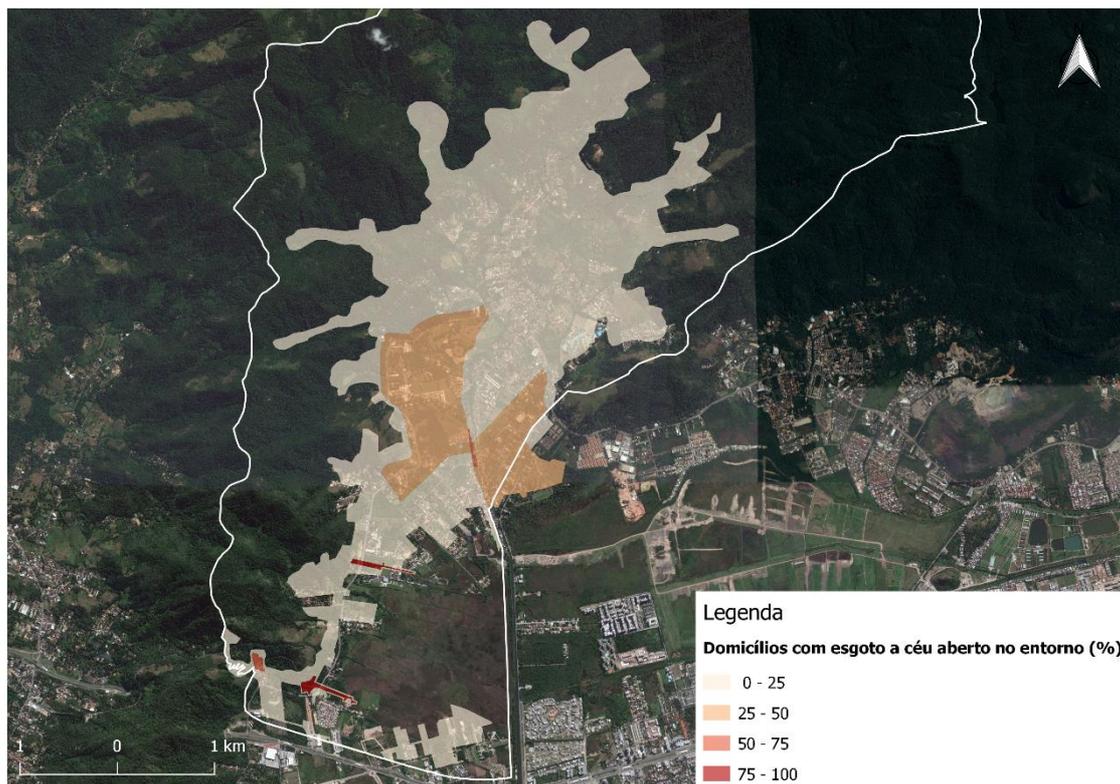
Retomando o debate sobre a distribuição dos bueiros e o prejuízo à saúde e ao meio ambiente, é possível observar no mapa a seguir a pequena faixa servida pela infraestrutura, evidenciando um serviço público de oferta pontual e bem localizada.



Mapa 8 - Domicílios com bueiro/boca-de-lobo no entorno, distribuídos por setores censitários.

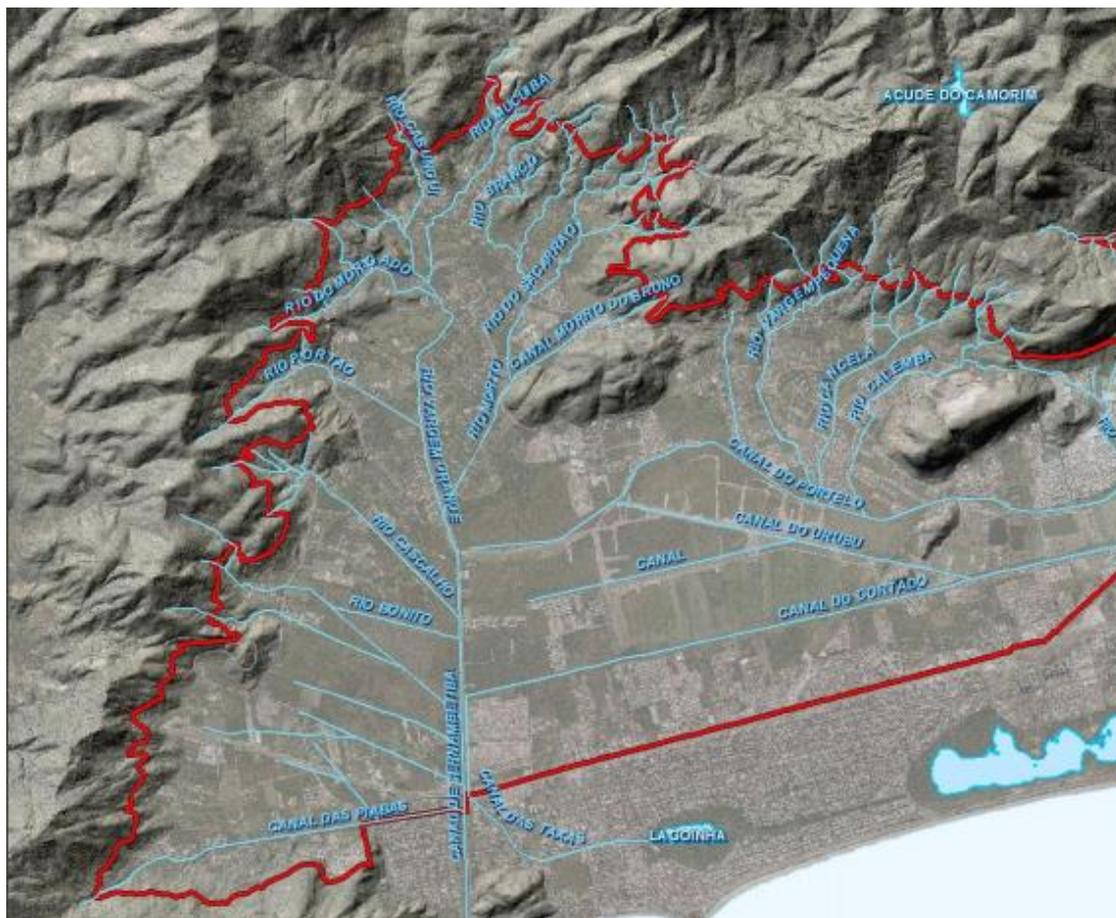
Fonte: Autor (2018)

Soma-se a esta questão, um dado de esgoto a céu aberto. Segundo os entrevistados, 14% dos domicílios possuem esgoto a céu aberto no seu entorno. A distribuição dos locais que possuem essas características é em sua maioria áreas com a existência de favelas, mas é possível observar também, com ajuda do Mapa 9, que os imóveis ao longo do Rio Vargem Grande e do Rio Morto apontam existência de esgoto a céu aberto, o que, ao se observar os rios *in loco*, os moradores estariam referindo-se ao mesmo que, por vezes, recebe despejo irregular de esgoto de condomínios e favelas.



Mapa 9 - Domicílios com esgoto a céu aberto no entorno, distribuídos por setores censitários.

Fonte: Autor (2018)



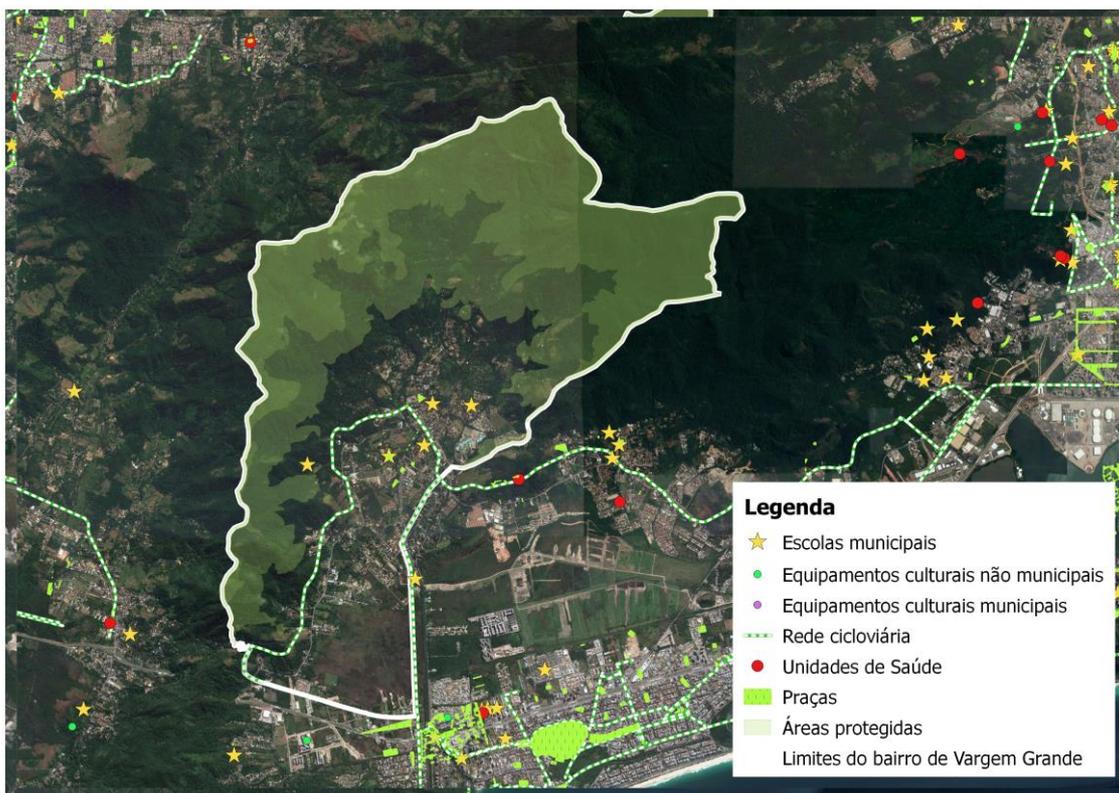
Mapa 10 - Rios que cortam a área do projeto PEU das Vargens.

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Coordenadoria de Conservação e Proteção Ambiental, 2016. (recorte do autor).

3.2.10 Equipamentos públicos e cultural

No mapa a seguir, é possível observar a localização das cinco escolas de ensino fundamental do bairro, sendo uma EDI – Espaço de Desenvolvimento Infantil –, voltada para a alfabetização. São também destacados a ausência de espaços culturais e de saúde.

A rede cicloviária do bairro compreende apenas a Estrada dos Bandeirantes, e mesmo o mapa da SMAC indicando que já existe ciclovia ao longo da estrada do Rio Morto, desde 2015, a informação é incorreta, pois somente metade do trecho encontra-se construído. Também são apresentados no mapa as 11 praças presentes no bairro, ainda insuficientes para a sua magnitude e de baixa infraestrutura.



Mapa 11 - Equipamentos Urbanos georreferenciados no bairro de Vargem Grande.

Fonte: Autor (2018)¹³

3.2.11 Empreendimentos característicos do bairro de Vargem Grande

Além dos dados coletados oficialmente sobre equipamentos públicos e características socioeconômicas, é importante destacar a grande presença de sítios, fazendas, haras, clubes, restaurantes e ateliês na região.

No mapeamento realizado pela equipe organizadora do Festival de Arte e Gastronomia das Vargens, é possível observar alguns ateliês e restaurantes distribuídos pelo território. No site da Central dos Sítios¹⁴, dos espaços disponíveis para locação e realização de eventos, 69% estão no bairro de Vargem Grande.

¹³ Elaboração própria, com base nos dados do IPP (2017)

¹⁴ Empresa responsável pela gestão de diversos sítios na região de Vargem Grande, Vargem Pequena, Recreio e Ilha de Guaratiba. Disponível em < <https://www.centraisitios.com.br/sitios-vargem-grande-pequena-ilha-de-guaratiba> > Acesso em:



Figura 3 - Conjunto de Ateliês e restaurantes da região, mapeados para o II Festival de Arte e Gastronomia das Vargens.

Fonte: Rio Guia Oficial, 2011

3.2.12 Valorização imobiliária

Embora a análise sobre a infraestrutura da região apresente indicadores não muito animadores e que poderiam ser compreendidos como potenciais elementos para desvalorização da região, o mercado imobiliário não interpreta da mesma forma. É possível observar, a partir da análise do índice FipeZAP da Zap Imóveis, site de venda e aluguel de imóveis em todo Brasil, que o valor médio do metro quadrado do bairro variou positivamente 98 pontos percentuais entre 2008 e 2017.

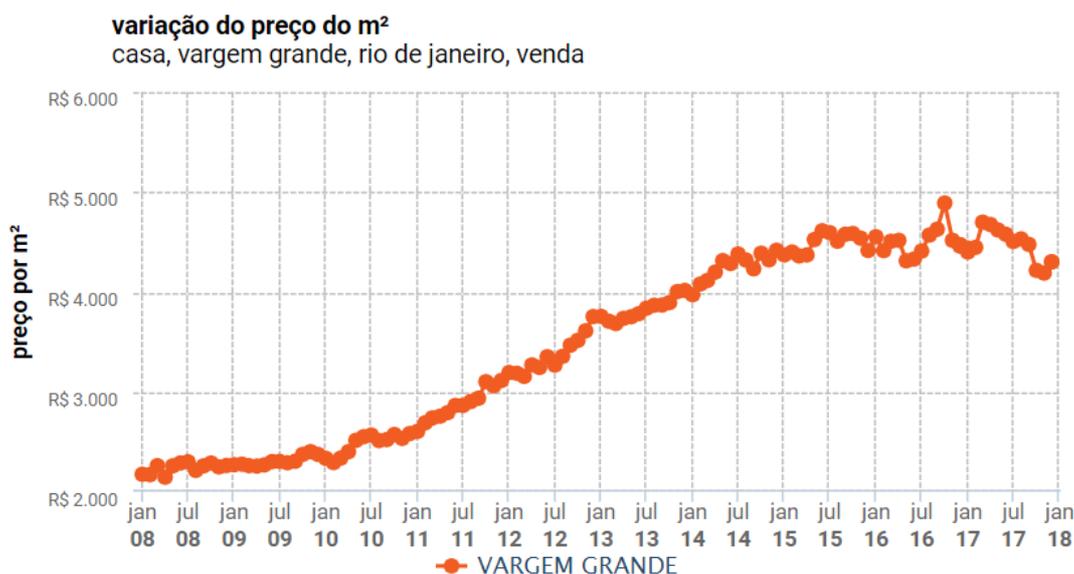


Gráfico 1 - Variação do preço do m² de Vargem Grande.

Fonte: Índice FipeZap, Zap Imóveis, 2018

Essa valorização pode ser reflexo da proximidade do bairro com as praias e com o Parque da Pedra Branca, que apresenta um importante elemento “verde” para o mercado imobiliário, além das características bucólicas do bairro. Além disso destaca-se que

A região das Vargens possui uma localização que pode ser considerada “estratégica” tanto por estar na zona de expansão de bairros nobres da zona oeste do Rio de Janeiro (Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes), quanto por se localizar no “coração” da cidade ao analisarmos sua posição em relação aos limites da cidade e mesmo em relação à Região Metropolitana, o que lhe garante proximidade à zona norte, comunicação com os demais bairros e centros metropolitanos da Baixada Fluminense, com a Baía de Sepetiba e com o próprio núcleo metropolitano. (ARAÚJO, 2016 apud SMA – PMRJ, 1998).

3.3 CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DO BAIRRO DE VARGEM GRANDE

O território de Vargem Grande tem 3.938,04 hectares e é coberto em grande parte por vegetação da Mata Atlântica. Segundo os dados do Portal GEORIO¹⁵ de 2011, apenas 10,75% é área urbana, sendo o restante dividido entre vegetação secundária (64,62%), brejo (7,32%), agricultura (1,56%), vegetação arbóreo-arbustiva (8,87%), vegetação gramíneo-lenhosa (6,56%), extração mineral (0,02%) e afloramento rochoso (0,23%). Segundo o ranking de bairros com maior área de Mata Atlântica e ecossistemas associados, Vargem Grande aparece em quarto colocado, atrás apenas dos grandes bairros de Guaratiba, Jacarepaguá e Campo Grande.

O bairro possui grande parte de sua área coberta pelo Parque Estadual da Pedra Branca (58,09% acima da cota 100¹⁶) e por vegetações (como brejo) e espécies nativas da flora (como o Jequitibá) que não são comumente encontradas em outras áreas do município.

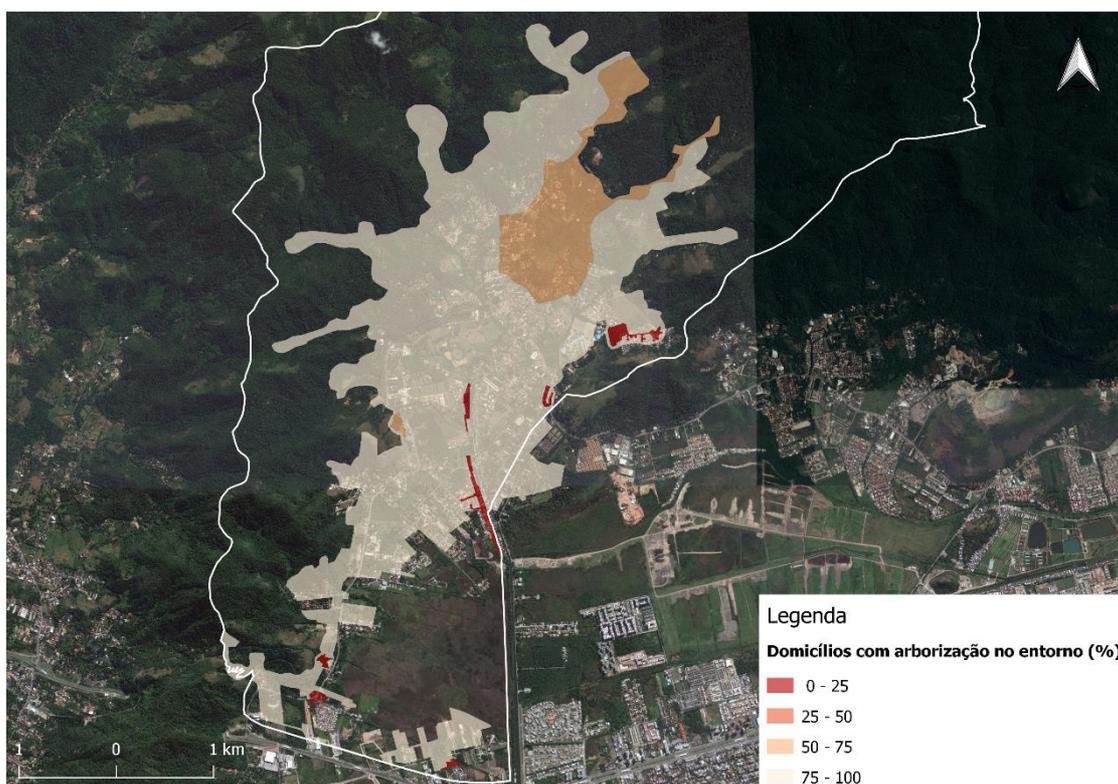
‘Vargem’ é sinônimo de ‘várzea’, que segundo o mais recente código Florestal brasileiro são áreas baixas, planas e férteis à margem dos cursos d’água, sujeitas a enchentes e inundações periódicas. Situada entre o mar do Oceano Atlântico e a montanha do Parque da Pedra Branca, estima-se que a 7.000 anos o mar alcançava os pés da montanha, o que levou a criação da extensa planície com as especificidades acima citadas. (MONTEZUMA e OLIVEIRA, 2010).

Disponível em <¹⁵ http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_bairro.htm> Acesso em 15 de Abril de 2017.

¹⁶ Cota 100 é a expressão para a área que está 100 metros acima do nível do mar, onde as permissões para construção edilícia são limitadas em detrimento da proteção do meio ambiente.

3.3.1 Arborização

Segundo o CENSO 2010, 31% das moradias não possuem árvores no entorno. A pesquisa considera se na frente do domicílio ou no entorno ou no canteiro central existia árvore ao longo da calçada/passeio e/ou em canteiro que dividia pistas de um mesmo logradouro, mesmo que apenas em parte. Considerou-se também a arborização quando existente em logradouros sem pavimentação e/ou sem calçada/passeio. O que é possível observar é que na maior parte dos setores, mais de 75% possuem arborização, este fator torna o acesso por caminhada ou por bicicleta mais agradável, promove uma maior possibilidade de infiltração da água da chuva e melhora a qualidade do ar. Os que indicam uma menor recorrência são áreas mais densas, com padrões construtivos mais semelhantes às grandes cidades, como na Favela da Cascatinha e na do Rio Morto e os condomínios do entorno.



Mapa 12 - Domicílios sem arborização no entorno, distribuídos por setor censitário

Fonte: Autor (2018)

3.3.2 O Parque Estadual da Pedra Branca

O Parque Estadual da Pedra Branca foi criado por meio da Lei Estadual nº2377, em 23 de junho de 1974. Sua delimitação como área a ser protegida pelo ente público começou na primeira metade do século 1920,

o governo federal instituiu as Florestas Protetoras da União de Camorim, Rio Grande, Caboclos, Batalha, Guaratiba, Quininha, Engenho Novo de Guaratiba, Colônia, Piraquara e Curicica com o objetivo de proteger os recursos vitais (...) em 1963, pelo Decreto nº 1.634, a área foi declarada de utilidade pública para que fosse desapropriada. (OLIVEIRA,2007, P.5)



Figura 4 - Conjunto de Unidades de Conservação inseridos no MRJ.

Fonte: SMA, MRJ, 2014¹⁷.

O Parque representa 10% do território da cidade do Rio de Janeiro, possui 12.500 hectares e apresenta-se como a maior reserva florestal em área urbana no mundo. Além disso, mais de 50% do remanescente de Mata Atlântica da cidade está concentrado no Parque, bem como inúmeros sítios tombados. Na cidade, ele detém o ponto mais alto, o Pico da Pedra Branca, com 1.024 metros de altura em relação ao nível do mar. Sua cobertura vegetal é distribuída em três tipos: vegetação de campo antrópico, constituído de culturas, pastagens e macegas, que representa 26% da área, Florestas Alteradas, incluindo os bananais, com 17% da área e 55% coberto por Floresta da Mata Atlântica.

A importância ambiental do Parque é imensurável, porém, cabe apresentar alguns dados expressivos da fauna e flora da região. Segundo o site Parque Pedra

¹⁷ O Estudo em questão foi disponibilizado pelo técnico Rhian Vieira Soares durante uma apresentação realizada na AMAVAG no dia 16 de novembro de 2017.

Branca¹⁸ são 220 espécies de aves, 38 de répteis, 12 de anfíbios e 79 de mamíferos, além de espécies de peixes e invertebrados. Na fauna, segundo pesquisa realizada no bairro de Vargem Grande:

Foram identificadas 221 espécies, 172 gêneros e 71 famílias botânicas das quais Lamiaceae e Asteraceae foram as que mais se sobressaíram e número de espécies. As categorias que se sobressaíram em número de espécies foram as medicinais (122); alimentares (71); ornamentais (34) em comparação com as condimentares (16), rituais (15), uso animal (5), usadas para construção (4) e cosméticas (1). (MAGALHAES, 2010, p.7)

Dentre as espécies encontradas no Parque, muitas encontram-se em processo de extinção, devido ao avanço do urbano sobre a área. Destacam-se na flora o Jequitibá e o Palmeira de palmito-Juçara e na fauna o tucano-de-bico-preto e os araçaris.



Figura 5 - Palmeira de onde se extrai o Palmito Juçara

Fonte: Parque Pedra Branca, 2010.

3.3.3 Proposta de criação de Unidade de Conservação

Devido à expansão das áreas urbanas dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena e Recreio dos Bandeirantes sobre as regiões de grande fragilidade ambiental, a Coordenadoria de Conservação e Proteção Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente realizou, em setembro de 2014, um estudo de breve caracterização ambiental da área definida para o PEU das Vargens para criação de uma unidade de conservação.

Para a caracterização, utilizou-se técnicas de geoprocessamento como ortofotos e fotografias aéreas associadas à existente cartografia oficial do município e também a coleta de novos dados por meio de visita de campo com uso do GPS.

Foram estudadas as áreas do sopé do Maciço da Pedra Branca, circundada pelas lagoas de Jacarepaguá, Marapendi e Lagoinha, partes integrantes do sistema lagunar da baixada de Jacarepaguá.

A área estudada é cortada por rios e diversos canais que através da dinâmica hídrica promovida pelo escoamento superficial e subsuperficial mantem um

¹⁸ <http://www.parquepedrabranca.com/p/fauna-e-flora.html>

ecossistema com características brejosas, incluindo florestas paludosas com ocorrência de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção. As áreas alagadas que são observadas, principalmente em sua porção central, abrigam uma biota totalmente adaptada às condições físicas do relevo e constituem um dos últimos remanescentes deste ambiente no Estado do Rio de Janeiro e, principalmente, no município. (SMA, PMRJ, 2014)



Mapa 13 - Hidrografia da baixada de Jacarepaguá, com destaque para a área do PEU das Vargens 2009

Fonte: SMA, PMRJ, 2014

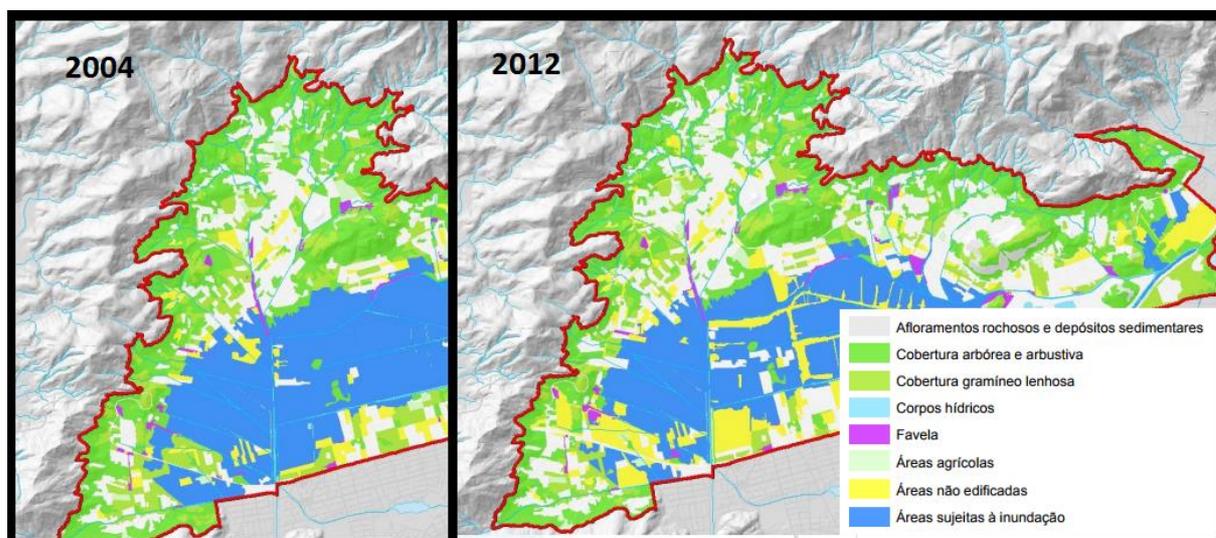
As principais características levantadas pelos técnicos referentes às condições ambientais que restringem ou condicionam a ocupação da área foi a presença de solos orgânicos¹⁹; terrenos suscetíveis aos processos de inundação ou permanentemente alagados²⁰; e ecossistema adaptado às condições do ambiente perilagunar.

No Mapa 14, a seguir é possível observar o levantamento comparativo realizado entre os anos de 2004 e 2012, mostrando a redução das áreas de fragilidade ambiental, em especial, das áreas sujeitas à inundação e sobre a cobertura gramíneo lenhosa. No quadro seguinte, essa expansão é traduzida em hectares (ha) e mais dois dados podem ser destacados: a redução em 7,26 hectares das áreas agrícolas (cerca de 10%) e o baixo crescimento das favelas (5%) em relação às áreas residenciais (30%), contra

¹⁹ São os Organossolos de maior ocorrência, identificados em áreas de baixadas úmidas ou alagadas, mal e muito mal drenadas, sendo originados de sedimentos orgânicos do Holoceno. Com relação às características físicas, apresentam restrições causadas por drenagem deficiente relacionadas aos ambientes de ocorrência destas classes de solos. Também, em função da tendência à subsidência (abaixamento do nível da superfície do solo causada pela retração do material) típica destes solos, apresentam forte restrição à mecanização. Fonte: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000gn362j9z02wx5ok0liq1mq8uzht6c.html. Acesso em 11 de dezembro de 2017.

²⁰ Áreas ocupadas por brejos, baixios, com a vegetação característica desses ambientes.

argumentando comentários de que as favelas são os grupos em maior expansão e que mais contribuem para o prejuízo ambiental.



Mapa 14 - Evolução de fragmentos urbanos sobre as áreas frágeis ambientalmente.

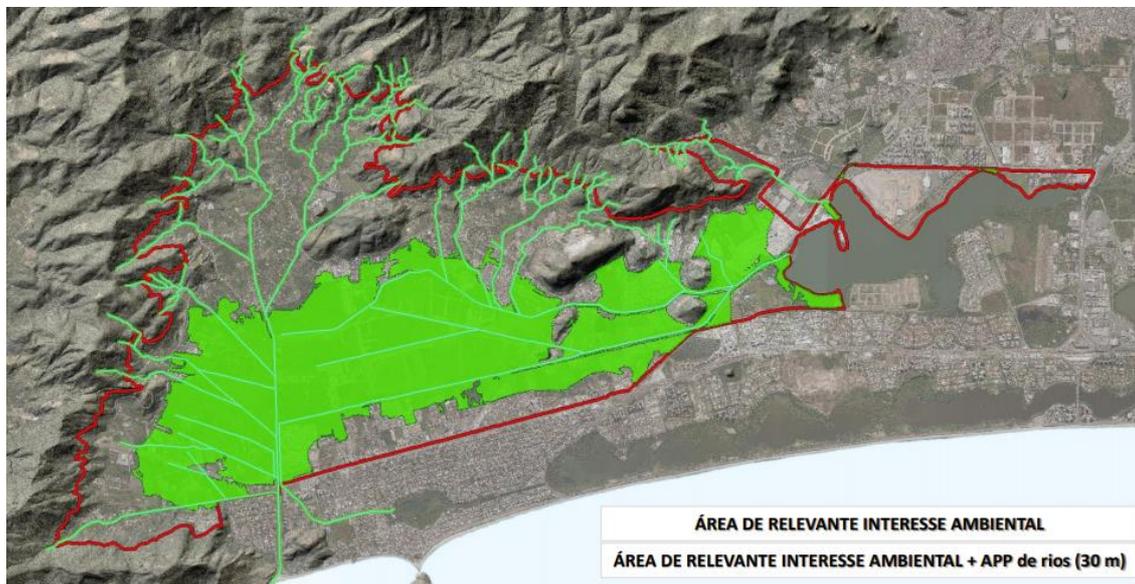
Fonte: SMA, PMRJ, 2014. (Recortes do Autor).

Tabela 1- Mudança das características do solo da região do PEU das Vargens.

Uso do Solo	2004 (ha)	2012 (ha)	Diferença
Afloramentos rochosos e depósitos sedimentares	41,34	41,04	-0,3
Áreas agrícolas	78,03	70,77	-7,26
Áreas de comércio e serviços	54,72	77,69	22,97
Áreas de educação e saúde	29,59	31,89	2,3
Áreas de exploração mineral	64,64	65,4	0,76
Áreas de lazer	190,05	299,96	109,91
Áreas de transporte	12,32	12,63	0,31
Áreas industriais	9,27	8,78	-0,49
Áreas institucionais e de infraestrutura pública	30,52	31,48	0,96
Áreas não edificadas	335,77	555,07	219,3
Áreas residenciais	710,83	924,64	213,81
Áreas sujeitas à inundação	1.247,07	1.014,72	-232,35
Cobertura arbórea e arbustiva	1.436,44	1.356,48	-79,96
Cobertura gramíneo lenhosa	720,83	470,35	-250,48
Corpos hídricos	85,79	81,18	-4,61
Favela	77,43	82,57	5,14

Fonte: SMA, PMRJ, 2014.

A partir deste panorama e do levantamento *in loco* da importância de preservação da área estudada, os técnicos delimitaram a área de relevante interesse ambiental a fim de ser criada uma Unidade de Conservação.



Mapa 15 - Área sugerida para criação de Unidade de Conservação.

Fonte: SMA, PMRJ, 2014

Quatro pontos sustentaram o argumento dos técnicos que elaboraram o estudo para criação da UC na região:

- 1 – A área das Vargens está localizada em uma posição geográfica estratégica quando observada sob a ótica da conectividade entre os ecossistemas presentes na bacia de Jacarepaguá;
- 2 – O tipo de solo (Organossolo) predominante naquela área, típico de ambientes brejosos perilagunares, apresenta tendências ao abaixamento do nível da superfície causada pela retração do material que o constitui;
- 3 – Os últimos ecossistemas característicos de áreas úmidas (Brejos) da Cidade do Rio de Janeiro, concentrados na bacia de Jacarepaguá e, em maior representatividade na área das Vargens, estão desaparecendo do município;
- 4 – As Unidades de Conservação situadas no entorno das lagoas de Jacarepaguá não só ajudam a proteger aquele sistema, formado pelos rios que descem dos maciços e encharcam as baixadas, mas, principalmente, dependem do bom funcionamento e do equilíbrio ambiental de todo o ecossistema típico dessas áreas brejosas. Preservar esse ecossistema é, em primeiro lugar, garantir que as APAs de Marapendi e Tabebuias e os Parques Chico Mendes, Bosque da Barra, Marapendi e Barra da Tijuca continuem existindo. **Uma estratégia para pensar a melhor forma de ocupação**

sustentável daquela área passa por um processo de discussão onde os condicionantes socioambientais do território assumam o protagonismo no estabelecimento das diretrizes do projeto. Um dos melhores instrumentos que temos para isso é a Unidade de Conservação da Natureza. É forte, democrático, multidisciplinar e está consagrado no Plano Diretor da Cidade. (SMA, PMRJ, 2014 – grifo do autor)

Além da criação da UC, os técnicos recomendaram aprofundamento dos estudos para ocupação da área, maior fiscalização e monitoramento da área para preservação dos recursos naturais e a garantia de instrumentos de gestão e profissionais qualificados para realização do Plano de Manejo, de Programas de Educação Ambiental e Planos emergenciais para manutenção da área.

3.4 SABERES LOCAIS

Em meio a realidade de um bairro tão rico e de características tão distintas, cabe aqui um pouco mais de aprofundamento sobre os saberes locais e as práticas cotidianas do bairro de Vargem Grande.

Como observado na história relatada no início deste trabalho, a região das Vargens sempre foi uma zona de abastecimento da então capital do Brasil. Para retratar esta prática, é apresentado o mapa a seguir que georreferencia os principais sítios, roças, hortas e aviários que serviam de abastecimento ao então Distrito Federal no início do século 20.

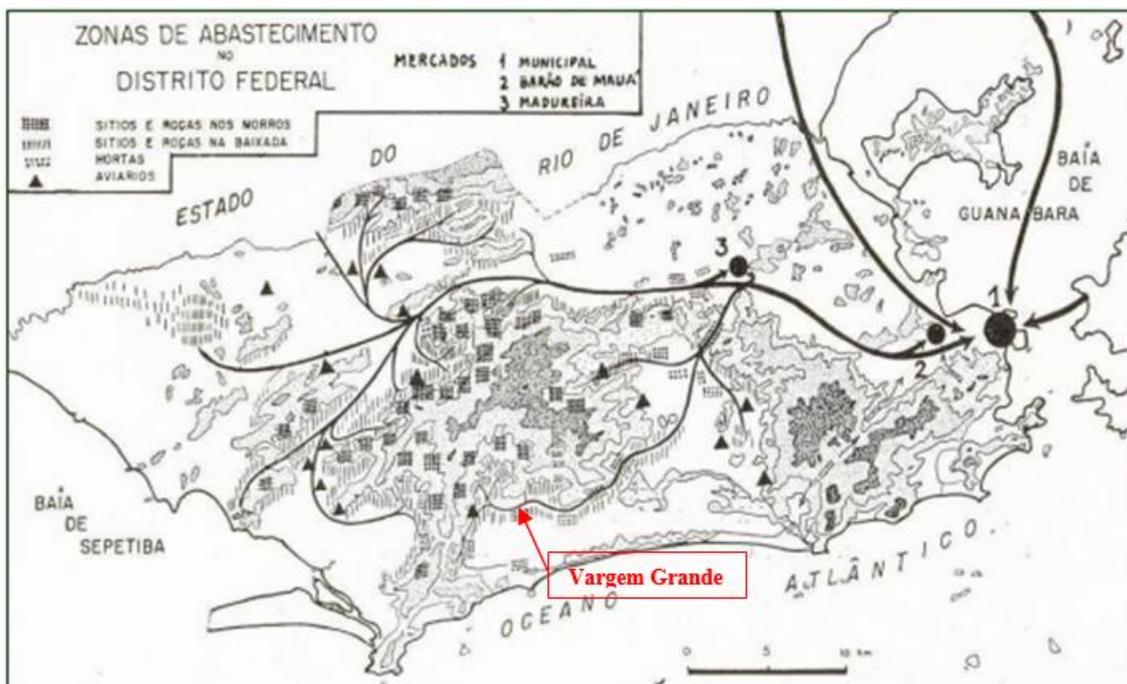


Figura 6 - Principais zonas de abastecimento de hortifrutigranjeiros da cidade do Rio de Janeiro, em destaque o bairro de Vargem Grande

Fonte: ABREU, 1957 com destaque do autor

Uma das produções agroecológicas mais comuns na região é o cultivo de banana. O cultivo desta fruta no bairro de Vargem Grande, em especial feito pelos quilombolas do Quilombo Cafundá Astrogilda, se destaca desde os idos de 1900.

Segundo Magalhães (2010),

O cultivo da banana é referência nesta região atualmente e em tempos pretéritos. “A bananeira é uma das plantas mais úteis ao habitante das zonas tropicais porque fornece alimento farto em retribuição a muito pouco trato” (Abreu, 1957). Em meados da década de 50, toda a produção era consumida no próprio mercado do Rio; a população de menores recursos encontrava na banana um alimento barato, sadio e saboroso. Essa referência é capaz de agregar dois fatores relevantes e determinantes para a expansão do cultivo de bananas nas encostas dos maciços cariocas: a pequena exigência de mão-de-obra para o manuseio do cultivo e o valor alimentício. (MAGALHÃES, 2010, p.74)



Figura 7 - Disposição dos bananais nas encostas dos maciços da Pedra Branca e Gericinó

Fonte: ABREU, 1957 apud MAGALHÃES, 2010.

Atualmente, a banana orgânica do bairro de Vargem Grande destaca-se em todo Estado do Rio de Janeiro, tendo ganhado, em 2015, o prêmio de Maravilha gastronômica²¹ da cidade. Seu cultivo ainda é praticado nos sopés do maciço da Pedra Branca e o escoamento da produção ainda é realizado por ‘burros de carga’, como observado no fundo da foto a seguir.



²¹ <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/bananas-de-vargem-grande-se-tornam-maravilha-gastronomica-do-rio-18436324>

Figura 8 - Banana Maravilha na feira da Roça de Vargem Grande.

Fonte: Autor, 2017.

Outra produção bastante comum para os moradores é a de ervas e plantas medicinais. Utilizadas como forma de combate a dores, doenças e mal-estar, estas plantas vêm ao longo do tempo tendo sua relevância e eficácia reconhecida pela medicina tradicional e pelas políticas públicas, tendo seu ápice alcançado com a promulgação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), criada através do decreto nº 5813 de 2006.

Um importante projeto a ser compartilhado é o PROFITO, criado em 2006 pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por meio de seu Laboratório de Biodiversidade (PAF/NGBS), em estreita parceira com os agricultores do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) a fim de criar um arranjo produtivo de plantas medicinais gerando trabalho e renda para os agricultores da região.

Devido à difícil liberação do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) para realização do projeto no território do Maciço da Pedra Branca²² onde encontram-se os agricultores e suas respectivas produções, quatro sistemas agroflorestais medicinais foram implantados nas áreas do entorno do parque: no Campus Fiocruz Mata Atlântica e em bairros do Rio da Prata e Vargem Grande (BAPTISTA, 2014). Nestes espaços foram fortalecidos diferentes pontos, como

²² O Maciço da Pedra Branca constitui-se como um território, de acordo com as definições de Lastres e Cassiolato (2003), contendo para além da dimensão física, uma dimensão econômica, devido à existência de uma produção agrícola que é anterior à criação do parque, sócio política que envolve as interações sociais entre os agricultores, associações e a equipe do PROFITO e as relações de poder com os gestores do parque (INEA) e simbólica, pois os agricultores desenvolveram relações afetivas, culturais e de identidade com esse espaço. (BRITO, 2016)

A conscientização dos agricultores sobre a importância de um sistema agroecológico sustentável e do resgate da utilização de plantas medicinais, baseado nos conhecimentos tradicionais de uma agricultura familiar e a necessidade de criação de uma rede sociotécnica para viabilizar a interlocução dos agricultores com associações locais para a troca de informações e empoderamento político dos mesmos. (BRITO, 2016, p.43).



Figura 9 - Projeto Profito - curso de capacitação em plantas medicinais 2010-2011

Fonte: Silvia Baptista, acervo pessoal

Em 2012, o grupo de agricultores de Vargem Grande alcançam uma relevante conquista. A obtenção da Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP)²³ os colocam em um patamar de reconhecimento e acesso a políticas públicas almejado por diversos anos.

Após a obtenção do DAP, os agricultores do Maciço da Pedra Branca passaram a comercializar para colégios estaduais da região através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Atualmente, cinco escolas do entorno do PEPB adquirem alimentos orgânicos, diretamente dos agricultores da cidade (BAPTISTA, 2014), sendo a primeira venda do PRONAF realizada ao Colégio Estadual Professor Teófilo Moreira da Costa, no bairro de Vargem Grande, que, simbolicamente, foi uma escola rural no passado (BRITO, 2016 apud FERNANDEZ e BAPTISTA, 2014 p.75).

Ressalta-se que a conquista é relevante, mas a obtenção de três DAPs ainda não é o suficiente para o universo de 120 agricultores mapeados no Maciço da Pedra Branca. Para a obtenção da documentação são necessárias informações sobre documentação, o tamanho da propriedade, o local de moradia, a mão de obra utilizada e a composição da renda (PRADO, MATTOS e FERNANDEZ, 2012).

²³ A Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) é um importante documento para acesso a crédito e mercados institucionais, pois se trata de um instrumento necessário para acesso aos programas governamentais, sem o qual não é possível acessar os programas direcionados à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (BRITO, 2016)

Os resultados do projeto PROFITO apresentam êxito para além do reconhecimento das plantas medicinais como relevantes para tratamentos de saúde, mas também na medida em que têm fortalecido e reunido os agricultores de diferentes associações como ALCRI²⁴, AGROPRATA²⁵ e AGROVARGEM²⁶ em grupos e redes (universidades, consumidores orgânicos, produtores) a fim de promover a troca de informações e aumento de repertório de atividades e estratégias, assim como instruindo os agricultores para demarcação de seu território e alcançando a certificação necessária à comercialização da produção nas feiras orgânicas da cidade. (PRADO, MATTOS e FERNANDEZ, 2012).



Figura 10 - Práticas agroecológicas na região do Maciço da Pedra Branca.

Fonte: Silvia Baptista (2007) e acervo do autor (2017)

²⁴ Associação de Lavradores e Criadores de Jacarepaguá, criada em 2007.

²⁵ Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca, criada em 2003.

²⁶ Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande, criada em 2007.

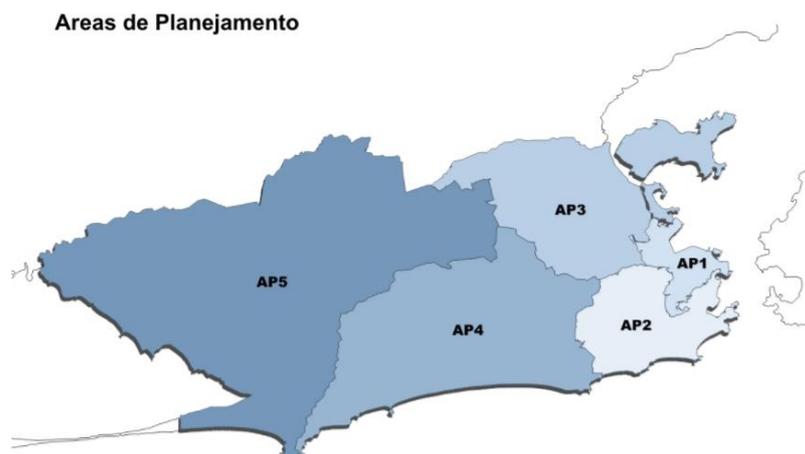
4 OS PLANOS PARA DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

4.1 O CONCEITO DO PEU AO LONGO DOS ANOS

A ideia de criar um plano local, considerando as especificidades de determinada região da cidade através de um Projeto de Estruturação Urbana (PEU) é anterior a nossa mais recente Constituição Federal. Data de 1977, a instituição, através do Decreto nº1.269, do Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro (PUB-RIO).

O PUB-RIO surgiu com base na confluência das legislações Estadual e Federal que estabeleciam diretrizes para o desenvolvimento das cidades, Estados e da nação. A nível Estadual, a Legislação estava em consonância com o I PLAN-RIO (Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro) e a nível Federal, de acordo com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). O PUB-RIO tinha como objetivo fortalecer a posição do município como centralidade metropolitana e referência das economias regional e nacional a fim de promover maior produtividade e bem-estar para a população carioca.

Para implantação do PUB-RIO, foram criadas seis áreas de planejamento no município que teriam seus respectivos PEUs, com objetivo de definir traçados viários, planos de massa e padrões de uso do solo. Posteriormente, em 1981, essas áreas de planejamento seriam reduzidas ao número atual de 5 (cinco) APs, fundindo a então AP6 (área da Ilha do Governador) à AP3 (Zona Norte).



Mapa 16 - Áreas de planejamento da cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Site da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2015

No primeiro ano da Legislação, foi elaborado o PEU da Urca, um projeto que até os dias atuais considera-se referência de planejamento para urbanistas e planejadores

urbanos. Aprovado em 2 de março de 1978, através do decreto 1446, tinha como objetivo a preservação paisagística da região e a sua proteção ambiental (Neves, 1979). Segundo Caderman (2014), os PEUs não tinham apenas o objetivo de determinar parâmetros urbanísticos, mas, também, determinar locais de escolas, praças e demais usos públicos, infraestrutura, desenho urbano e sistema de transportes, o que nunca ocorreu em totalidade.

A segunda evolução legislativa referente à temática dos PEUs aconteceu no Plano Diretor (PD) de 1992. Neste, o PEU, ainda “Projeto de Estruturação Urbana”, passou a ser entendido como o plano para um conjunto de bairros que determinava normas de uso e ocupação do solo e definição de áreas para construção de equipamentos públicos. Neste PD, a participação popular é assegurada através da representação de entidades e associações comunitárias em grupos de trabalho, comissões e órgãos colegiados.

O passo seguinte que determina a função dos PEUs vigentes atualmente deu-se através do Plano Diretor de 2011, agora denominado “Plano de Estruturação Urbana”.

Pode-se argumentar que a mudança parcial de denominação do instrumento (com a troca do termo “projeto” para o termo “plano”) teve a intenção de refletir o real conteúdo que geralmente esse instrumento contém, uma vez que o termo “projeto” traz uma preocupação com ações do poder público, enquanto que um “plano” poderia focar mais na regulação das atividades privadas, como geralmente o fazem. (ARAÚJO, 2016, p.97)

Neste novo texto, o PEU se caracteriza como instrumento que atualiza e aprimora a legislação urbanística de um bairro ou conjunto de bairros e estabelece diretrizes para o desenvolvimento local. A participação popular aparece como fundamental para execução e aprovação do plano, bem como a necessidade de ampla publicidade das informações e de execução dos processos de consulta popular. Por outro lado, não há mais a determinação de locais para equipamentos públicos.

Contudo, de forma específica, quais são as funções que o PEU tem a desempenhar e promover para determinado(s) bairro(s) segundo o PD de 2011?

O site da antiga Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU) do Rio de Janeiro (atual Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação – SMUIH) define o conteúdo básico que o PEU deve ter para ser compreendido como orientador do desenvolvimento físico-urbanístico de um conjunto de bairros limítrofes com características semelhantes. Abaixo são destacadas algumas características

fundamentais para a discussão proposta neste trabalho, retirados do site da SMU (atual SMUIH, com informações no site desatualizadas).

- 1) a adequação das diretrizes estabelecidas no Plano Diretor à dinâmica de ocupação do solo local;
- 2) a definição de parâmetros que regulam a intensidade de uso e ocupação do solo;
- 3) a indicação de áreas com restrição ao adensamento em função da capacidade de infraestrutura básica e dos projetos de melhoramentos previstos.
- 4) o estabelecimento dos padrões, da volumetria e das condições de edificação;
- 5) as diretrizes de localização espacial dos usos e das atividades;
- 6) a definição de uma estrutura viária básica, hierarquizada segundo funções exercidas no contexto local e municipal;
- 7) a 9) revisão dos Projetos de Alinhamento (PAs) dos logradouros, com definição das necessidades e das prioridades de implantação;
- 10) a definição de Áreas de Especial Interesse diversas (urbanístico, social, ambiental, turístico ou funcional), com o estabelecimento dos parâmetros de ocupação, ações e intervenções específicas complementares;
- 11) a definição de áreas de preservação ambiental e do patrimônio construído;
- 12) a identificação das áreas frágeis de encosta e de baixada, quando for o caso, com a definição de regras para sua ocupação;
- 13) a indicação de áreas a serem contempladas com projetos urbanos e de melhorias na infraestrutura local;
- 14) a definição de áreas a serem reservadas para implantação de equipamentos urbanos. (Fonte: SMU, PMRJ²⁷)

É possível depreender que, institucionalmente, o PEU, ao longo dos anos, foi ampliando seu escopo de mero definidor de traçados de vias, planos de massa e padrões de uso do solo para definidor de diretrizes que promovam o desenvolvimento local com ampla participação popular. Um cenário positivo, mesmo com a perda da definição de áreas para equipamentos públicos, que mesmo aparecendo no site da prefeitura, não aparece na legislação do PD (art. 69).

Tomando como referência também estes conteúdos essenciais para a criação e aprovação de um PEU, serão analisados os PEUs propostos em 2004, 2006, 2009 e

²⁷ Disponível em <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/paginas/peu.asp>

2015 a fim de compreender as limitações e os avanços, os contrassensos e os retrocessos propostos por cada gestão governamental. Cabe ressaltar que essa é uma decisão de análise metodológica com objetivo comparativo, visto que a obrigatoriedade desses conteúdos não é expressa de forma clara em legislações anteriores ao PD de 2011.

Concomitante a esta análise, serão expostas também outras legislações, em ordem cronológica, que trataram sobre parâmetros urbanísticos e outras questões relevantes à região. Esta análise parte da necessidade de observar como historicamente as gestões, refletidas nas (propostas de) leis, compreendiam como deveria ocorrer a ocupação da região das Vargens e o que estava sendo levado em consideração para tais propostas. É importante ressaltar que a análise aqui presente se baseia na leitura e na interpretação do texto da lei. Sugere-se uma análise mais profunda desse conteúdo em análises futuras, junto a entrevistas de técnicos e entidades que participaram da elaboração de tais projetos. Neste processo apresentado abaixo, os argumentos são elaborados sob a égide de que o texto escrito sob forma de lei deve ser cumprido integralmente, representando o conteúdo desejado e aprovado pelos responsáveis à época.

4.2 O DESENVOLVIMENTO PROPOSTO A REGIÃO SEGUNDO AS LEGISLAÇÕES

4.2.1 O início com o Plano Lúcio Costa

Retornando um pouco no tempo aos idos de 1969, oito anos em relação à legislação do PUB-RIO, é importante destacar a legislação que direcionou a (baixa) ocupação da região das Vargens por 12 anos. Ao observar a intensa ocupação da região da Barra da Tijuca, não se imagina que a pouco mais de 40 anos suas terras eram desertas (em relação à ocupação) e inacessíveis para grande parte da população carioca. A fim de ocupar a região de baixada compreendida entre Barra da Tijuca, Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá com os grandes projetos modernistas, Lúcio Costa é convidado a elaborar o plano de ocupação da região. Segundo Tatiana Silva,

A região foi uma das poucas áreas na cidade do Rio de Janeiro a sofrer um processo de planejamento e ocupação. O objetivo era criar um elo entre o antigo centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o futuro centro que seria construído em Santa Cruz, direcionando o crescimento populacional rumo à Zona Oeste, uma vez que a cidade crescia aceleradamente em direção à Zona Norte e se comprimia na Zona Sul que não possuía mais espaço físico para se expandir. (SILVA, 2013)

O Plano Piloto de urbanização e zoneamento da Baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, aprovado pelo então governador do Estado da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, em 23 de junho de 1969, através do Decreto-lei nº 42, foi incorporado pelo PUB-RIO em 1977, passando a submeter-se assim às políticas municipais. Ao longo dos anos, a ocupação deu-se de forma ordenada nas áreas de maior interesse dos agentes imobiliários da região.

A região compreendida pelos bairros da Barra da Tijuca, e mais recentemente parte do Recreio dos Bandeirantes, teve sua ocupação consolidada com grandes shopping centers, complexos residenciais-clubes, hipermercados e grandes centros de entretenimento.

A região das Vargens estava presente no Plano Lúcio Costa como uma área agrícola. Segundo Lúcio Costa,

às áreas situadas ao norte do futuro Centro Metropolitano(...) deverá ser mantida com sua personalidade própria (...) ao passo que as vargens Grande e Pequena e os belos campos de Sernambetiba devem ser incentivados como áreas de cultura, com sítios, granjas e chácaras.²⁸ (COSTA, 1969, p.12)

Esta ideia é observada na imagem do projeto apresentado na Figura 11.

²⁸ Trecho disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.116/3375>. Acesso em 10 de Janeiro de 2018.

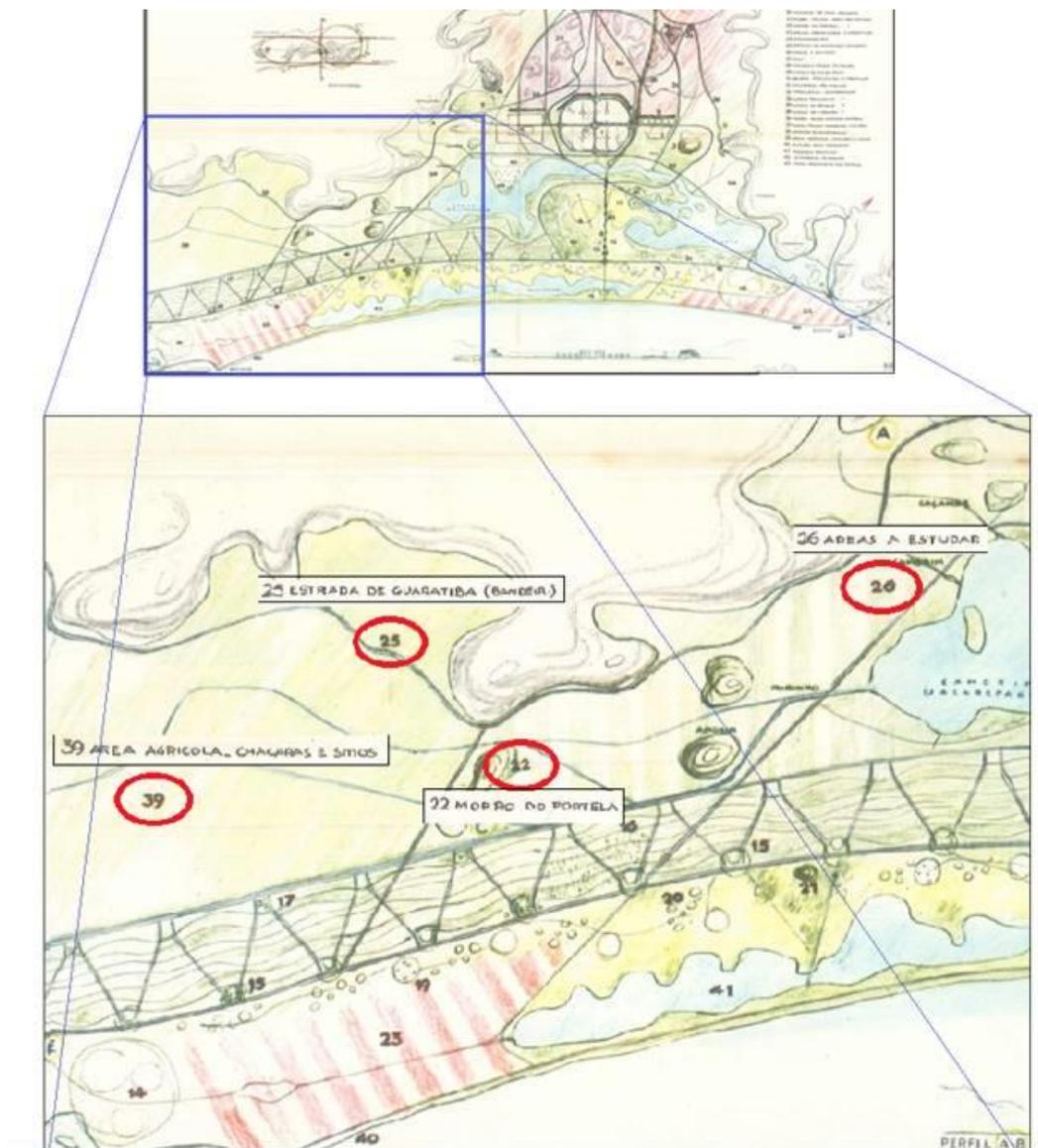


Figura 11 - Plano Piloto para a urbanização da baixada compreendida ente a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá.

Fonte(s): Araújo, 2016.

Uma das relevantes preocupações de Lúcio Costa era a preservação de suas características, como observado neste trecho extraído de seu plano:

A ocupação da área nos moldes usuais, com bairros que constituíssem no seu conjunto praticamente uma nova cidade, implicaria na destruição sem remédio de tudo aquilo que a caracteriza. O problema consiste então em encontrar a fórmula que permita conciliar a urbanização na escala que se impõe, com a salvaguarda, embora parcial, dessas peculiaridades que importa preservar. (COSTA, 1969. Apud ARAÚJO, 2016. P.176)

4.2.2 O Decreto nº 3046 de 1981

O Avanço legislativo para a ocupação da região das Vargens deu-se em 1981, através da aprovação do decreto 3046, conforme exposto no art. 1, dissertam sobre “as Instruções Normativas para disciplinar a ocupação do solo na área da Zona Especial 5

(ZE-5), integrante da Área de Planejamento 4 (AP-4) estabelecida no PUB-RIO”. A ZE-5 caracterizava-se como a área integral do Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá (Plano Lucio Costa). Para a ocupação da área, a ZE-5 foi dividida em 46 (quarenta e seis) subzonas, onde a região das Vargens compreendia as subzonas 22, 24 e 46.

Neste decreto, são apresentados alguns parâmetros interessantes para a ocupação da região. Dentre eles, o parágrafo que trata sobre arborização.

Capítulo II, Disposições Gerais – IV – Nos loteamentos, para cada lote deverão ser plantadas, no logradouro público para o qual o mesmo tenha testada, 2 (duas) mudas de árvores para cada 12,00m (doze metros) de testada, de forma que fiquem centralizadas em relação ao lote e guardando, entre si, um espaçamento mínimo de 6,00m (seis metros). (BRASIL, Decreto 3046, 1981).

Com a implantação desse parâmetro, as calçadas de toda a extensão da área possuiriam cobertura arbórea, contribuindo para um importante modo de deslocamento das cidades que é a caminhada. Pesquisas mostram que áreas arborizadas possuem menor temperatura, propiciando deslocamentos mais saudáveis e confortáveis. Segundo a análise apresentada sobre os dados do IBGE referente à arborização, esta determinação não foi aplicada na totalidade do bairro.

Além da preservação e da expansão da cobertura arbórea, a preservação dos clubes presentes em boa parte da região das Vargens é expressa no parágrafo seguinte:

V – As áreas ocupadas por clubes não poderão ser parceladas e ficam com o uso consagrado, não podendo ser alterada a sua destinação, exceto daquelas que, até a data da publicação deste decreto, tiveram, de fato, sua destinação alterada para uso residencial multifamiliar, desde que estas obedeçam, no que couber e sem prejuízo de outras obrigações a serem impostas pela Administração Pública, às disposições legais exigidas para grupamento residencial unifamiliar. (BRASIL, Decreto 3046, 1981).

Quanto aos parâmetros construtivos, temos na legislação uma densidade baixa prevista de 135 hab./ha, onde a área mínima do lote varia de 1.000 a 50.000 m². O gabarito não ultrapassava dois pavimentos, o Índice de Aproveitamento do Terreno (I.A.T.) era de 0.75 e a taxa de ocupação do terreno variava entre 10% e 30%. A comparação dessas variáveis em outras propostas legislativas feitas ao longo dos anos pode ser observada na Tabela 2.

Tabela 2 - Tabela comparativa de índices construtivos de diferentes legislações urbanísticas propostas para o bairro de Vargem Grande.

SETOR G																					
Bairros de Vargem Grande (parte) e Recreio dos Bandeirantes (parte)																					
	Decreto 3.046/81			PLC nº 72/2004		LC nº 79/2006 (PEU de 2006)*		LC nº 104/2009 (PEU de 2009)				PLC nº 140/2015**									
	A-22 (A e B)	A-24 (A e B)	A-46 (A e B)	ZRU; ZUM-1; ZUM-2; ZUM-3		ZUM -1	ZRU -1; ZUM -2; ZUM -3	Sem contrapartida			Com contrapartida		Sem outorga onerosa:			Com outorga onerosa:			Com contrapartida no terreno:		
				Sistemas onerosos	Sistemas onerosos			ZRU	ZUM -1	ZUM -2; ZUM -3	ZUM -1	ZUM -2; ZUM -3	ZRU-4; ZRM-2	ZRM-4	ZRM-3L; ZCS	ZCA -2	ZRU-4	ZRM-2	ZRM-3L; ZRM-4	ZCS	ZCS
Área mínima do lote (parcelamento - m²)	1.000 (A); 10.000 (B)	1.000 (A); 10.000 (B)	1.000 (A); 50.000 (B)	1.000	1.000	360	1.000	500	1.000	180	800	180	600	600	600	-	600	600	600	600	-
Gabarito	02 pavimentos ↓	02 pavimentos ↓	02 pavimentos ↓	03 pisos (11m)	06 pisos (20m)	03 pisos (11m)	03 pisos (11m)	02 pisos (08m)	04 pisos (15m)	04 pisos (15m)	04 pisos (15m)	08 pisos (30m)	03 pavimentos	03 pavimentos	03 pavimentos	-	03 pavimentos	06 pavimentos	06 pavimentos	08 pavimentos	-
I.A.T.	0,75	0,75	0,75	0,6	3,0	1,2	0,6	0,4	1,2	2,0	1,5	3,0	0,2	0,4	0,75	0,2	0,75	1,0	1,25	1,5	-
Taxa de Ocupação	10% a 30%	10% a 30%	10% a 30%	25%	45%	60%	25%	20%	35%	60%	35%	60%	30%	30%	30%	-	30%	30%	30%	30%	50%
Taxa de Permeabilidade	-	-	-	65%	45%	30%	65%	60%	30%	10%	30%	10%	40%	40%	40%	-	40%	40%	40%	40%	30%

* O PEU de 2006 previa um índice que não possui correspondente nas demais legislações citadas para efeitos de comparação: "Coeficiente de Adensamento (Q)" - índice pelo qual se divide a área do terreno para se obter o número máximo de unidades residenciais permitidas no lote.
 ** Os Grupos - conjunto constituído por edificações situadas no mesmo terreno, destinadas a unidades autônomas - estão sujeitos a índices específicos, previstos na Seção VII, Capítulo IV do PLC.

Fonte: Araújo, 2016.

A partir de 1989, com a nova Constituição Federal, a mesma passa a garantir direitos importantes para a temática de planejamento urbano. As diretrizes traçadas em seu texto definem a função social da propriedade e a capacidade do estado de distribuidor e mantenedor do desenvolvimento urbano justo.

Logo em seguida, nos anos 1990, insere-se no Brasil o ideário e as práticas do chamado “empreendedorismo urbano”. Essa foi uma resposta neoliberal à crise econômico-política do modelo de estado provedor ineficiente dos direitos sociais. No ideário coletivo, o argumento da eficiência dos empreendedores privados consolidou-se eixo norteador da economia política. (ROLINK 2015, p271).

4.2.3 Plano diretor de 1992

Em 1992, foram estabelecidas as normas para política urbana da cidade do Rio de Janeiro que deveriam ser seguidas pelos próximos 10 (dez) anos (o que na prática perdurou durante os 20 anos seguintes). Estas deram-se por meio da lei complementar nº 16 de 4 de junho de 1992, intitulada “Plano Decenal da Cidade do Rio de Janeiro”. A novidade neste plano diretor, que ganhou destaque como diretriz, foi a prioridade de

valorização do patrimônio cultural. Segundo o poder executivo da época, publicado no resumo expandido do Plano diretor²⁹ apresentado,

definia-se a preservação do agora denominado ambiente cultural urbano, com a diferenciação entre as já existentes APAs (Áreas de Proteção Ambiental) e as novas APACs (Áreas de Proteção do Ambiente Cultural). Foi a partir do Plano Diretor que os estudos para levantamento e decretação das “áreas de especial interesse” para a identidade e a qualidade de vida dos cidadãos cariocas se iniciaram. (RIO DE JANEIRO, 1992)

Neste plano diretor, são trazidas importantes diretrizes para a região das Vargens através dos artigos referentes à Área de Planejamento 4. Dentre elas:

- recomendação de desestímulo ao parcelamento das áreas ocupadas por sítios e granjas em Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim (Art. 69, III);
- implantação de sistema cicloviário (Art. 69, VII).;
- incentivo ao desenvolvimento de atividades turísticas, desportivas, culturais, de educação ambiental e de pesquisa e proteção da fauna, da flora e dos recursos naturais da região (Art. 69, XIII);
- elaboração de planos de recuperação e preservação ambiental do sistema lagunar da região, compreendendo o controle e a fiscalização da ocupação das margens das lagoas por edificações e aterros irregulares e do lançamento de esgotos sanitários e industriais sem tratamento ou com tratamento inadequado (Art. 69, XV);
- definição dos locais presentes na região que integram o Patrimônio Paisagístico e são sujeitos a proteção ambiental como o Maciço da Pedra Branca, o Morro do Bruno, Morro do Camorim, Morro do Cantagalo, Morro do Outeiro, Morro do Portelo, Morro do Rangel e Morro do Urubu (Art. 70, VI, VIII e XIII).

Além disso, a legislação determina que a região das Vargens (inserida na Macrozona 12 – Guaratiba/Maciço da Pedra Branca) compõe uma das 30 Macrozonas de Restrição à Ocupação Urbana. Áreas a serem preservadas e com diretrizes específicas. Os elementos que caracterizaram essas áreas como tal são: as áreas agrícolas, áreas com condições físicas adversas à ocupação, áreas impróprias à urbanização e áreas destinadas à proteção do meio ambiente.

Como exposto na caracterização da região das Vargens (capítulo 3), diversos desses elementos estão presentes. O Parque da Pedra Branca é “área destinada à proteção do meio ambiente”, as encostas do parque e a baixada de Jacarepaguá são

²⁹ Disponível em <
http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/plano_diretor_edicao_reduzida_comentada.pdf>
Acesso em 20 de junho de 2017.

“áreas com condições físicas adversas” e alguns terrenos com práticas agroecológicas caracterizar-se-iam como “áreas agrícolas”. Com isso, quais foram as formas de ocupação permitidas para estas áreas?

O art. 49 § 1º expressa que as áreas agrícolas poderão comportar usos residenciais com baixa densidade, atividades de comércio e serviços complementares ao uso agrícola e residencial, agroindústrias e atividades turísticas, recreativas e culturais, em sítios e fazendas.” (RIO DE JANEIRO, 1992)

E as propostas de parâmetro construtivo para a região, que devem ser definidas em planos locais (PEUs), mas são apresentadas nessa Legislação, apresentaram bons números. Nas Vargens, o que o PD 1992 propôs para a região através da Unidade Especial de Planejamento 46 e 47 – Vargem Grande, Vargem pequena, Camorim e Recreio dos Bandeirantes foi a manutenção do I.A.T. igual ao estabelecido pela ZE-5 segundo o decreto nº 3.046 de 1981, apresentado anteriormente. A exceção a estes parâmetros definidos está no art. 47 § 2º onde

Os Projetos de Estruturação Urbana poderão definir índices diferenciados para uma mesma Unidade Espacial de Planejamento, a partir das diferentes características das áreas e dos critérios de planejamento, respeitados os índices de aproveitamento de terreno máximos definidos no quadro do Anexo II. (RIO DE JANEIRO, 1992)

Além disso, a Legislação trouxe no artigo 77, parágrafo único, um destaque para a necessidade de realização de estudos ambientais na ZE-5 e posterior alteração da lei a fim de compatibilizar o uso e a ocupação do solo com suas características geológicas.

Mesmo com essa clara determinação de atividades e restrições a fim de manter e estimular a preservação do patrimônio cultural, poucas ações concretas foram executadas pelo poder público para a região, tendo seu desenvolvimento ao longo da década de 1990 se dado de forma orgânica, por vezes desestruturada, mas com baixa densidade e preservação das práticas cotidianas locais.

Uma ação positiva, que não logrou sucesso ocorreu em 1999, onde surge na prefeitura do Rio de Janeiro o Programa de Divulgação das Áreas Agrícolas da Cidade do Rio de Janeiro³⁰ com objetivo de promover a atividade agrícola em áreas já características. Segundo a pesquisa realizada por Juliana L. Araújo (2016), o bairro de Vargem Grande estava inserido na área 7, descrita no Programa, junto aos bairros de Vargem Pequena e Camorim.

³⁰ RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). Programa de Divulgação das Áreas Agrícolas da Cidade do Rio de Janeiro (proposta para discussão). Secretaria Municipal de Urbanismo – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1999.

Características da área 7: Uso do Solo – é uma área de ocupação residencial de baixa densidade, principalmente em sítios e chácaras, onde é desenvolvida a agricultura e a criação de animais de pequeno porte. São encontrados na área inúmeros sítios de recrio, haras, uma fazenda de grande porte, clubes campestres e centros de convenção, um museu (Casa do Pontal), empreendimentos de lazer e diversos restaurantes.

Existem na área quatro morros tombados pelo INEPAC – Urubu, Portelo, Cantagalo e Amorim, assim como a Capela de N. S. do Montserrat, tombada em 1979.

A área é de grande fragilidade ambiental, tanto na área de baixada, facilmente inundável por estar em uma cota extremamente baixa e ser cortada por canais assoreados, como a área de encosta, que aos poucos vai sendo tomada por extensas plantações de banana (ARAÚJO, 2016, P.100)

O mapa a seguir demonstra que toda a região das Vargens havia sido proposta para ser inserida nessa ideia.



Mapa 17- Projeto da PCRJ sobre as áreas de Interesse Agrícola.

Fonte: Araújo, 2016 apud PCRJ, 1999

O Programa previa desde atividades de capacitação dos agricultores, passando pela realização de feiras e exposições agropecuárias, até a elaboração de projeto de desenvolvimento rural sustentável.

No início dos anos 2000, cresceram dois movimentos antagônicos nas cidades brasileiras, um relacionado a tentativa de desmercantilização da terra, expressado pelo movimento de reforma urbana em vista a redução de desigualdade, e o movimento de posicionamento das cidades no cenário competitivo global para busca de investimento internacional através da criação dos planos estratégicos. Esse segundo ganhou força na

cidade do Rio de Janeiro com as gestões de Cesar Maia e Eduardo Paes. (ROLNIK, 2015, p.326).

Mesmo estes conceitos não sendo aprofundados neste trabalho, esta segunda ideia torna-se importante para compreender o contexto no qual se deu o processo de elaboração dos PEUs ocorridos ao longo dos anos seguintes e que serão expostos a seguir.

4.2.4 Projetos PEU das Vargens: de 2004 a 2015

A primeira proposta de Plano de Estruturação Urbana da região das Vargens só acontece nos anos 2000, quando, em 2004, o então prefeito Cesar Maia, propôs a PLC 72 de 2004. Desde então foram quatro PEUs propostos para a região (2004, 2006, 2009 e 2015), dentre eles dois aprovados: 2006 e 2009.

Os estudos de 2004, 2006 e 2009 tinham como referência o Plano Diretor de 1992, que como citado anteriormente, demonstrava a necessidade de proteção à frágil região das Vargens. Essa proteção é refletida em alguns pontos das legislações apresentadas a seguir, contudo, também serão ressaltadas questões críticas que refletem o processo de empresariamento urbano intensificado a cada nova proposta legislativa.

O projeto aprovado em 2006 nada mais foi que uma reapresentação do projeto de 2004, após dois anos de debate e alterações no projeto por parte da câmara legislativa. Desta forma, a análise apresentada a seguir usará como base o Projeto aprovado em 2006, que será comparado com os projetos de 2009 e 2015.

Em 2006, o texto apresentava dentre os objetivos e as diretrizes referentes à ocupação urbana, relevantes elementos para a preservação das práticas culturais locais. Alguns trechos são destacados a seguir:

Art. 2º, I — orientar a ocupação urbana de parte da área da Baixada de Jacarepaguá, condicionando-a à proteção do meio ambiente e às suas características paisagísticas e de fragilidade ambiental e promovendo uma relação adequada entre adensamento e as possibilidades do sítio;
 Art. 4º VI — implantação de infraestrutura de modo a proteger o meio ambiente da região, caracterizado por áreas frágeis de baixada e encosta;
 VII — manutenção da atividade agrícola remanescente com a utilização de técnicas e procedimentos compatíveis com o crescimento urbano;
 VIII — estímulo às atividades conservacionistas na região, utilizando sua potencialidade para pesquisa científica, educação ambiental, turismo ecológico e lazer.” (RIO DE JANEIRO, 2006)

Tais trechos, ressaltam a importância da preservação das práticas locais. O potencial turístico da região também é mencionado, em que a sua promoção é incentivada, ressaltando a necessidade de proteção das edificações existentes de

características relacionadas à atividade agrícola e aos imóveis de interesse para o patrimônio cultural. E o texto segue incisivo quanto a esta preservação.

O primeiro capítulo trata do meio ambiente, e o Art. 5º determina que

A ocupação urbana da área incluída no PEU Vargens está condicionada à proteção ao ambiente, à biodiversidade, à paisagem e às características culturais locais, conforme o disposto nos arts. 269 e 429 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. (RIO DE JANEIRO, 2006)

Neste capítulo, são destacadas áreas fundamentais para a preservação, dentre elas

Áreas remanescentes de suporte ecológico — brejos, fundamentais para a sobrevivência de espécies aquáticas e de outras que utilizam esses sistemas como áreas de abrigo, repouso e alimentação; e áreas que necessitam de recuperação ambiental e/ou recomposição vegetal e paisagística, em razão das agressões sofridas por processos antrópicos. (RIO DE JANEIRO, 2006)

Estes itens dos artigos 5 e 6 permanecem no texto de 2009, mas são excluídos do projeto de 2015. Uma observação relevante diz respeito à estrutura de capítulos e seções idênticas entre as propostas de 2006 e 2009. Com isso, foi possível analisar ambas as legislações apenas sobrepondo cada capítulo e identificando o que foi ou não modificado em cada proposta.

Um ponto positivo inserido apenas na legislação de 2009 é a necessidade de encerramento das atividades e recuperação ambiental da área da IBRATA – Indústria Brasileira de Granito, Brita e Derivados S.A. em Vargem Pequena, delimitada pelo Decreto Federal nº 81.168, de 2 de janeiro de 1978, e pela Portaria do Ministério das Minas e Energia nº 96, de 23 de janeiro de 1985. Por anos, esta área foi objeto de críticas de moradores, ambientalistas e associações locais que reconheciam a atividade como grande poluidora ambiental e prejudicial à saúde dos moradores.



Figura 12 - Área de exploração mineral em Vargem Pequena.

Fonte: Google Mapas

Seguindo na análise do PEU 2006, no terceiro capítulo referente à ordenação do território são apresentados na sessão de Intensidade de Ocupação, dois tipos de ocupação para a região: as Áreas de Ocupação Restrita, definida pelos setores G, H, E, e as Áreas de Adensamento Controlado, definida pelos setores A, B, C, D, J, I e F. Segundo a legislação,

A Área de Ocupação Restrita é aquela em que o processo de ocupação urbana é menos intenso e as densidades devem ser mantidas baixas pelas características paisagísticas, ambientais e de fragilidade de solo, ainda que infraestruturada.

A Área de Adensamento Controlado é aquela em que o processo de ocupação urbana é crescente e onde o adensamento e a intensidade de ocupação serão admitidos de forma progressiva desde que compatíveis com a capacidade de implantação da infraestrutura e com a proteção ambiental. (RIO DE JANEIRO, 2006, Art. 22)

Essas definições, importantes para limitar a intensidade da ocupação da área, são retiradas das legislações seguintes.

Na seção II, que trata das áreas de especial interesse, um ponto que se destaca entre as propostas do Período Cesar Maia (2006) e o de Eduardo Paes (2009 e 2015) é a retirada da Vila Autódromo como Área de Especial Interesse (AEI). Este trabalho não visa aprofundar a discussão sobre a Vila Autódromo, mas é recomendado ler as produções realizadas pelo laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza ETTERN/IPPUR da UFRJ em parceria com os moradores, mostrando como se deu o processo de remoção da comunidade que tinha, além do direito legal de permanecer na

região, projetos sustentáveis para sua permanência com custo menor para o poder público do que o executado para remoção das famílias. Este trabalho serviu como referência para realização do Plano Popular das Vargens, que será apresentado nesta dissertação.

As maiores alterações realizadas entre as propostas são referentes às seções de parcelamento e ocupação do solo. Estes pontos já foram exaustivamente discutidos em outros trabalhos como (REDONDO, 2009; MONTEZUMA e OLIVEIRA, 2010; NAME, 2010; GOMES, 2010; NAME et al, 2011; CARDEMAN, 2014; ARAÚJO, 2016) nos quais mostram, em sua maioria, os prejuízos para a região caso sejam executados os parâmetros permitidos nas legislações propostas, em especial a Legislação vigente de 2009. Um dos impactos mais relevantes é o trazido por Cardeman, através de representações de como o bairro poderia ser ocupado, caso os índices construtivos, aprovados em 2009, fossem executados. Na Figura 13, é possível observar o expressivo adensamento que poderia ser alcançado, refletindo na descaracterização do bairro e grande impacto ambiental.

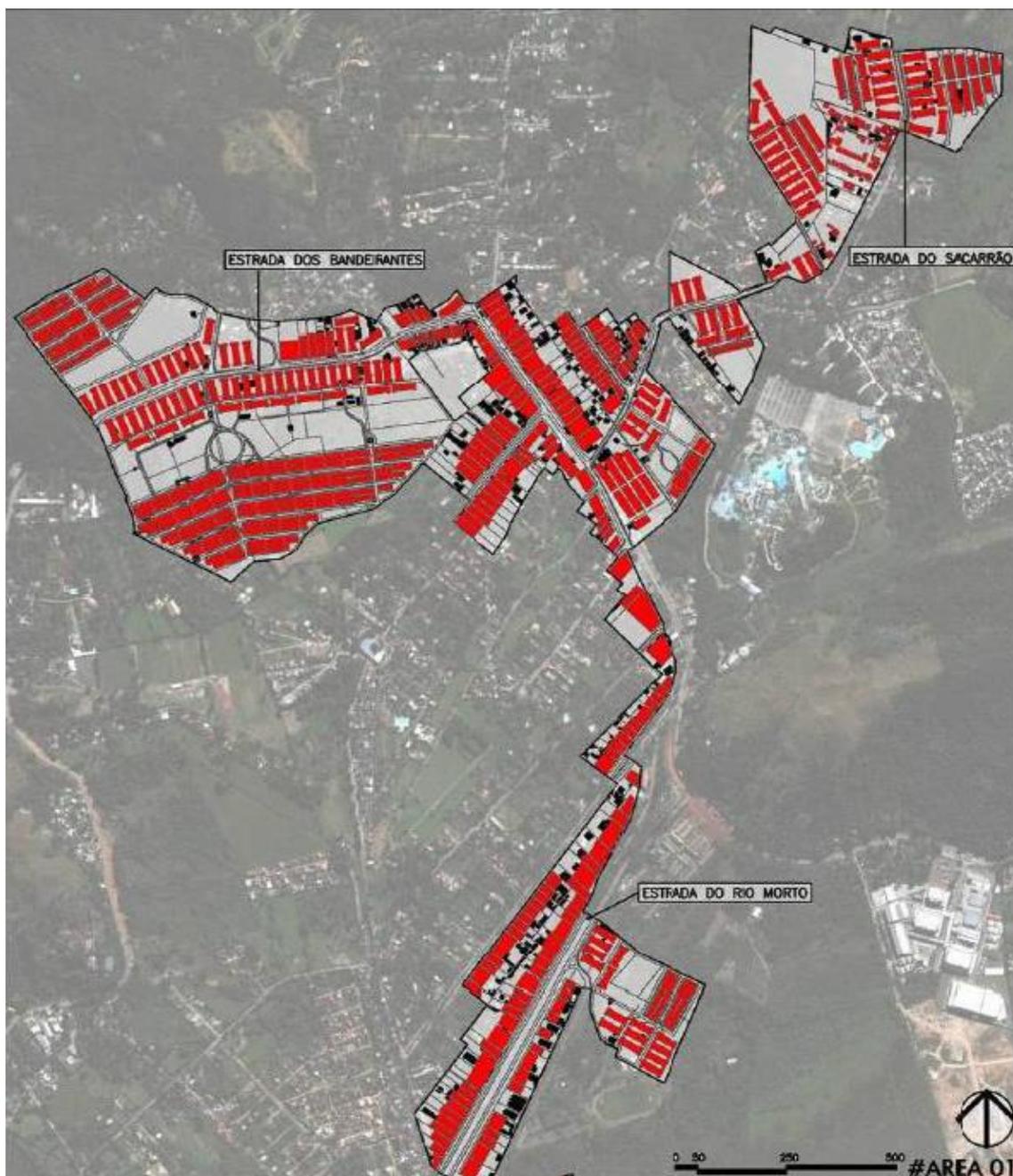


Figura 13 - Em vermelho as novas construções que poderiam ser feitas a partir dos parâmetros do PEU 2009.

Fonte: CADERMAN, 2014

Com base nessas críticas, o então prefeito Eduardo Paes estabeleceu o Decreto nº 37.958, em 4 de novembro de 2013, que cria a Área de Especial Interesse Ambiental na área do PEU Vargens e congela a concessão de licenças na região. A partir de então, foi estabelecida a necessidade de elaboração de uma nova legislação que, segundo o decreto, considere então:

- a fragilidade geográfica e a qualidade paisagística;

- o desenvolvimento urbano da região, levando em conta os ecossistemas naturais existentes;
- a necessidade de conciliar a urbanização, que se impõe, com as limitações do meio físico, da infraestrutura existente e da capacidade da malha viária;
- os riscos que o recente processo de adensamento apresenta à manutenção da qualidade ambiental, à paisagem urbana e à qualidade de vida da área;
- o acompanhamento e estudo da Secretaria Municipal de Urbanismo sobre os impactos provenientes da legislação de uso e ocupação do solo definida na Lei Complementar 104/09 – PEU Vargens;

Neste período, considerando que o PEU Vargens de 2009 define que as atividades agrícolas são permitidas em toda a sua região, é criado, através da Câmara Técnica de Políticas Ambientais (CTPA) do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMAC³¹, um grupo de Trabalho para estudar e apresentar propostas para regulamentar a política de agricultura e criar o Programa de Fomento à Agricultura Sustentável previsto no PD. Os estudos desse grupo ainda estão em processo de elaboração, mas sua criação já aponta para um inicial reconhecimento da atividade agrícola não apenas no bairro de Vargem Grande, mas em toda extensão do município.

Neste tema, último ponto a ser destacado no projeto legislativo de 2006 e 2009 é a existência e necessidade de proteção e incentivo das áreas agrícolas, presentes no texto em diversos trechos, como na seção das Zonas, onde “*As atividades agrícolas e de indústria caseira são permitidas em toda a região do PEU.*” (Artigo 44, parágrafo único, PEU 2006 e Artigo 43, parágrafo único, PEU 2009) e na Seção do Uso do Solo, onde é permitido o uso agrícola, definido como “*atividades do setor primário compatíveis com a ocupação urbana, incluindo produção e comercialização em pequena escala.*” (Artigo 47, IX, PEU 2006 e Artigo 46, IX, PEU 2009).

Quando analisado a legislação proposta em 2015, estes elementos foram suprimidos, não havendo nenhuma menção a atividade agrícola ou qualquer prática agroecológica, caracterizando, assim, uma negação a existência dessas práticas no território das Vargens, retrocedendo em avanços já coadunados pela sociedade e o poder público.

A seguir, algumas observações adicionais ao projeto de 2015 fazem-se necessárias para compreender seu prejuízo ao elemento socioambiental e cultural.

³¹ <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4845091/4126652/Parecer082014GTPolAgricola.pdf> . Acesso em 10 de Janeiro de 2018.

Elaborado após o Decreto n° 37.958/2013, este é o primeiro sob influência do Plano Diretor de 2011.

4.2.5 – Maior detalhamento do PL140 de 2015 (PEU das Vargens)

A XXIV RA tem área de 16.559 ha, o que representa 23,99% da área do município.
O PEU Vargens com área de abrangência de 5.125 ha, representa 30,94% da XXIV RA.

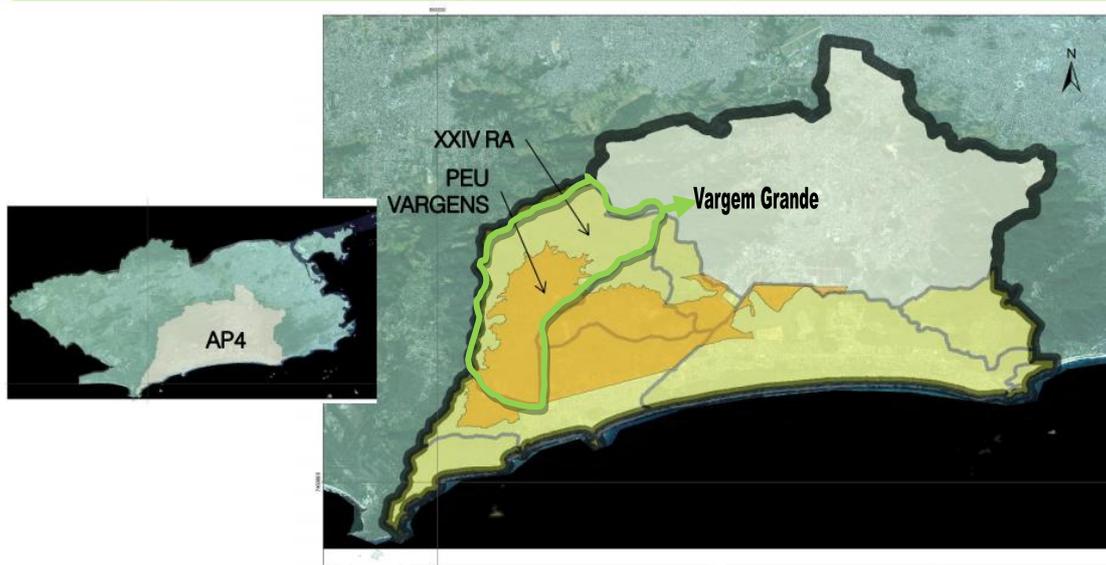


Figura 14 - Abrangência do PEU das Vargens 2015.

Fonte Estudo SMAC, 2013

Na carta de justificativa enviada através da MENSAGEM n° 137 de 7 de dezembro de 2015 pelo então prefeito Eduardo Paes, o mesmo destaca o prejuízo gerado pela legislação de 2009 e apresenta o objetivo da nova proposta,

O PEU Vargens (LC 104/09), em vigor, define índices de aproveitamento dos terrenos (IATs) muito elevados para uma região ambientalmente frágil, de grande interesse paisagístico e com grande porção do território situada em áreas de baixada.

(...)A partir da constatação de que a continuidade desse cenário comprometeria definitivamente a qualidade urbana dos bairros envolvidos, foi instituída a Área de Especial Interesse Ambiental (AEIA) – Decreto n° 37.958 de 04 de novembro de 2013 e prorrogações – para os bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá.

(...) Assim, o Plano de Estruturação Urbana de Vargens ora apresentado, estabelece condições de uso e ocupação do solo que visam alcançar densidades, construída e demográfica, mais adequadas às características da região, com índices de aproveitamento do terreno (IAT) nunca superiores ao máximo estabelecido no Decreto 3046/81. A proposta pretende promover o desenvolvimento urbano, a valorização do meio ambiente e a qualidade de vida na sua área de abrangência, preservando o patrimônio natural e paisagístico e assegurando o equilíbrio entre o espaço natural e o construído. Conjuntamente ao PEU, propõe-se a aprovação de Operação Urbana Consorciada que viabilizará a implementação de projetos estruturantes, tais

como a implantação de infraestrutura de saneamento, drenagem e sistema viário, bem como a criação e integração de espaços públicos e de lazer como praças e parques públicos. (RIO DE JANEIRO, 2015)

Desta forma, ressalta-se que as análises sobre os parâmetros construtivos já antes realizadas pelos autores citados são corroboradas pelo poder público em seu caráter negativo e prejudicial à região das Vargens do ponto de vista urbanístico, social e ambiental. Com isso, coube aprofundar a análise da Legislação quanto aos demais aspectos que contribuem para esta dissertação, referente à temática cultural do bairro.

Um avanço importante referente à parte técnica descritiva, é que o projeto claramente foi melhor detalhado em seus parâmetros urbanísticos, sendo mais rigoroso e retornando alguns parâmetros aos estipulados pela legislação de 1981. Contudo, é possível observar que o elemento cultural não é citado como objetivo do plano, que tem sua preocupação voltada para os parâmetros construtivos. Novos elementos que intensificam o prejuízo ao meio ambiente e a cultura local também são trazidos nessa nova legislação e serão pontuados a seguir.

Um novo elemento é inserido no processo de implementação do PEU, a – Operação Urbana Consorciada (OUC). De acordo com o Estatuto da Cidade:

Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. (BRASIL, 2001, Art. 32, § 1º)

Como visto na justificativa do prefeito, a Operação Urbana Consorciada viabilizaria projetos estruturantes através da emissão de Certificado de Potencial de Adicional de Construção (CEPAC) – instrumento de financiamento necessário para a implementação das intervenções previstas no PEU.

O dinheiro da venda dos CEPACs é desenhado para pagar todas as obras e serviços da OUC, desta forma, quanto mais as CEPACs valorizarem no mercado, mais e melhores obras poderão ser executadas. Uma preocupação, que se intensificou a partir da observação sobre a experiência da OUC Porto Maravilha, no centro da cidade do Rio de Janeiro, é o que acontece caso não haja interesse do mercado em comprar as CEPACs ou caso seu valor de venda não seja valorizado suficiente para a construção da infraestrutura adequada para a região. Como a construção dos empreendimentos não está vinculada diretamente à construção de todas as infraestruturas necessárias, pode ocorrer do local se adensar e algumas infraestruturas não serem construídas,

prejudicando assim tanto os novos moradores quando os que já residem há mais tempo na área.

Neste processo, é possível observar que as características ambientais e culturais perdem o protagonismo. Ganham relevância o potencial construtivo e o retorno financeiro que pode ser gerado a partir da ocupação do território, e os ambientes naturais passam a ser explorados como potenciais indutores do crescimento.

Outro elemento a ser destacado na legislação é o mecanismo de controle social. Por mais que no art. 9º sejam apresentados positivos programas socioambientais a serem promovidos no início da implementação da OUC e que beneficiam a população local, capacitando-as e inserindo-as nas atividades produtivas geradas a partir da operação, esta proposta em nada se assemelha a um mecanismo de controle social. De certa forma, o único mecanismo apresentado encontra-se no Art. 12 onde é proposto a criação do Conselho Consultivo da OUC Vargens.

Com o objetivo de acompanhar a implementação da OUC, o conselho é composto por cinco representantes do Poder Executivo Municipal, um representante do órgão ambiental estadual responsável pela gestão do Parque Estadual da Pedra Branca e apenas três representantes da sociedade civil, que serão escolhidos pelos demais integrantes do Conselho, com mandato de três anos.

Além do baixíssimo número de representantes da sociedade civil proposto para representar uma grande área e um número elevado de moradores, esse grupo seria escolhido pelos representantes do poder público, sem nenhuma participação e aprovação da sociedade civil local. Esses representantes também não têm a obrigatoriedade de conhecer ou morar no bairro, bem como não é estabelecido nenhum mecanismo de publicidade das considerações elaboradas pelo conselho. Destaca-se também que uma proposta que se propõe a ter controle social deveria criar um conselho deliberativo, no qual as discussões e definições do grupo, obrigatoriamente, devessem ser levadas em consideração pela OUC.

Dois pontos que se destacam positivamente na Legislação diz respeito a diretrizes apresentadas no art. 17 e tratam do incentivo ao uso de transportes ativos e estímulo ao setor do turismo.

X - Incentivo à utilização da bicicleta, priorizando a implantação de ciclovias e equipamentos de apoio ao sistema cicloviário nos projetos de urbanização dos logradouros componentes da malha viária básica;

XI - estímulo ao setor de turismo e lazer através da valorização dos polos culturais, ecológicos e gastronômicos, incentivando as atividades correlatas ao setor. (RIO DE JANEIRO, 2015)

Do ponto de vista da mobilidade urbana, este projeto de lei é extremamente eficiente em sua proposta, mas, por vezes, superlativo. Devido à baixa densidade e a fragilidade da região, questiona-se a necessidade de construção de meios de transporte de média e alta capacidade, como serviços de barcas, VLT e BRT.

Analisada a PLC 140/2015, é possível desenhar uma linha do tempo com relevantes legislações propostas para a região.



Gráfico 2 - Legislações em ordem cronológica apresentadas no texto.

Fonte: Autor (2017)

4.2.6 – Legislações pós PEU de 2015

Durante a elaboração desta dissertação, três novas legislações surgiram na medida em que se prolongava a votação do projeto de 2015. São elas: o Decreto nº 42660 de 13 de dezembro de 2016, o Decreto nº 43374 de 30 de junho de 2017 e o Decreto nº 44203 de 5 de janeiro 2018. Todos se referem a extensão do Decreto nº 37958 de 2013 que cria a Área de Especial Interesse Ambiental (AEIA) das Vargens, a fim de não permitir o retorno da prejudicial legislação do PEU 2009.

Cabe ressaltar que, no decreto de 2017, volta a ser permitido construções das áreas com Índice de Aproveitamento do Terreno (IAT) iguais ou inferiores a 1 (um), definidos pela LC 104/09, visto que segundo o decreto estes são compatíveis com as condicionantes relativas à região do PEU das Vargens, de acordo com os estudos existentes e com a PLC 140/2015 em andamento na Câmara de Vereadores. O último

decreto de 2018 continua em vigor até a finalização desta dissertação, devendo ser estendido até a finalização da votação do PEU 2015 ou apresentação de um novo projeto.

5 INICIATIVA POPULAR PARA DESENVOLVIMENTO DO BAIRRO

O Capítulo a seguir apresenta as iniciativas feitas pela população do bairro de Vargem Grande para colaborar nas políticas públicas de desenvolvimento do bairro.

Como forma de compreender e se posicionar de forma criteriosa e crítica em relação ao último projeto do PEU das Vargens, a população da região se reuniu para criar uma agenda de alternativas. Para isso, solicitou apoio do IPPUR/UFRJ e de outras universidades, organizações, associações e movimentos sociais para a criação de um plano popular, ou seja, um plano de desenvolvimento local elaborado segundo as diretrizes e metas definidas pela população.

Desta união surgiu a Articulação do Plano Popular das Vargens (APP Vargens). O grupo foi criado no início de 2016, em que o objetivo era ir além da identificação do que não era desejado para a região, mas também criar propostas claras e por vezes objetivas do que deve ser prioridade no processo de planejamento e desenvolvimento da área.

Ao apresentar os resultados deste plano, o autor se propôs a ir além, detalhando pontos propostos, aprofundando o debate e apresentando outras variáveis.

Por compreender que a participação não deve ser feita apenas através de uma forma, mas de um *mosaico de participação*³², o autor apresenta no capítulo subsequente, junto aos resultados da pesquisa realizada, outros movimentos que ocorrem no bairro simultaneamente ao Plano Popular das Vargens, mas que também buscam fortalecer o coletivo e preservar as características locais. São os casos da atuação da AMAVAG, da Feira da Roça de Vargem Grande e das atividades educativas do Quilombo Cafundá Astrogilda.

5.1 O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO POPULAR E SEUS RESULTADOS

5.1.1 Criação e consolidação da Articulação do Plano Popular das Vargens

³²Termo elaborado pelo autor para designar um conjunto de métodos e atividades participativas fundamentais para o processo de formulação e implementação de políticas públicas, como reuniões, audiências públicas, consulta popular, dinâmicas, pesquisas e grupos de discussão *online* (ROCHA, 2015).

No final de 2015, a Prefeitura do Rio de Janeiro apresentou o Projeto de Lei nº 140 que trata sobre o Plano de Estruturação Urbana das Vargens. No início do ano de 2016, um grupo de moradores e lideranças locais reuniram-se para pensar pontos prioritários para serem apresentados nas audiências públicas agendadas pelo poder público.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO



OPERAÇÃO CONSORCIADA DAS VARGENS E PLANO DE ESTRUTURAÇÃO URBANA DA REGIÃO



Edital de Convocação

A Câmara Municipal do Rio promove audiências públicas para discussão do **Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens**, apresentado aos vereadores através do **Projeto de Lei nº 140/2015**, de autoria do Poder Executivo. A iniciativa é das **Comissões Permanentes de Justiça e Redação, Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, Assuntos Urbanos, Transporte e Trânsito, Meio Ambiente e Obras Públicas e Infraestrutura**.



03/05
Terça-Feira - às 9h30

Câmara Municipal do Rio de Janeiro - Palácio Pedro Ernesto
Plenário Teotônio Vilela - Praça Floriano s/nº Cinelândia - Centro

ABERTURA
Jorge Arraes
(Secretário Especial de Concessões e PPP)

Tema I: Mobilidade e Transporte Público
Convidado:
William de Aquino

Tema II: Meio Ambiente
Convidados:
Mario Moscatelli,
David Zee e
Paulo Cesar Rosman



05/05
Terça-Feira - às 9h30

Tema I: Infraestrutura
Convidados:
Ernani Costa e
Thiago Peva

Tema II: Projetos Urbanos
Convidados:
Sergio Moreira Dias,
Daniel Jaulino,
Bernadette Bureggio e
Rogério Dourado

Tema III: Planejamento
Convidada:
Maria Madalena Saint Martin
(Secretária Municipal de Urbanismo)

Tema IV: Parcerias Público e Privada
Convidado:
Jorge Arraes
(Secretário Especial de Concessões e PPP)

Audiências promovidas pela Comissão Permanente de Assuntos Urbanos

10/05
Terça-Feira - às 9h30

COLÉGIO VARGEM GRANDE
Rua Esperança, nº 09
Vargem Grande
(ao lado do restaurante Skunna)

31/05
Terça-Feira - às 19h30

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
Palácio Pedro Ernesto
Plenário Teotônio Vilela
Praça Floriano s/nº Cinelândia - Centro

07/06
Terça-Feira - às 9h30

AUDITÓRIO DO RECREIO SHOPPING
Av. das Américas, nº 19.019
Recreio dos Bandeirantes

Vargem Grande | Vargem Pequena | Camorim | Parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá situados nas XXIV e XVI Regiões Administrativas

Figura 15 - Cartaz de divulgação das datas da Audiência Pública para discussão do PEU das Vargens.

Fonte: Página do *Facebook* da APP Vargens.

Durante as audiências, foi consolidando-se a ideia de construção de um plano alternativo ao que estava posto pela Prefeitura e pelos empreendedores imobiliários. O primeiro passo foi a disseminação do documento de proposta norteadora da luta, apresentado na figura a seguir, que trouxe cinco pontos em formato de denúncia.

**POR UM PLANO POPULAR DE EXPANSÃO URBANA
E O NOSSO DIREITO À CIDADE**

O PEU das Vargens, PLC 140/2015, é um atentado contra todo o ecossistema das Vargens (que inclui seus rios, sua floresta, sua produção agroecológica e todas e todos que aqui vivem). Portanto, o debate vai muito além da simples "legalização de condomínios".

1. Denunciamos as remoções de comunidades e as ameaças a produção local de alimentos. Em defesa da vida, da moradia e da agricultura como direitos inalienáveis. #RioSemRemoções
2. Denunciamos a privatização do nosso território com o projeto "Vargem Maravilha. Nossos direitos não são mercadoria nas mãos de empreiteiras e outros interesses duvidosos. #ForaPPP
3. Denunciamos a drenagem que resultará da intensiva ocupação dos campos molhados, a várzea, ou Campos de Sernambetiba. Reivindicamos para este local uma reserva ambiental que garanta a retroalimentação das águas até sua fonte, promovendo um círculo vital para os rios.
4. Denunciamos que a ocupação de encostas e montanhas inseridas no PEU é ilegal. Em defesa do Parque Estadual da Pedra Branca lutaremos contra quaisquer construções além da cota altimétrica necessária à conservação ambiental. Lutaremos pela delimitação de uma área de amortecimento compatível com a real necessidade de preservação da floresta e das fontes das águas.
5. Denunciamos a tragédia resultante de uma ocupação intensiva desta região sem a devida infraestrutura. Em defesa da mobilidade urbana, solicitamos esclarecimentos sobre a implantação da malha viária e transporte de massa concomitante a ocupação possível para a região.

Se você se preocupa com o futuro deste lugar, participe conosco.

**Reunião dia 21 de maio, das 09:30h às 12:30h,
Associação de Moradores de Vargem Grande**

Organização: Articulação Plano Popular das Vargens

Figura 16 - Os 5 pontos de Denúncia da APP Vargens.

Fonte: Página do *Facebook* da APP Vargens.

No dia 21 de maio de 2016, aconteceu a 1ª Reunião Ampliada de Planejamento do Plano Popular das Vargens. Ela ocorreu na Associação de Moradores de Vargem Grande, com o propósito de articular uma rede de apoio sociotécnico responsável pela redação do Plano e pela definição das estratégias de luta que se seguiriam a partir deste documento. O evento ocorreu durante o período da manhã, com um momento rico de trocas entre moradores, movimentos sociais, universidades, entidades e lideranças parlamentares. O evento reuniu mais de 50 pessoas e alcançou seus objetivos no sentido de (re)conhecer os parceiros que se juntariam nessa jornada, bem como de firmar alguns

compromissos primordiais, como o direito à moradia e contrario as remoções e os demais pontos apresentados na imagem anterior.

Nesse encontro, o autor realizou uma pesquisa básica a fim de identificar os participantes presentes. Como resultado, a pesquisa mostrou que o encontro teve uma presença majoritária do público feminino (56%); estavam presentes representantes de 19 localidades do Rio de Janeiro, destacando-se o bairro de Vargem Grande, sede do encontro, que teve 46% dos participantes, seguidos pelo Recreio e Curicica com 5% de representantes, respectivamente; distribuindo os presentes por área de planejamento da cidade, todas as áreas apresentaram participantes, mostrando o interesse de pessoas de toda a cidade na região reconhecida como o “pulmão da cidade”. Destaca-se também a Área de Planejamento 4 – Barra da Tijuca –, região atendida pelo projeto, representada por 66% dos presentes.



Figura 17 - Integrante do Quilombo do Camorim compartilhando conhecimento junto aos presentes.

Fonte: Banco de Imagens do Autor (2018)

A partir desse encontro, o grupo começou a compartilhar o que estava sendo proposto para a região com o restante da cidade, principalmente participando de encontros em feiras, congressos e aulas nas universidades públicas do Rio de Janeiro. Um desses momentos foi a participação da APP Vargens como principal convidada no evento do curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense realizado no dia 05 de julho do mesmo ano e organizado pela professora Rita Montezuma.



Figura 18 - Sandro, Giovana e Carlos apresentando as ideias da APP Vargens e os desafios do bairro de Vargem Grande.

Fonte: Banco de Imagens do Autor (2018)

Em uma segunda ocasião, a professora Rita convidou a APP vargens para conhecer e discutir a área junto aos pesquisadores do NIPP – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa da Paisagens –, que realizam estudos sobre a paisagem do território de Vargem Grande. O encontro serviu também para divulgar as atividades da articulação.



Figura 19 - Equipe da APP Vargens junto aos pesquisadores do NIPP.

Fonte: Banco de Imagens do Autor (2018)

Em setembro de 2016, foi realizado o terceiro encontro para construir o plano, intitulado “III Encontro Plano Popular das Vargens”. Durante dois dias, o grupo se reuniu no Colégio Estadual Prof. Teófilo Moreira da Costa, escola situada no bairro de Vargem grande, e na Feira da Roça de Vargem Grande, para identificar o que era contrário às demandas locais e estava presente no PEU das Vargens e discutir novas possibilidades.



Figura 20 - Cartaz do encontro e círculo de boas-vindas.

Fonte: Banco de Imagens do Autor (2018)

A cada encontro realizado, os articuladores identificavam suas potencialidades e forças, mas também suas fragilidades, como o pouco conhecimento jurídico sobre o processo que ocorre com região. Desta forma, organizaram um encontro intitulado “O PEU das Vargens: Impactos Socioambientais e ações jurídicas”. Realizado em novembro na AMAVAG, contou com a presença de vereadores e profissionais do direito que auxiliaram na compreensão dos termos jurídicos do Projeto de Lei 140/2015.



Figura 21 - Notícia do jornal o Globo sobre a realização do evento.

Fonte: Banco de Imagens do Autor (2018)

Um dos pontos altos do encontro foi a compreensão de que lutar por outro tipo de estruturação urbana não seria responsabilidade apenas do bairro. A produção da cidade e seus princípios derivados são responsabilidade de todos os moradores. Foi novamente destacado o direito à moradia popular como inalienável e prioritário, e

aprofundado o debate da conservação ambiental e a busca de resiliência para a cidade como um norte.

O resultado do encontro foi a proposta de judicializar a luta da APP Vargens, protocolando junto ao Ministério Público uma ação de inconstitucionalidade do PL 140/2015.



Figura 22 - Encontro da APP Vargens realizado na AMAVAG.

Fonte: Banco de Imagens do Autor (2018)

Outro resultado importante deste encontro de setembro foi a criação do curso de Extensão “Formação de Planejadores Populares: Construindo o Plano Popular das Vargens.” Neste processo, a população sentiu a necessidade de compreender quais métodos de planejamento existiam para construir um plano de futuro para seu bairro e como eles poderiam fazer esse planejamento.

A proposta abraçada pelo Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (NEPLAC) do ETTERN/IPPUR/UFRJ reuniu jovens estudantes e lideranças comunitárias que, juntos, aprenderam, trocaram experiência e praticaram planejamento sobre seu território. O curso aconteceu durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2017, no Colégio Estadual Teófilo Moreira da Costa, e tratou questões como “O que é planejamento”, “Quais são as legislações urbanas vigentes”, “Qual a história da região”, “Quais as necessidades dos moradores da região”, entre outros. Com isso, os participantes construíram em conjunto um diagnóstico baseado em relatos locais, atividades de campo e levantamento de referências teóricas.

Tabela 3 - Programa inicial das aulas do curso de Planejadores Populares.

01/10	Apresentação da Articulação Plano Popular das Vargens e do Curso
08/10	História e memória da região
15/10	FERIADO - NÃO HAVERÁ AULA
22/10	A região na cidade: trabalho com dados estatísticos
23/10	Visita: Feira da Roça, Quintais Produtivos e Trilha no Quilombo Cafundá Astrogilda
29/10	Visita às áreas de planejamento
05/11	Caracterização da população e do território
12/11	Mapeamento das demandas e formulação de propostas, considerando políticas públicas existentes
19/11	Elaboração do Plano: propostas e ações
26/11	Consolidação de Planos Populares e Planos de Ação

Fonte: Elaboração do autor.



Figura 23 - Aula aberta do curso de planejadores populares.

Fonte: Banco de Imagens do Autor (2018).

O ano de luta da articulação encerrou-se com a participação no debate público sobre o Programa Rio Rural e as microbacias do Rio de Janeiro, realizado na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. A articulação esteve presente junto à AGROVARGEM para se apresentar, mostrar que existe agricultura na cidade e ressaltar que ela estava presente como eixo principal na construção do plano popular das Vargens.



Figura 24 - Momento de fala de João Pedro Rocha, representante da APP Vargens.

Fonte: Banco de Imagens do Autor (2018).

"...Quando os moradores de Vargens pedem por desenvolvimento econômico não estão pedindo por shoppings e centros comerciais padronizados para destruir o comércio local. Estamos pedindo seu fortalecimento e o desenvolvimento das potencialidades locais.

Quando pedimos por desenvolvimento Social não pedimos Veneza carioca, com um barco em cada porta de condomínio luxuoso, que expulsa os moradores principalmente de baixa renda, mas sim um plano habitacional e projetos sociais inclusivos.

Quando pedimos por desenvolvimento ambiental e cultural não pedimos cinema hollywoodiano e parques desconexos com o bairro existente, mas sim por preservação e ampliação dos corredores ecológicos, criação de APAs e manutenção da identidade local.

Como ousam dizer, isso não é utopia, é nossa vontade de ver nosso bairro crescer, mas também de sua história e características manter." (Trecho do Discurso realizado pelo autor durante a audiência, 2017)

A percepção de que a luta pelo modelo de desenvolvimento das Vargens tinha muitas frentes e todas eram extremamente necessárias fez surgir e fortalecer projetos paralelos na região. O curso de Planejadores Populares, os encontros com a população, as aulas nas universidades, a representação jurídica, todos foram processos criados para fortalecer o Plano. Outra clara necessidade que surgiu, foi a criação de Planos Locais para as comunidades da região. Essa proposta, ainda não consolidada até o término desta dissertação, teve um pontapé em janeiro de 2017 na comunidade do Caeté. Neste encontro, as crianças e adolescentes da comunidade foram as protagonistas. O método utilizado foi o da cartografia afetiva³³, dinâmica realizada durante a Feira da Prosperidade, encontro anual promovido para trocas (culturais, afetivas, ecológicas, gastronômicas e sociais) dos moradores da comunidade.

³³ <http://cidadeeducativa.blogspot.com.br/2014/01/a-participacao-da-crianca-na-cidade-5.html> Acesso em 05 de Janeiro de 2018.



Figura 25 - Faixa de divulgação da feira da Prosperidade para construção do Plano Popular Caetés.

Fonte: Banco de Imagens do Autor (2018)

Segundo os pesquisadores do ETTERN/IPPUR/UFRJ que auxiliaram na execução da atividade, a metodologia desse projeto consiste em trazer para as crianças um mapa ampliado da comunidade onde são feitas anotações e marcações nos pontos de interesse da comunidade. Elas escrevem em cartões os nomes dos lugares (campinhos, buraco, Pedra do Urubu, escolinha) e acrescentam no mapa, podendo complementar com histórias e vivências a respeito desses locais por qualquer um do grupo. Aos poucos, o mapa passa a ganhar uma feição mais afetiva e os lugares passam a ter enredos, positivos ou negativos. Dessa forma, os contextos históricos dos lugares da comunidade passam a ser conhecidos. A proposta é trazer a informação dos diferentes usos que as crianças fazem desses lugares e os seus desejos de mudanças.

Com a mudança de gestão executiva da cidade do Rio de Janeiro no ano de 2017, a APP Vargens tomou os primeiros meses do ano para observar e articular, junto aos atores locais, as possibilidades de avanço do plano popular e finalizar a proposta. Após os primeiros meses, a articulação participou ativamente dos debates do plano estratégico da cidade (elaborado a cada 4 anos) e organizou, no início do segundo semestre, o IV Encontro do Plano Popular das Vargens, intitulado “Nosso Bairro, Nossa Casa”.

O encontro, que aconteceu no dia 12 de agosto de 2017, teve como objetivo apresentar o primeiro rascunho do plano popular e discutir com a população as propostas remanescentes. O resultado do encontro foi a aprovação popular do documento e o agendamento de uma audiência pública para apresentar formalmente o plano consolidado para o Poder Público (legislativo e executivo) e para toda comunidade das Vargens.

**NOSSO BAIRRO
NOSSA CASA**

IV Encontro do Plano Popular das Vargens

**SÁBADO
12 de agosto de 2017**

Das 9 às 17 h

Local: Colégio Estadual Professor Teófilo Moreira da Costa
Rua Esperança, 387 - Vargem Grande

**Venha contribuir com a sua opinião
para a construção de seu bairro!**

Articulação do Plano Popular das Vargens
<https://www.facebook.com/planopopulardasvargens/>

Programação:

9 h: Abertura e Café da manhã.

10 h: Ciranda infantil e Grupos de diálogo.

12h-13h: Almoço (oferecido no local)

13:30h: Roda Jovem

13:30 h: Mesa redonda:
ÁGUA, QUALIDADE AMBIENTAL
E ÁREAS DE PROTEÇÃO

16 h - Sarau: Musica, circo, teatro e poesia.

Durante todo o dia feira de saberes, instalação de horta urbana, compostagem, compras coletivas e várias tecnologias sociais em andamento nas Vargens.

Figura 26 - Folheto de divulgação do quarto encontro da APP Vargens.

Fonte: Página do *Facebook* da APP Vargens.

Cabe aqui ressaltar uma interessante prática do movimento: o café da manhã. Tal atividade é entendida pelo grupo não apenas como um local de encontro, alimentação e (re)conhecimento inicial entre os participantes, mas também de ratificação do alimento sadio como objeto de comunicação e fortalecimento político.

Segundo fala de Silvia Baptista, integrante da APP Vargens,

A função mais profunda da comunicação é "fazer sentido". No campo da agroecologia uma das nossas mais poderosas mídias é a mesa, é o que sai da cozinha e alimenta a vida. Saber e sabor: tão próximos em sua radicalidade. A experiência de saber e sabor irão fundamentar um plano popular que une a legislação urbana à defesa da agricultura local.

As frutas, sucos, pães, hortaliças e raízes compartilhadas durante os encontros, são orgânicos produzidos na região e ajudam a mostrar para o participante a importância da preservação dos espaços de produção destes alimentos.



Figura 27 - Cartaz de divulgação do 4º encontro, com foco na alimentação saudável.

Fonte: Página do *Facebook* da APP Vargens.

A audiência pública requerida no quarto encontro da APP Vargens foi promovida pela Comissão Especial com a Finalidade de Promover Estudos Sobre o Colapso Hídrico no Contexto das Mudanças Climáticas e Apresentar Propostas Pertinentes à Garantia do Direito a Água no Município do Rio de Janeiro, instituída pela Resolução nº1370/2017 e liderada pelo Vereador Renato Cinco. Ela aconteceu na AMAVAG, no dia 07 de outubro de 2017, e contou com a presença de 81 moradores e lideranças interessadas em conhecer o Plano Popular das Vargens.

Durante a audiência, o Vereador Renato Cinco aproveitou o momento para apresentar três projetos de lei de especial interesse da região, o projeto de lei nº 388/2017 que determina o provimento prioritário de água e saneamento para áreas populares e os projetos de lei nº 397 e 398/2017 que busca reconhecer como de interesse cultural, social e ambiental a Feira da Roça Agroecologia e Cultura de Vargem Grande, bem como incluir o aniversário da feira no calendário oficial da cidade do Rio de Janeiro.



Figura 28 - Fotos da Feira da Roça.

Fonte: Banco de Imagens do Autor (2018)

Como reflexo da positiva resposta da Audiência Pública, as demandas do Plano Popular ganharam a mídia *on-line* e impressa, sendo parte de um editorial no Jornal o Globo e aprofundando o Plano Popular em uma matéria capa do caderno O Globo Barra, distribuído para os assinantes da região da Zona Oeste.

O GLOBO MENU RIO COMPARTILHAR

Moradores elaboram Plano Popular das Vargens, contraproposta aos projetos da prefeitura

Defesa da agricultura familiar e posição contra remoções são alguns dos pleitos da comunidade

POR LUCAS ALTINO
18/11/2017 4:30

f t s+ in

vista de Vargens do alto da Igreja de Mont Serrat - Brenno Carvalho / Agência O Globo

Figura 29 - Matéria sobre o Plano Popular das vargens no maior jornal de circulação do país. Fonte: Jornal O Globo 2017.

Os próximos passos do movimento centram-se no desenho de estratégia para apresentação do plano ao prefeito Marcelo Crivella, que através de respostas dadas por sua assessoria em referência às matérias jornalísticas, mostrou-se disposto a receber estudos produzidos pela população, enquanto desenvolve um novo projeto para a região. O plano também continua sendo divulgado junto aos moradores e pesquisadores da região com vista a aprofundar questões relevantes e consolidar o produto.

5.2 PROPOSTAS DO PLANO POPULAR

O Plano Popular das Vargens é um documento organizado pela Articulação Popular das Vargens e pelo Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do laboratório ETTERN/IPPUR/UFRJ. O documento finalizando em outubro de 2017, contou com a colaboração da Associação dos Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (AGROVARGEM), Associação de Moradores e Amigos de Vargem Grande (AMAVAG) e do Colégio Estadual Prof. Teófilo Moreira da Costa.

O documento de 42 páginas está dividido em sete partes, compreendidas pela Introdução; Plano Popular das Vargens; Princípios para o Plano Popular; Caracterização Geral das Vargens; Legislação Urbanística: a operação urbana consorciada e o PEU das Vargens; Eixos Temáticos e Propostas para o Plano Popular das Vargens; e Organização e Mobilização Popular: potencializar a resistência, fortalecer a mobilização e a autonomia popular.

O objetivo do plano é *“dar início ao processo de planejamento popular das Vargens, baseado em um conjunto de princípios construídos democrática e coletivamente”*. Mais do que isso, o plano consolida o entendimento de que a produção teórica acadêmica tem que conversar com o conhecimento popular, as práticas tradicionais e as dinâmicas sociais que não costumam estar escritas nos livros. Esse encontro cria então um material rico, tanto do ponto de vista social, pois reflete de forma clara as necessidades e anseios da população, quanto para universidade, que vê representado seu tripé educacional da pesquisa, ensino e extensão, onde o último é por muitas vezes ignorado pela prática das instituições. Com isso, a universidade transcende seus muros e devolve a população seu conhecimento (ROCHA, 2014).

O plano deixa claro que as propostas apresentadas devem ter continuidade em audiências, debates públicos e espaços locais de discussão determinadas pela mobilização popular e que este é um instrumento de luta para orientar à criação de

outros espaços para pensar coletiva e autonomamente propostas para o território, como o caso dos Planos Locais.

São quatro princípios adotados pelo documento. O direito à participação e empoderamento da população mostra que o plano parte da visão local do morador, que elenca suas necessidades e projeta seus desejos, mas que também é necessário garantir acesso à informação e comunicação popular e novos e reais espaços de participação nas políticas públicas.

Os direitos à moradia e à cidade primam pela proteção da casa como espaço fundamental à vida e este direito soma-se à necessidade da universalização da saúde, educação, cultura, lazer, mobilidade, saneamento e agricultura como direitos inalienáveis.

Por fim, o direito à agrobiodiversidade é defendido em busca da preservação da floresta, encostas, campos e várzeas, garantia do círculo vital das águas e manutenção da fauna e flora local.

Esses princípios foram fundamentais para a elaboração das propostas, pois eles ajudaram a alinhar entendimentos, expectativas e orientar as análises conjuntas das legislações urbanísticas. Dessa forma, antes de apresentar as ações primordiais desenhadas pelo grupo para a região, os mesmos trataram de apontar aprofundamentos necessários nas legislações, tanto vigente (LC 104/2009) quanto proposta (PL 140/2015).

O principal entendimento é o de que a prefeitura não precisa e não deve acelerar a ocupação da região, sob o entendimento de que os dados de projeção futura não indicando para um crescimento como o desenhado. Desta forma, a lei complementar 104/2009 deve ser revogada, o projeto de lei 140/2015 retirado e uma nova Legislação deve ser elaborada com a participação local, a fim de preservar as formas de viver, o cotidiano, a qualidade ambiental e os hábitos culturais da população, assim como promover na região a produção agroecológica. Esta posição vê coro no trabalho de Juliana Araújo,

Os mais atuais estudos de distribuição da população nas cidades brasileiras já derrubaram o argumento de que o processo de expansão da cidade é algo inevitável e quase sinônimo de puro e simples aumento de áreas construídas, sob a justificativa de que haveria uma necessidade exponencialmente crescente de sempre mais áreas para moradia, comércio, etc. O planejamento das cidades pode e deve ser mais do que isso, propiciando, antes de tudo, melhoria na qualidade de vida das pessoas, algo indissociável do bem-estar em relação ao espaço em que vivemos. (ARAÚJO, 2016. P. 174)

E as propostas também são mais específicas, exigindo que projetos residenciais ou comerciais de grande porte prescindam de estudos de impacto de vizinhança, o transporte da região não pode prejudicar o meio ambiente e o número de pavimentos da região não deve passar de três, incluindo o terraço no último pavimento.

Quanto as propostas do plano popular, elas foram organizadas em seis eixos temáticos: morar e plantar; água, qualidade ambiental e áreas de preservação; agroecologia; infraestrutura, espaços e equipamentos públicos; mobilidade urbana; e quilombos e tradições. A seguir serão destacadas algumas propostas desses eixos, que foram definidas a partir das potencialidades e dos problemas identificados no processo de diagnóstico.

5.2.1 Morar e Plantar

A ocupação antiga de Vargem Grande integra comunidades tradicionais, áreas de pequenos agricultores e moradias com quintais produtivos. Desta forma, morar e plantar estão diretamente relacionados a práticas e modos de vida dos que lá residem. Além de ganhos ambientais devido a forma de ocupação da região, há também claros benefícios na saúde e na preservação da identidade cultural. Três propostas se destacam nesse eixo:

“Garantir área suficiente para urbanização com qualidade de vida nas comunidades, garantindo sempre que necessária a incorporação de áreas vazias à área da comunidade para *desadensamento* habitacional e para espaços e equipamentos públicos.

Incentivar, fortalecer e viabilizar a produção de alimentos em comunidades e bairros populares, buscando soluções adequadas para cada realidade local através dos Planos Locais, tais como quintais produtivos e espaços coletivos de plantio.

Identificar e disseminar experiências agroecológicas em favelas, fortalecer práticas existentes e disseminar formas de produção em espaços físicos restritos.” (PPV, 2017, P. 31)

Delimitar área de amortecimento do Parque Estadual da Pedra Branca como cinturão agroecológico, combinando a proteção da floresta com a produção ambientalmente sustentável.” (PPV, 2017, P. 32)

É ao longo desses canais e áreas alagáveis que diversas espécies se reproduzem e coexistem. Por isso, na medida em que o plano popular se coloca contra a criação de canais navegáveis, sua preocupação se dá na medida em que tal obra promova a salinização das lagoas e canais e a dragagem de áreas frágeis, o que pode significar a morte de ecossistemas de restinga, brejos e mangues e conseqüentemente da fauna local. Essa proposta vai em consonância com o estudo realizado pela SMAC (2013) para criação de Unidade de conservação na área.



Figura 32 - Fauna e flora presentes na área de brejo desenhada para ocupação no projeto PEU das vargens.

Fonte: Estudo SMAC, 2013



Figura 33 - Ilustrações sobre as proposições do projeto para navegabilidade dos canais.

Fonte: Jornal O Globo

“Interromper a construção de condomínios sobre áreas úmidas e florestas. Responsabilizar grandes proprietários e empresas pelos danos causados por avanço ilegal sobre áreas de proteção ambiental.” (PPV, 2017, P. 32)

Como apresentado no início deste trabalho, em 2014, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente realizou um estudo de breve caracterização ambiental da área definida para o PEU das Vargens. O estudo trouxe algumas análises comparativas da expansão urbana sobre as áreas de fragilidade ambiental. Mesmo o estudo não sendo de conhecimento prévio dos moradores durante a elaboração do PPV, é possível observar a confluência de observações e recomendações sugeridas por ambos. Na Figura 34, é possível observar o crescimento da área aterrada sobre espaços verdes. Suas formas se assemelham às de condomínios de casas comumente construídos na região.



Figura 34 - Análise comparativa de foto de satélite sobre área do PEU das Vargens.

Fonte: Estudo SMAC, 2013

5.2.3 Agroecologia

Pensar no desenvolvimento de Vargem Grande significa, segundo o PPV, pensar a associação entre agricultura e cidade. É preciso reconhecer áreas rurais, quintais produtivos, feiras e atividades ecológicas como elementos possíveis e existentes na cidade. É necessário fortalecer a relação entre o morador tradicional e o Parque, e expandir o conhecimento, compartilhando a responsabilidade de proteção, através das feiras, conselhos, programas de capacitação e da promoção do turismo comunitário. O PPV traz algumas propostas sobre essas questões:

Reconhecer, valorizar e fortalecer a Feira da Roça e feiras agroecológicas.

Fortalecer o Conselho de Representantes do Parque Estadual da Pedra Branca e reconhecer as propostas para o Plano de Manejo elaboradas com os moradores do parque.

Incentivo ao turismo popular na região, que valorize a cultura e os modos de vida locais.

Realizar programas de capacitação para produção de florestas, produção agroecológica, fitoterápica, entre outros, como forma de qualificar a produção local. (PPV, 2017, P. 34)



Figura 35 - Placa de *wayfinding* feita pelo Espaço Canto do Rio mesclando locais reais e fictícios na região para promoção do turismo comunitário.

Fonte: www.espacocantodorio.com

5.2.4 Infraestrutura, Espaços e Equipamentos Públicos

Não há compatibilidade entre as propostas do PEU e a dinâmica urbana do bairro. O sistema de saneamento básico da região é insuficiente para a população presente e os modelos propostos já se mostraram inviáveis em outros projetos semelhantes de OUC, como na Operação Urbana do Porto Maravilha. A região sofre carência de serviços básicos de saúde, educação fundamental e média e de espaços de cultura e lazer qualificados.

Dentre as propostas apresentadas pelo PPV está a viabilização de soluções ambientais alternativas para coleta e tratamento de esgoto e lixo. Um dos modelos que podem ser seguidos é o elaborado para o esgotamento do Museu do Quilombo Cafundá Astrogilda através da técnica da ‘Fossa de bananeira’ (Evapotranspiração), feito em parceria com o grupo Gaia Viva.

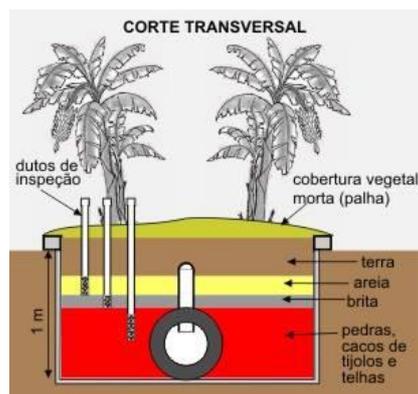


Figura 36 - Imagem ilustrativa de um sistema de Evapotranspiração.

Fonte: Página do Facebook Cafundá Astrogilda, 2017.



Figura 37 - Atividade de construção coletiva do sistema de Evapotranspiração no Quilombo Cafundá Astrogilda.

Fonte: Página do *facebook* Cafundá Astrogilda, 2017.

Outra demanda do PPV é a transformação da área do antigo Colégio Cidade em escola de Ensino Médio e Técnico, com cursos voltados à potencialidade da área, como atividades de agricultura, turismo e gastronomia. A necessidade de uma escola de ensino médio é antiga na região. Vargem Grande possui apenas um colégio público que oferece o sistema de Ensino Médio durante o período da noite, onde o prédio é emprestado e dividido com uma escola municipal de Ensino Fundamental. A área proposta para o novo colégio foi, nos últimos anos, parcialmente cedida pela prefeitura a clubes de futebol como o Vasco e o Botafogo para a instalação de seus centros de treinamento, que não aceitaram se instalar no local devido o terreno recebido ser pantanoso, o que implicaria um alto custo para deixá-lo apto a receber edificações e campos de futebol³⁴.

³⁴<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,prefeitura-do-rio-cancela-cessao-de-terrenos-para-botafogo-e-vasco,10000097296>



Figura 38 - Instalação do Antigo Colégio Cidade e fotografia aérea do espaço da escola.

Fonte: Google Imagens, 2017.

5.2.5 Mobilidade Urbana

Mobilidade urbana é um dos pontos mais debatidos pelos moradores de Vargem Grande. As propostas do PEU em pouco se alinham com as necessidades locais. O PEU prevê assertivamente a construção de ampla rede cicloviária, mas também privilegia a pavimentação de novas ruas e avenidas com contínua prioridade ao transporte individual motorizado. Os sistemas de transporte público propostos, como o sistema de barcas e de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), descolam-se da realidade local, que não apresenta demanda para um conjunto de modais de média e alta capacidade. Os modelos propostos pelo PEU caracterizam-se como sistemas indutores de crescimento, com potencial de adensamento ao longo das estações. Este modelo, conhecido como Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS), não é recomendado para uma área de fragilidade ambiental e relevância ecológica.



Figura 39 - Sistema de Transporte Público proposto no PEU das Vargens (PLC140/2015).

Fonte: Apresentação da PCRJ durante audiência pública, 2016.

Desta forma, o PPV traz claras propostas para rede viária, solicitando a extinção de novas ruas e sistemas que atravessam áreas desocupadas e alagadiças. Há também um foco na ampliação e qualificação da rede de transportes ativos, com especial atenção para qualidade das calçadas e conectividade das ciclovias. São também indicados a criação de um sistema público de bicicletas compartilhadas com horários adequados aos estudantes e trabalhadores e um conjunto de bicicletários cobertos em locais de transferência modal.



Figura 40 - Uso dos transportes ativos como relevante modal no bairro de Vargem Grande.

Fonte: Banco de Imagens do Autor (2018).

5.2.6 Quilombos e tradições

São muitos os grupos e atividades tradicionais que acontecem neste território tão rico e de estreita relação com o solo, a fauna e a flora: o Quilombo do Camorim, o Quilombo Cafundá Astrogilda, os produtores orgânicos e de plantas ornamentais, os criadores de galinhas, cavalos, búfalos e abelhas, os pequenos donos de restaurantes e sítios da região, os agricultores urbanos e seus quintais produtivos. O fortalecimento da identidade cultural e racial tornam-se elementos primordiais na luta pelo seu reconhecimento, e o PPV prevê essa necessidade. Além disso, tem a preocupação em realizar programas de capacitação para produção de florestas que possibilitam o cultivo de alimentos e remédios como modo de qualificar e ampliar a tradição local, assim como considerar outros instrumentos de proteção para possibilitar o ecoturismo e a produção local.



Figura 41 - Placa de identificação no Quilombo Cafundá Astrogilda com sua respectiva história.

Fonte: Banco de Imagens do Autor (2018).

Por fim, o plano tem as principais propostas consolidadas em um mapa síntese da região, de forma a georreferenciar algumas demandas. As propostas ora aqui apresentadas certamente não abrangem todas as necessidades da região, mas demonstram que é viável construir um projeto diferente de bairros e de cidade, em relação ao que vem sendo proposto por muitos anos à região.

MAPA SÍNTESE - PRINCIPAIS PROPOSTAS



LEGENDA

- LIMITE DO PEU
- ▲ PONTOS DE REFERÊNCIA
- ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
- ▨ U.C. CAMPOS ALAGADOS
- ▨ ÁREAS DE OCUPAÇÃO DE BAIXA DENSIDADE
- ▨ CANTÃO AGROECOLÓGICO
- ▨ ESCOLA TÉCNICA AGRÍCOLA
- ▨ PARQUE LINEAR - CANAL DO CORTADO
- AEIS - ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL
- AEIS EXISTENTE/URBANIZAR/REGULARIZAR
- AEIS A CRIAR/URBANIZAR/REGULARIZAR
- AEIS EXISTENTE DE OCUPADA (HOUVE REMOÇÃO)
- VAS PRINCIPAIS
- VAS INTERMEDIÁRIAS
- CONEXÕES CICLOVIÁRIAS

nº	COMUNIDADE	nº	COMUNIDADE	nº	COMUNIDADE
01	Grota Funda	17	Cascatinha	32	Solar da Montanha de Jacarepaguá
02	Vila Recreio I	18	Santa Luzia	33	Vila Autódromo
03	Vila Recreio II	19	Hélio Ottoni	34	Arroio Pavuna
04	Cachorro Secado	20	Bosque Monte Serrat	35	Caeté / Estrada do Pontal / Caeté
05	Estrada dos Bandeirantes	21	Rua Paulo Roberto Mathieus	36	Canal das Tachas
06	Rio Bonito	22	Novo Palmareis	37	Rua BW
07	Vila Taboinha	23	Luz Divina	38	Avenida Guimomar Novais
08	Vila Nove de Julho / Vila dos Eucaliptos	24	Vila dos Eucaliptos	39	Vila Amizade
09	Bandeirantes	25	Vila Nova	40	Parque Chico Mendes
10	Beira Rio / Beira Canal / Rio Morto	26	Canal do Cortado / Servidão D	41	Morro do Camorim / Vila Novó Caetano / Maribondo
11	Novo Lar	27	Amigos do Fontela	42	São Gonçalo do Amarante
12	Caeté	28	Canal do Cortado	43	A.M. Barra América
13	Estrada do Pontal	29	Quartze / Vista Alegre do Recreio		
14	Vila Harmonia	30	Vista da Pedra		
15	Dr. Crespo	31	Caminho do Marinho		
16	Restinga				

Mapa 18 - Mapa síntese das principais propostas do PPV.

Fonte: Plano Popular das Vargens.

5.3 ORGANIZAÇÕES POPULARES NA REGIÃO

Vargem Grande possui um forte histórico de luta e mobilização popular. A associação de moradores e Amigos de Vargem Grande, AMAVAG, foi criada para impedir a construção de um cemitério e de um lixão na área alagadiça da região. Estrutura até hoje presente na região e apresentada na Figura 42.

A AMAVAG tem sede na Estrada do Pacuí, 80, na antiga sede da Cooperativa dos agricultores da região e tem como um dos fundadores o doutor José Ferreira os Santos Baltar, conhecido como Dr. Zequinha, que dá nome a praça central do bairro em homenagem ao seu importante trabalho social de atendimento médico gratuito à comunidade.



Figura 42 - Esqueleto do local onde já foram propostos um lixão e um cemitério para a região.

Fonte: Google Mapas.

O Movimento de União Popular (MUP) foi criado em 2002 pela luta de direitos, tendo o direito de moradia se destacado durante o primeiro projeto do PEU das Vargens, durante o governo César Maia. O movimento reuniu moradores de comunidades da região que se tornaram lideranças. Com o crescimento, o movimento ganhou reconhecimento das associações de moradores e de representantes de condomínios. Com o aparecimento de forças paramilitares, o movimento enfraqueceu, mas deixou sua marca em reivindicações por espaços de decisão popular na política.

Outros movimentos na região são focados na produção e fortalecimento da agroecologia, como a Associação de agricultores de Vargem Grande (AGROVARGEM), que possui 10 anos de história, a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) que não é local, mas exerce grande influência na região e a

Coletiva Hortelã, movimento recente de mulheres agricultoras e feministas, que promovem hortas coletivas e troca de saberes agroecológicos.

Por fim, destaca-se na região as inúmeras associações de condomínios, das comunidades e dos Quilombos Camorim e Cafundá Astrogilda. Um grande desafio para a mobilização social na região é a promoção da unidade de luta, visto que os grupos são diversos em seus contextos sociais e demandas de luta, facilitando o governo mobilizar os grupos convenientes a cada questão e garantindo a implementação de determinada política.

6 VARGEM GRANDE ATRAVÉS DA PESQUISA REALIZADA COM A POPULAÇÃO

Neste capítulo será apresentado os resultados da pesquisa realizada junto a população do bairro de Vargem Grande a fim de apresentar a percepção do morador sobre o presente e o futuro esperado para o bairro.

Dentre os meses de abril e novembro de 2017, foi realizada a **Pesquisa Cultura e Desenvolvimento de Vargem Grande/ RJ**. A pesquisa feita através da plataforma *Google Forms*³⁵, foi compartilhada em diversos grupos de discussão da rede social *Facebook*, como: VARGEM GRANDE, VARGEM GRANDE & VARGEM PEQUENA, VARGEM GRANDE EM TRANSIÇÃO, Planejadores populares das Vargens, Associação de Moradores e Amigos de Vargem Grande e *Vargens Online*. A escolha desses grupos para compartilhamento deve-se ao fato de que os mesmos são os principais grupos *online* de debate e troca de informação sobre a região. A pesquisa foi compartilhada também na página pessoal do autor, visto que o mesmo possui diversos moradores em sua rede.

No total, foram 174 respondentes da pesquisa³⁶, que teve como objetivo identificar o perfil dos moradores e frequentadores do bairro, bem como, compreender suas dinâmicas locais e sua percepção sobre Vargem Grande.

As perguntas foram distribuídas em quatro seções: Sobre Você; Você e o Bairro; Cultura e Desenvolvimento; e Participação Social. No *link* da pesquisa, foram observadas cinco sessões, onde a última compreendia apenas a mensagem de finalização da pesquisa e o campo para compartilhamento de *e-mail*, caso o participante tivesse interesse em receber os resultados da mesma.

É importante ressaltar que a pesquisa apresentou questões abertas e fechadas, que geraram dados qualitativos e quantitativos. O entrevistado não foi identificado pelo nome e as respostas não eram obrigatórias.

A seguir apresenta-se uma análise dos resultados obtidos seguindo a distribuição por sessões.

³⁵ Disponível no link <https://goo.gl/forms/ovYmS31qp963DSXc2> Acesso em 18 de Novembro de 2018.

³⁶ Três submissões da pesquisa foram descartadas por falta de informações básicas.

6.1 SEÇÃO UM – SOBRE VOCÊ

A seção um compreende cinco perguntas que buscam identificar características básicas do respondente como: Idade, sexo, cor e escolaridade, e também se o mesmo possui emprego.

Através da Pergunta “Qual a sua idade?”, os dados foram tratados e distribuídos por faixa etária (Jovem, Adulto e Idoso). A média de idade dos entrevistados apresentada é de 42 anos. Na faixa etária de Jovens, definido entre 16 e 30 anos, o grupo foi representado por 26% e os Idosos, 11%. A maior parcela, compreendida por 62% dos participantes, está inserida na faixa etária adulta.

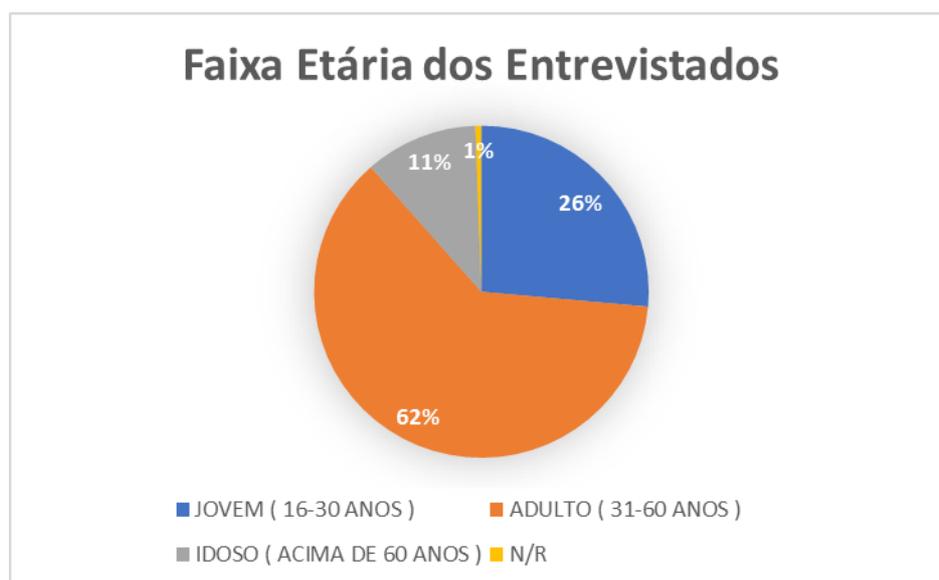


Gráfico 3 - Faixa etária dos Entrevistados.

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor, 2017.

Os entrevistados foram, em sua maioria, do sexo feminino, representando 66% do total.

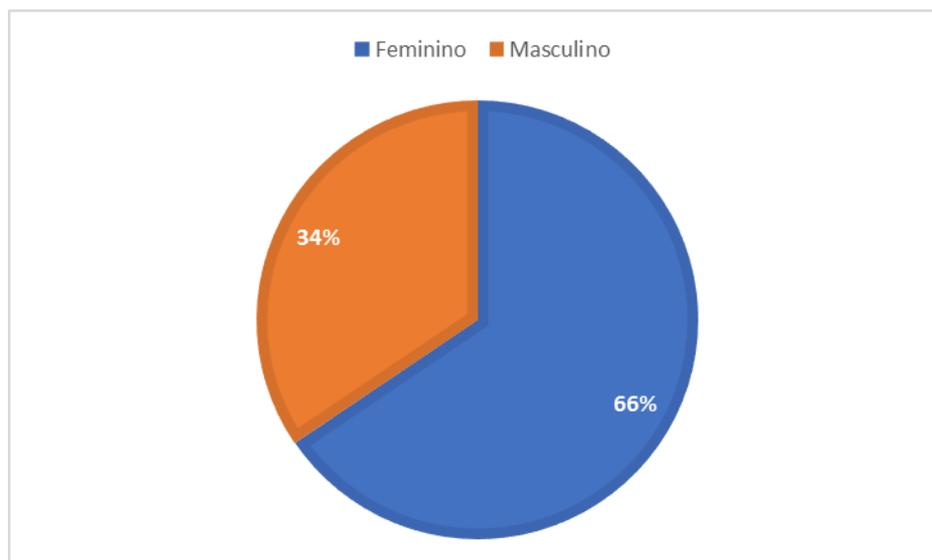


Gráfico 4 - Divisão por gênero.

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor, 2017.

A terceira pergunta tratava sobre a cor do entrevistado. Essa foi uma pergunta aberta, por entender que neste país miscigenado, a determinação de uma cor é feita a partir da percepção individual. Assim surgiram cores das mais diversas como calcasiano, azul, verde, amarela, morena, negra, branca, preta, latina, humana, pardo e mestiço. Esses dados foram tratados e distribuídos em cinco categorias: branca (calcasiano), parda (morena, parda, latina e mestiço), negra (preta), amarela e indefinido (verde, azul, humano e indefinido) e os resultados são apresentados no gráfico a seguir.

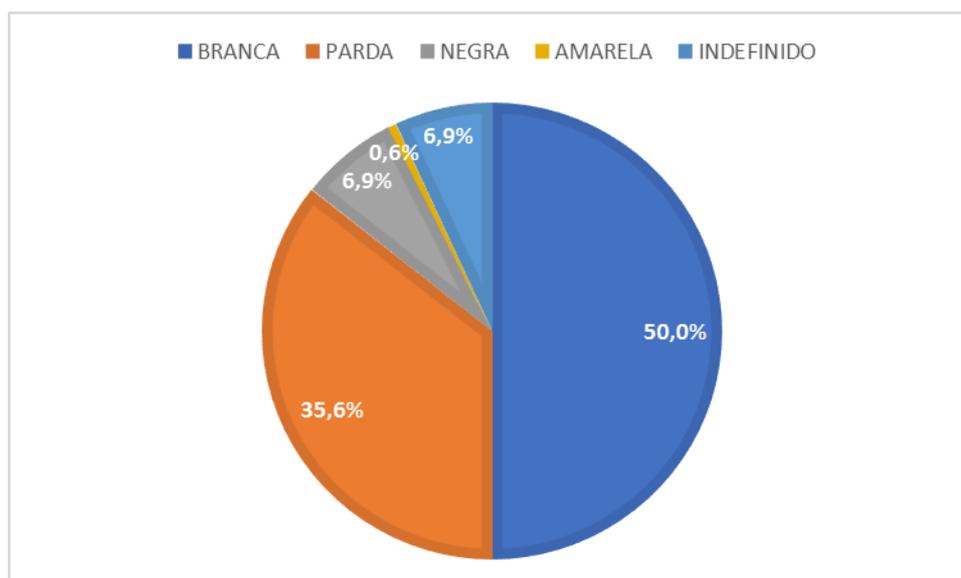


Gráfico 5 - Distribuição dos entrevistados por cor/raça.

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor, 2017.

Quanto ao grau de escolaridade, foi possível observar no Gráfico 6 que a maioria dos respondentes (39%) possui ensino médio completo. Contudo, destaca-se o grande percentual de entrevistados que possuem pós-graduação (mestrado e doutorado), 28%.

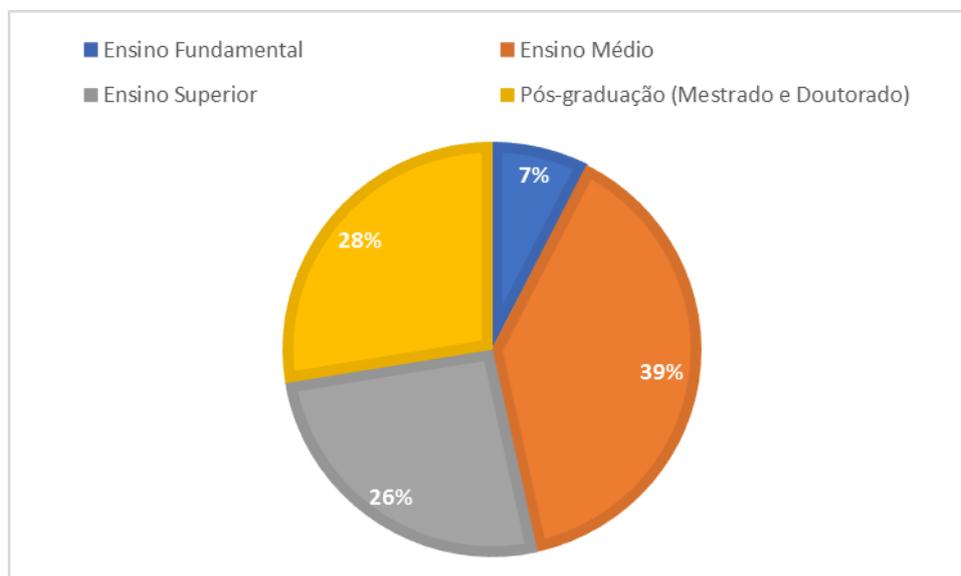


Gráfico 6 - Grau de escolaridade dos entrevistados.

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor, 2017.

Por fim, na primeira seção foi perguntado se o entrevistado trabalhava, e caso positivo, em que seria. As respostas abertas foram organizadas em áreas de atuação, a saber: Educação; Saúde; Serviço Público; Administração; Artes; Comércio e serviço; Eventos e Terceiro Setor. Essa classificação foi feita a partir das respostas dos entrevistados. No gráfico a seguir, é possível observar a distribuição onde destaca-se as áreas de Educação, Comércio e serviço e Artes.

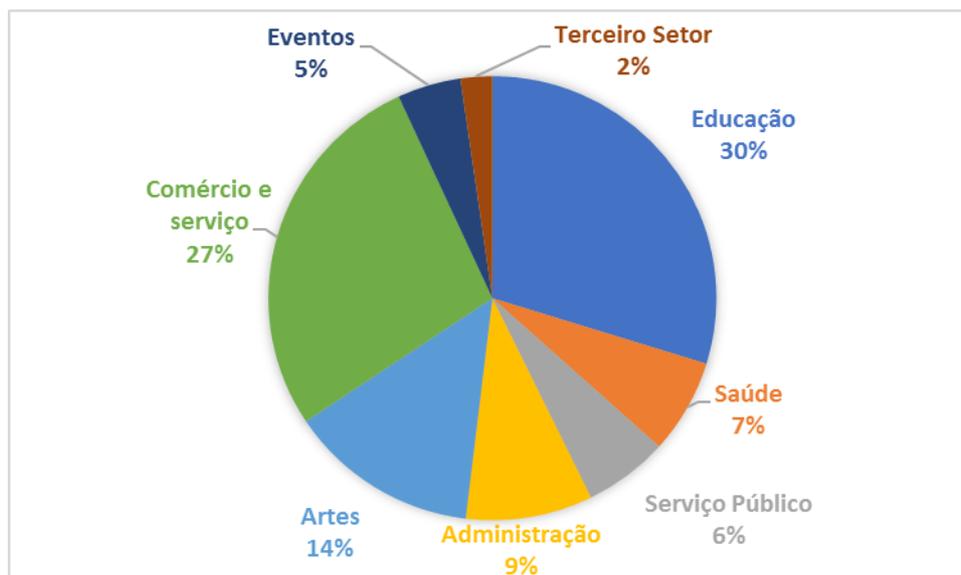


Gráfico 7 - Áreas de atividade profissional dos entrevistados.

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor, 2017.

Cabe destacar que a categoria de Artes possui um grande número de atividades características a região das Vargens como: artesanato, ceramista, escultor, paisagista, decorador, além de atividades de música, cinema, fotografia, DJ e acrobata.

Um importante grupo que não aparece diretamente neste gráfico são os agricultores. Supõe-se dois motivos para essa incoerência: um, possibilidade de não acesso desses agricultores à rede em que a pesquisa foi compartilhada. Segundo, devido a pergunta se referir a atividade profissional que muitas vezes reflete a atividade principal que gera maior renda para o entrevistado. Como a agricultura faz parte da prática diária de muitos moradores que não têm essa atividade como geradora de renda, ela poderá ser observada como existente em perguntas subseqüentes relacionada ao plantio de ervas, hortaliças, frutas, etc.

6.2 SEÇÃO DOIS – VOCÊ E O BAIRRO

Na seção 2, a análise se aprofundou na relação do respondente com o bairro de Vargem Grande. Foram 19 perguntas, que transpassaram o local de moradia e cotidiano do entrevistado, temas de mobilidade urbana, agroecologia e percepção local.

Esta seção foi fundamental, pois ela começou a mostrar quem era o entrevistado no bairro que frequenta e qual a percepção do mesmo sobre o dia a dia.

A primeira pergunta foi específica à relação com o bairro. Foi possível perceber que a maioria dos respondentes, 74%, moram no bairro de Vargem Grande e 25% trabalham no bairro.

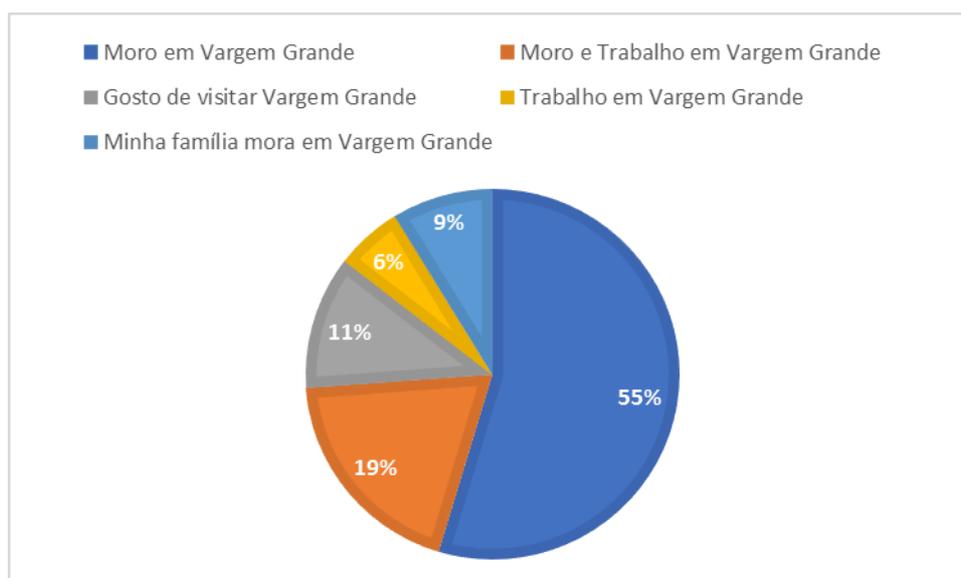


Gráfico 8 - Relação do entrevistado com o bairro.

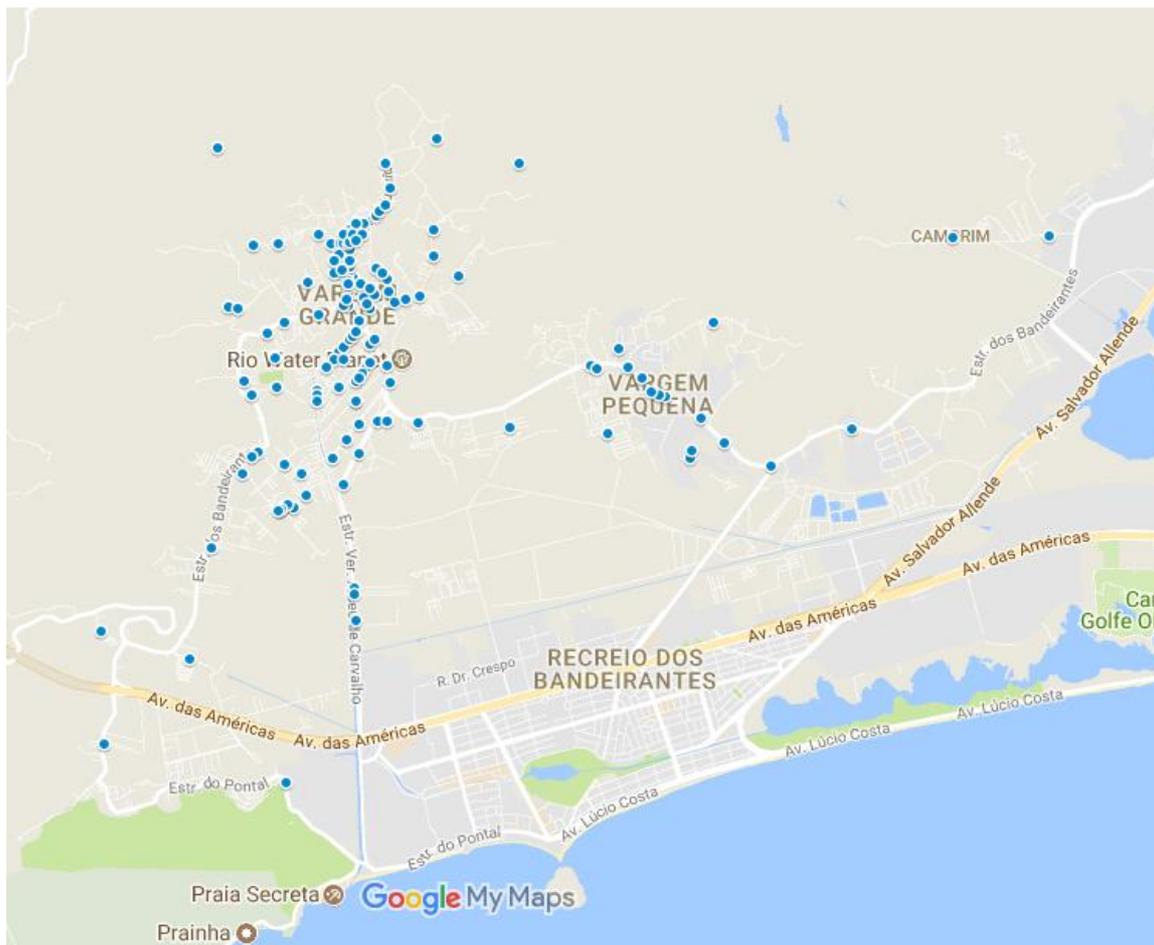
Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor, 2017.

Essa análise é importante para destacar que a opinião sobre o bairro apresentada nesta pesquisa não é apenas daquele que mora, mas também dos que trabalham e frequentam recorrentemente o local. Por vezes, as perguntas se limitaram aos 74% dos entrevistados que moram no local, mas de forma geral elas não são restritas. A justificativa se deve ao fato da metodologia buscar captar a percepção desde um morador que está no bairro há 60 anos, de um que chegou há 6 meses, daquele que vem diariamente trabalhar nas escolas e restaurantes, até do visitante que todo final de semana visita a família e os amigos.

A pergunta seguinte tratou sobre o local de moradia. A partir das respostas, foi desenvolvido um mapa³⁷ com respostas georeferenciadas. Os pontos não tratam com exatidão o local de moradia do entrevistado, mas possibilita o entendimento de que a pesquisa foi representativa ao longo do território.

³⁷ Disponível em

https://drive.google.com/open?id=12S75dIAxnRZsmrOyq_xsYzoOtd7Zed86&usp=sharing Acesso em 20 de novembro de 2017.



Mapa 19 - Localização de Moradia dos Entrevistados.

Fonte: Elaborado pelo autor através do *MyMaps Google*

Nesta pesquisa, foi importante entender também há quanto tempo o entrevistado mora no bairro e quantas gerações suas vivem e/ou viveram no mesmo. Como resultado, a média de tempo de moradia na região é de 18 anos, tendo respostas que variaram de um a 62 anos vivendo no local. Quanto às gerações que vivem no bairro, o entrevistado tinha a opção de selecionar múltiplas opções e os resultados demonstram que 52% possuem duas ou mais gerações no bairro, sejam elas filhos e netos, pais, avós e até bisavós.

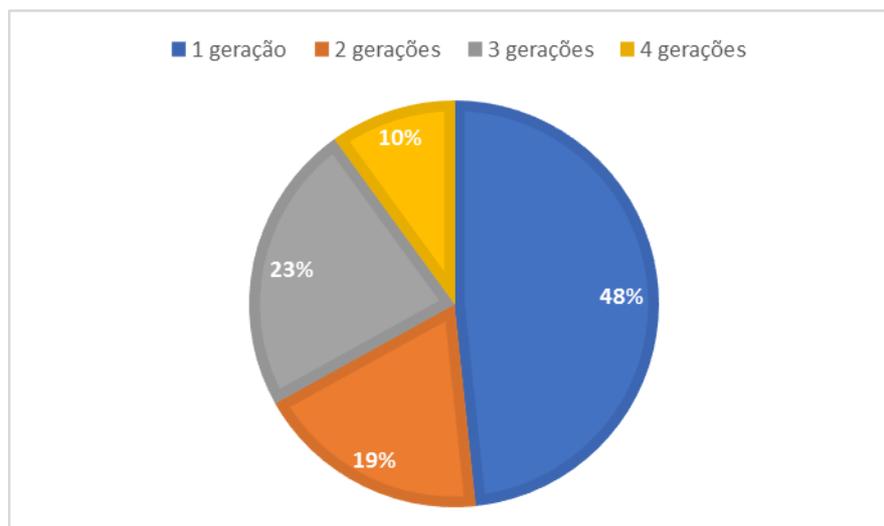


Gráfico 9 - Tempo de vivência no bairro de Vargem Grande.

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor, 2017.

A pesquisa analisou também quais são os locais mais frequentados no bairro. É possível observar que o polo gastronômico da região se destaca, 72% dos entrevistados frequentam os restaurantes, lanchonetes e bares. O largo de Vargem Grande, as cachoeiras e o posto de gasolina também são frequentados por mais da metade do grupo (56%, 56% e 53% respectivamente).

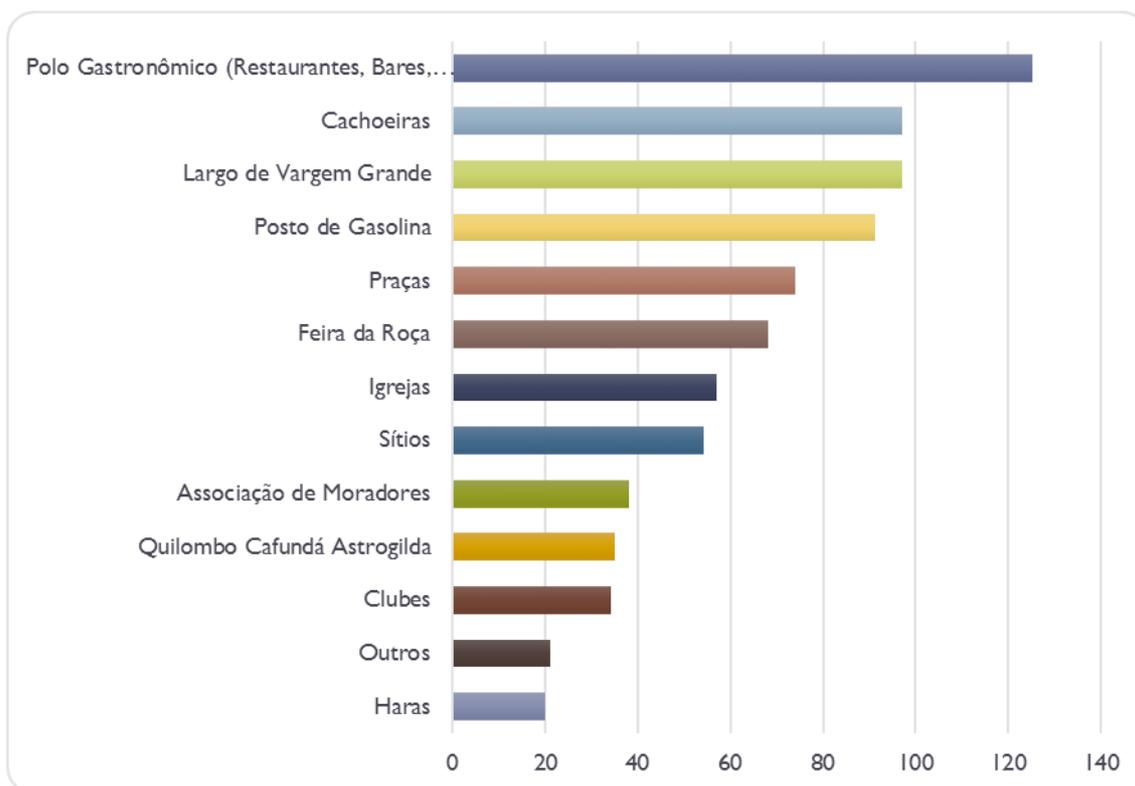


Gráfico 10 - Locais mais frequentados no bairro pelos entrevistados.

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor, 2017.

Vargem Grande é um bairro bem peculiar. Através destes resultados é possível observar que locais incomuns para o restante da cidade do Rio de Janeiro estão presentes no cotidiano dos moradores, como: haras, clubes, sítios, quilombo, cachoeira e feira orgânica. Essa percepção reforça a necessidade de um planejamento alinhado com as características locais, bem como a necessidade de conhecer os costumes para desenhar o futuro.

6.2.1 Mobilidade no Bairro

Esta pesquisa não teve como objetivo aprofundar a temática de mobilidade junto aos moradores. O foco centrou-se em duas perguntas referentes ao uso de transporte dentro do bairro e fora dele. Essa análise mostra-se importante na medida em que busca adicionar mais um no conjunto de elementos que caracterizam e diferenciam a população local dos demais bairros da cidade.

Ao ser perguntado sobre o meio de transporte que mais utiliza para se deslocar dentro do bairro, carro ou moto e bicicleta se destacam no cotidiano local (48% e 23% respectivamente). Uma boa parcela também utiliza da caminhada como principal meio de acesso aos locais do bairro (18%). Por possibilitar a inclusão de outros meios, 6% disse utilizar diversos meios para acessar o bairro, mesmo percentual para aqueles que utilizam o Transporte Público.

Quando a pergunta foi estendida ao meio de transporte mais utilizado no dia a dia, seja ele dentro ou fora do bairro, a opção do carro ou moto permaneceu (49%), mas a bicicleta (12%) e a caminhada (5%) deram lugar ao transporte público (30%) como segundo modal mais utilizado. Surgiu também a opção do transporte alternativo (Vans, Kombis, Taxi e Uber), utilizado por 4% dos entrevistados. Assim, esta divisão modal assemelhou-se a da cidade do RJ que também tem o transporte público e o individual motorizado como os principais meios de deslocamento da população carioca.

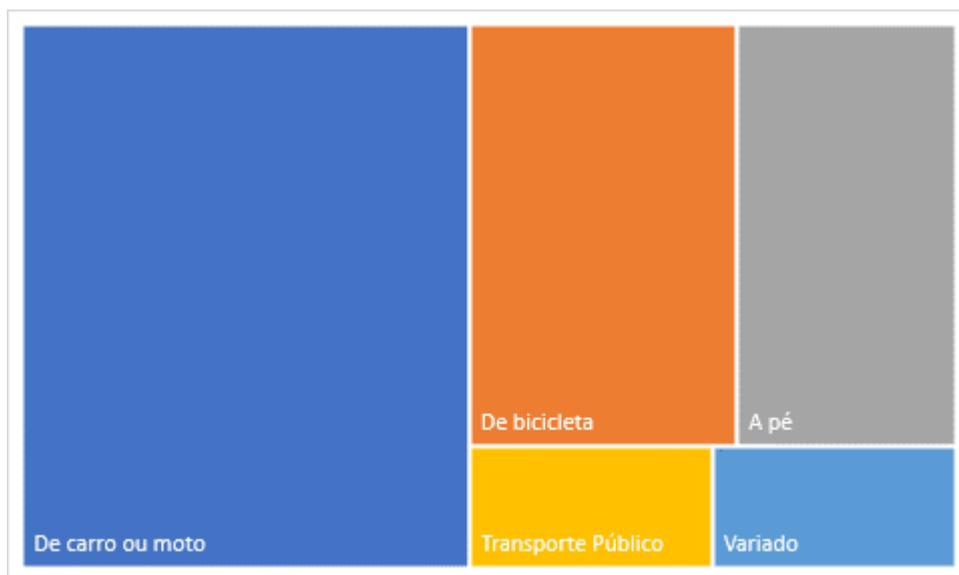


Gráfico 11 - Divisão modal nos deslocamentos intrabairro.

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor, 2017.

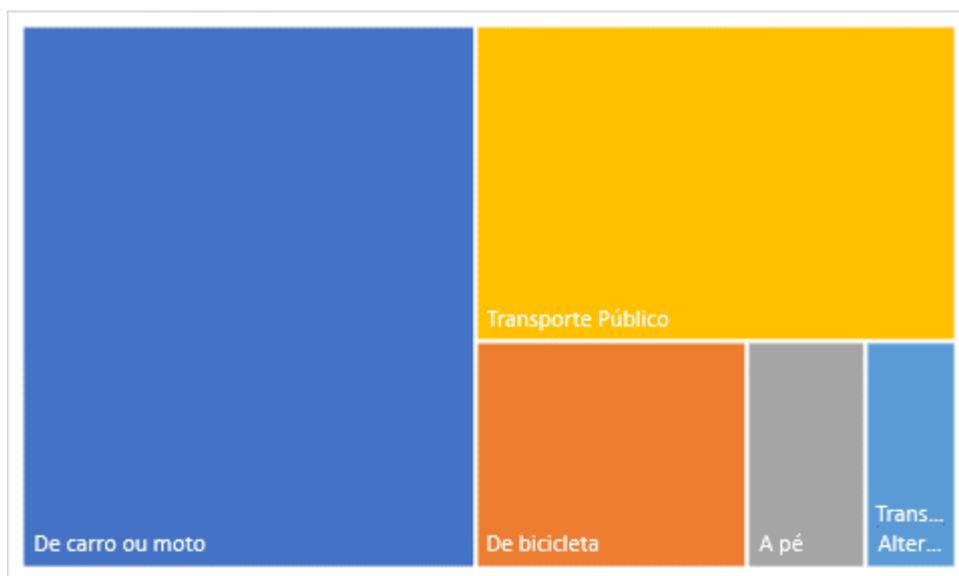


Gráfico 12 - Divisão modal do dia a dia dos entrevistados.

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor, 2017.

Contudo, a divisão modal dos deslocamentos intrabairro se diferencia bastante do padrão da cidade do Rio de Janeiro. O uso da bicicleta como um dos principais meios de transporte ressalta a importância de se investir em infraestrutura viária para esse tipo de deslocamento. Assim como é igualmente necessário investir nas calçadas e outros elementos para a promoção segura da caminhada. Como observado nos dados do IBGE, apenas 25% das moradias possuem calçada no entorno e nenhuma possui rampa para cadeirantes, assim como muitas áreas não possuem arborização. Esses podem ser

fatores relevantes pelo alto uso do transporte individual motorizado para deslocamentos curtos intrabairro. Pesquisas mostram que a melhoria da infraestrutura para transportes ativos contribui para o maior uso desses modais pela população e reduz o uso do carro e moto em deslocamentos curtos, de até 10 km, onde o transporte mais eficiente é a bicicleta.

Uma análise relevante é que ao se considerar a rua mais ao norte do bairro, Caminho do Cafundá, até o extremo sul, na Praia da Macumba, o percurso é de aproximadamente 9 km (30 min.³⁸). A mesma distância é apresentada de a leste a oeste, entre a Estrada do Pontal e a Estrada Benvindo de Novaes. Isso demonstra que a maioria dos deslocamentos no bairro e seu entorno podem ser realizados de bicicleta, caso haja o devido investimento para que esse modo seja usado com segurança e conforto.

Mas será que a divisão modal é igual para todas as escolaridades? Cruzando os dados é possível observar que a resposta é não. Grupos com diferentes escolaridades apresentam divisão modal totalmente distintas. Enquanto o grupo que possui mestrado ou doutorado tem como principal meio de deslocamento intrabairro o carro ou moto (57%), o grupo que tem o ensino fundamental completo se desloca principalmente a pé (31%) e de bicicleta (31%). Se observada a divisão modal para o dia a dia, o uso de carro ou moto é ainda mais intenso pelo grupo mais escolarizado (65%) e o grupo menos escolarizado utiliza prioritariamente transporte público (46%) e a bicicleta (23%). Essa análise é relevante, pois estimula o debate sobre para quem é direcionado o investimento público em infraestrutura para transporte individual motorizado, em detrimento do investimento aos transportes públicos e aos transportes ativos.

6.2.2 O que é Vargem Grande pelos olhos dos Entrevistados

Talvez seja difícil definir o lugar que você vive, mas esse foi o desafio ao fazer a pergunta aberta “O que é Vargem Grande para você?”. A resposta foi livre, podia falar positiva ou negativamente, e muitas foram as declarações de carinho e amor ao bairro. Para consolidar as respostas, utilizou-se uma ferramenta chamada nuvem de palavras³⁹, que na medida em que a palavra é mais repetida ela vai se destacando em relação às demais. Na Figura 43, é possível ver em destaque palavras como: natureza, tranquilo, paz, paraíso, preservado, calmo, maravilhoso, refúgio, bucólico e interior. Isso reflete

³⁸ Segundo estimativa do *Google Maps* para deslocamento de bicicleta.

³⁹ Disponível em <https://www.wordclouds.com/> Acesso em 16 de Novembro de 2018.



Figura 44 - Igreja Mont Serrat, Praça agapanto, Espaço Nectar e Maciço da Pedra Branca.

Fonte: Google Imagens

Fora do bairro, foram citados os locais de Ilha Grande, o interior de Minas Gerais, Ilha de Guaratiba, Teresópolis, Lumiar, Visconde de Mauá, Rio Bonito de Cima, Praia de Monganguá, Miguel Pereira e Guapimirim.



Figura 45 - Barra de Guaratiba (RJ), Cidade do Interior de Minas, Visconde de Mauá (RJ) e Lumiar (RJ).

Fonte: Google Imagens

Quanto as pessoas que são associadas ao bairro quando são lembradas, foram citados muitos moradores antigos e grupos de indivíduos, políticos e até Deus. Dentre os grupos, foram citados os quilombolas, os agricultores, os nordestinos, os “pinguços da Pacuí”, as pessoas alternativas, os moradores antigos, as mulheres trabalhadoras, os ecologicamente corretos, os defensores da mãe natureza e até o grupo de “Todas as pessoas que gostam e querem preservar a natureza do lugar onde vivem”.

Quando personificado o lugar em um indivíduo, muitos responderam “eu!” e também “minha família”, mostrando que eles se identificam com o bairro. Foram citados também indivíduos já falecidos: o Griô⁴⁰ Pingo do Quilombo (Jorge dos Santos Mesquita) e Dona Nata rezadeira⁴¹, grandes referências sociais para a história do bairro.



Figura 46 - Dona Nata e Pingo, ambos já falecidos.

Fonte: Google Imagens.

Já entre os que estão vivos foram lembrados: Carmélio, Jorge Cardia, Renato Rocha, João Pedro Rocha, Serginho (Espaço Nectar), Naldo cigarrinho, Fernando (pai do Vitor, Melissa e Sharon), Marimbondo, Lucia Correa, Diretora Shirley, Maria do Céu, Luiz Lucas (Bodão), Seu Nozinho, Seu Odilion, Jorge Marujo, Gisele (Tô na Boa), Mariana Bruce, Ana Rudge, Silvia Baptista, Manelzinho da Padaria, seu Chumbo, Maria Brasil, Cristina (da feira da Roça), Gentileza, Serginho do Mel, William (‘meu compadre’), seu Nelson, Maria e Geraldo (da venda da comunidade beira Rio). Essa diversidade de pessoas citadas como características do bairro, mostra a forma intensa

⁴⁰ “O termo Griô caracteriza os sábios da tradição oral que representam nações, famílias e grupos de um universo cultural fundado na oralidade, e que guardam a história e as ciências das comunidades.” (Fonte: [Eco museu do Sertão](#))

⁴¹ Dona Nata, faleceu aos 82 anos de idade. Rezava quebranto, mau-olhado, cobreiro, espinhela caída, responso e falso amigo. Nascida e criada no sertão, quando tinha 43 anos de idade ouviu uma voz que lhe ensinou a rezar, e nunca mais parou. Atendia quase 30 pessoas por dia, e nunca cobrou nada, recebendo doações em alimentos e favores de quem atendia. (Fonte: [Eco museu do Sertão](#))

com que as relações sociais acontecem. Não há, como em muitos outros locais, apenas um indivíduo que represente a imagem do bairro.

6.2.3 A agricultura

Vargem Grande já foi uma grande fazenda. Os ciclos de produção da nossa história se entrelaçaram nas terras dessa região. Não surpreende que ainda hoje uma grande produção de frutas como banana e caqui, hortaliças, plantas medicinais e ornamentais saiam do bairro para abastecer a cidade.

Um caminho para escoar essa produção foi criado em 2016, a Feira da Roça, Agroecologia e Cultura (FRAC). A partir da união dos agricultores da AGROVARGEM, associação com mais de 10 anos de existência, e de outros parceiros locais, a feira foi instalada na praça José Baltar, mais conhecida como Largo de Vargem Grande.

Após mais de um ano que a feira ocorre todo domingo, a pesquisa buscou entender se ela já se tornou conhecida e qual a percepção dos entrevistados sobre a mesma.

No total, 76% declararam que conhecem a feira e 74% sabem quem participa dela. Isso demonstra uma boa consolidação dos agricultores e artistas da região que buscam promover um estilo de vida mais saudável.

Os entrevistados também puderam compartilhar a percepção que eles têm sobre a feira.

De positivo foi destacado que a feira é um resgate importante e pode ser um exemplo para outros bairros, além de ser uma resistência ao modelo mercadológico que atinge a região. Destacou-se também o ótimo atendimento e a feira como ação inovadora, “uma novidade no sentido agroecológico, com a resistência quilombola co-criando mercados curtos”. Uma oportunidade de incentivar a economia local, dar visibilidade aos produtores da região e promover os costumes culturais dos antigos moradores, além de integrar ações culturais como danças tradicionais, música e trocas de saberes.

Dentre as críticas estão a pouca opção de barraca e produtos, a necessidade de mais divulgação e a característica rudimentar.

“Acho importante o papel da feira no sentido de valorização dos produtores locais (ou não). E todas as outras questões intrínsecas. Mas ela sozinha é pouco atrativa. É preciso intensificar as atividades culturais (com regularidade). Desta forma a feira pode agregar mais significados e significantes, no sentido de ocupação daquele território não apenas pela

"alimentação", mas por uma coisa mais ampla, a partir dessas atividades multidisciplinares. A feira, que é organizada pela raiz, poderá transitar para um símbolo de identidade do bairro. Para além de um feira, por um movimento afirmativo, político ... etc." (Resposta de uma entrevistada à pergunta "O Que você acha da feira?")

Tem quem acredite também que *"a população não entendeu o sentido dela e não deu o devido valor, sendo assim, ficou enfraquecida"*. Mesmo com alguns comentários negativos, os entrevistados detalharam as principais questões para poder avançar e tornar a feira um lugar ainda mais significativo.

"Tem altos e baixos, das vezes em que visitei. Mas sempre compro, converso com as pessoas. É um local de interação, além de venda. Gostaria de tivesse mais opções de produtos, inclusive voltados ao artesanato. Também acredito no potencial. Que poderia ser divulgada de forma ampliada e tivesse atrativos, que levassem mais público ao local, transformando-se num atrativo ao bairro, num point alternativo na zona oeste." (Resposta de uma entrevistada à pergunta "O Que você acha da feira?")

Avançando na temática de agroecologia, foi perguntado "O que você acha da agroecologia, dos quintais produtivos e dos produtores da região?". Essa pergunta não é simples, e pressupõe que o entrevistado compreenda os termos expostos. A não explicação do termo na pergunta faz parte da metodologia que busca não influenciar a resposta do entrevistado. Dessa forma, caso o mesmo não soubesse o significado da palavra ou deixasse a questão em branco, a mesma já se caracterizaria como uma resposta importante que demonstra a necessidade de ampliar o debate sobre os termos com ainda mais pessoas.

24 dos 174 entrevistados não responderam a questão, o que representa apenas 14% do total. Dentre os respondentes, surge temas como resiliência, criatividade e resistência local, assim como respostas destacando a importância desses espaços para manutenção de um sistema urbano habitável e sua sincronia com 'o que é Vargem Grande'. As respostas também reforçam a necessidade de incentivo público e social à permanência e ampliação desses espaços, necessário para a preservação do estilo do bairro, dos moradores locais e do meio ambiente.

"Entendo que é essencial a preocupação com a sustentabilidade e a alimentação saudável. Tudo isso passa pelas mãos de quem maneja a terra com sabedoria. A produção caseira de alimentos deve ser defendida e patrocinada. No caso de Vargem Grande, é certo que se trata de uma vocação. O Bairro tem de crescer sem perder o charme." (Resposta de uma entrevistada à pergunta "O Que você acha da feira?")

Lembram também que é interessante produzir seu próprio alimento "sem veneno" e que este caminho é o futuro para a sobrevivência da humanidade.

“São importantes forma de troca de saberes, fortalecimento das culturas e da identidade. Além de produzirem através de uma forma que quebra os paradigmas do modo de produção capitalista.” (Resposta de uma entrevistada à pergunta “O Que você acha da feira?”)

Dentre os poucos comentários negativos sobre a questão, cabe destacar uma interessante resposta:

“Sinceramente? Não existe mais agricultura em Vargem Grande há anos. O meu avô, juntamente com Antônio Vieira e outros reais agricultores, tinham imensas áreas de plantações na Estrada do Sacarrão esquina com Bandeirantes até onde hoje é o Parque Aquático. Em vários lugares do bairro, anos atrás haviam imensas áreas de plantações. Hoje isso não existe mais.” (Resposta de uma entrevistada à pergunta “O Que você acha da feira?”)

Nela é possível observar que o entendimento de agricultura é limitado a agricultura extensiva, que ocupa grandes terras e é o modelo padrão brasileiro. De forma correta, o comentário relata que esta forma de produção não mais existe na região. Todavia, o mesmo desconsidera outros modelos de produção agrícola que se estabelecem na região há anos, como a agrofloresta, os quintais produtivos, a agricultura familiar e a agricultura urbana. Isso ressalta a importância de que o incentivo e divulgação por parte do poder público dessas outras formas de produção é fundamental para garantir o entendimento e apoio popular.

As próximas questões referentes à agroecologia estão ligadas à moradia do entrevistado. No total, 85% dos entrevistados possuem em suas residências, ou de seus familiares, plantas (temperos, ervas, legumes, verduras, etc) ou árvores frutíferas. Dentre os 15% que não possuem, mais da metade (52%) não cultivam por falta de espaço.

Dentre os alimentos produzidos nos quintais estão frutas (banana, goiaba, acerola, tangerina, pitanga, mamão), hortaliças, feijão e temperos.

Outra prática histórica da região é o cultivo de ervas e plantas medicinais para cura de doenças. A fim de entender se essa prática permanece na região, foi perguntado “Você ou seus familiares plantam ervas medicinais para tratar dores/doenças? Por quê?”. O resultado é de 56% que realizam essa prática, tendo como motivos principais a herança cultural, tradição familiar, a crença na cura com ervas e por ser uma forma mais saudável de tratamento. Os que disseram não ter esse tipo de plantação descrevem falta de costume, prática, espaço e até impossibilidade devido ao cachorro que destrói a plantação. Neste panorama, recomenda-se ampliar o projeto PROFITO, citado

anteriormente, para além dos agricultores, atingindo também os moradores do bairro interessados na produção de ervas medicinais.



Figura 47 - Algumas plantas medicinais citadas pelos entrevistados e suas funções no organismo

Fonte: <http://cultura.culturamix.com/ciencias/ciencias-das-plantas-medicinais>

6.2.4 O Quilombo Cafundá Astrogilda

Os primeiros africanos foram trazidos ao Brasil no início do Século XVII, e até os dias atuais é possível encontrar locais onde seus descendentes mantêm as tradições culturais daquela época. O Quilombo Cafundá Astrogilda é um local especial no coração do parque da Pedra Branca. É um dos quatro quilombos na cidade do Rio de Janeiro reconhecidos em 2014, pela Fundação Palmares. Outro quilombo, do Camorim, também se encontra dentro da área do PEU das Vargens.

O Quilombo Cafundá foi formado a partir dos escravos africanos que trabalhavam na fazenda de café Vargem Grande, propriedade de Miguel Ferreira. A subsistência dos moradores na época dava-se através da plantação de banana, café, aipim e batata. Essa prática permanece até os dias atuais, que ganharam incremento de mais alimentos como o caqui, as hortaliças e as ervas medicinais.

Na pesquisa elaborada pelo autor são duas as questões relacionadas ao Quilombo. Uma refere-se ao conhecimento da comunidade remanescente por parte dos respondentes e outra sobre a percepção do lugar.

Segundo a pesquisa, 48% dos entrevistados conhecem o Quilombo Cafundá Astrogilda, os definindo como espaço de resistência, memória, produção agrícola e modelo de comunidade.

Essa questão foi elaborada para entender se os entrevistados já estão familiarizados com o nome Cafundá Astrogilda, definido em 2014 a partir do reconhecimento da comunidade como grupo remanescente quilombola. Ou seja, mesmo os entrevistados conhecendo a feira da Roça (liderada pelos Quilombolas) e frequentando as cachoeiras do bairro (onde as trilhas passam pela comunidade), muitos ainda não identificam o local como um quilombo.

Para avançar sobre esse assunto, a associação de moradores do Quilombo realiza uma atividade educativa junto aos alunos das escolas e universidades da cidade. Chamada Ação Griô, a atividade se propõe a contar a história do Quilombo enquanto as crianças e jovens experienciam práticas tradicionais como plantio e colheita de alimentos, reconhecimento de flora e fauna, e até o banho de cachoeira. Para grupos de estudantes universitários a experiência se estende a análises de solo e água, debates sobre direito a moradia e aprendizados sobre agrofloresta.



Figura 48 - Alunos da Escola Municipal Frei Gaspar conhecendo o Quilombo e ouvindo as histórias de Sandro Silva, filho do Griô Pingo

Fonte: Página Facebook Cafundá Astrogilda

Além da agricultura e da atividade educativa, o quilombo faz parte de uma atividade ainda pouco explorada, mas de grande potencial na região: o turismo de base comunitária.

Segundo o Ministério do Turismo (MTUR) (2008)

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística. (MTUR, 2008, P. 145)

Exercido pelo quilombo e por outros grupos do bairro, de artesanato, gastronomia local, haras, sítio de eventos, o turismo se apresenta como uma importante fonte de renda sustentável para os que no bairro exercem suas atividades.

Por fim, para finalizar a seção 2 do questionário, foi feita a pergunta “Qual/Quais é/são o(s) maior(es) problema(s) de Vargem Grande?”. De forma aberta, o entrevistado poderia identificar qualquer questão, sobre a temática que lhe fosse mais importante.

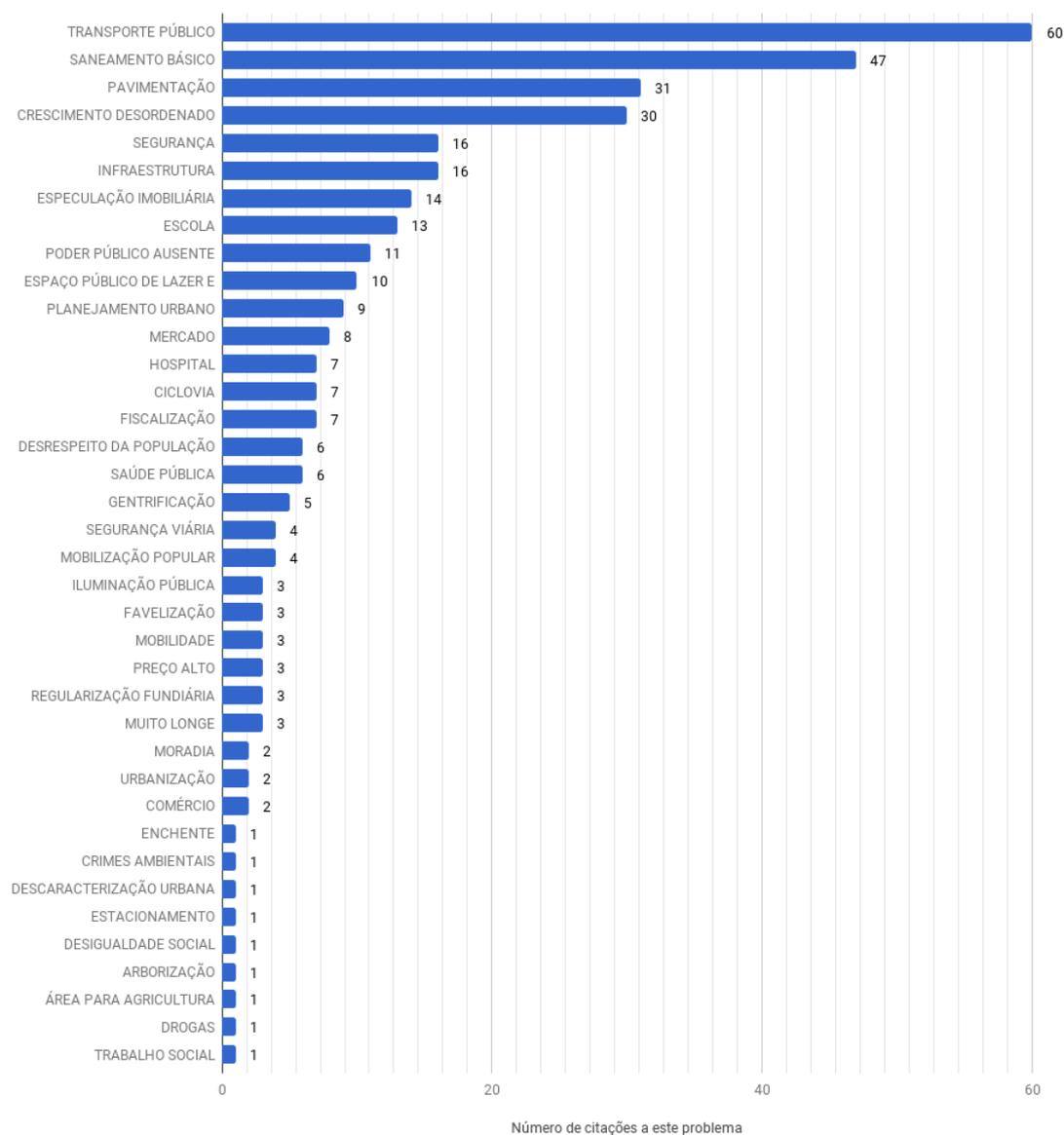


Gráfico 13 - As áreas de maior problema de Vargem Grande segundo os entrevistados.

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2017.

Organizadas, foram contabilizadas quantas vezes cada tema aparecia. O resultado demonstra a clara problemática do transporte público da região. Do total de 168 respostas, 60 citam o transporte público. Ou seja, 36% identificam este como o principal problema de Vargem Grande. Em seguida está a questão do saneamento básico (28%), falta de pavimentação (18%) e o crescimento desordenado (18%).

Este é um resultado bem distinto da pesquisa realizada pelo IBOPE⁴² em 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Nela, o problema de Saúde foi o mais lembrado pela população carioca (54%), seguido por segurança pública (15%) e educação (9%). Transporte público foi o ponto mais crítico apenas para 4% dos entrevistados, o que aponta que mesmo dentro de uma mesma cidade, cada bairro e região possui sua especificidade.

6.3 SEÇÃO TRÊS - CULTURA E DESENVOLVIMENTO

Na terceira sessão da pesquisa, o objetivo é compreender a visão de futuro do entrevistado sobre o bairro. Nesta surge temas como o desenvolvimento proposto e desejado, o PEU das Vargens, cultura e identidade local.

As duas primeiras questões focam no exercício de identificação do que as mudanças já sofridas pelo bairro deixaram ‘na lembrança’ e o que ainda é de desejo do entrevistado.

Quando perguntado “O que você gostaria que tivesse no seu bairro que deixou de ter?” foram muitas as opções. Quanto à segurança, as pessoas pediram de volta mais paz, tranquilidade, sossego, rondas policiais. Gostariam de menos barulho, semelhante a vida no campo, com aparência de interior, com mais respeito à natureza, mais áreas agrícolas e venda de orgânico. Lembrou-se também da interação constante entre moradores, vizinhos, que não mais ocorre com tanta frequência. Alguns chegaram no detalhe do pasto com gado, cabra passando pelas ruas, cavalgadas e até “fiado na birosca”.



Figura 49 - Pessoas andando a cavalo nas ruas de Vargem Grande

Fonte: VargemgrandeTur

⁴²Disponível em < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/noticia/2016/08/saude-e-o-maior-problema-do-rio-para-54-dos-entrevistados-diz-ibope.html> > Acesso em: 16 de Novembro de 2017.

Na área de meio ambiente foram lembrados os rios caudalosos, as cachoeiras volumosas e tranquilas, as árvores retiradas da estrada dos bandeirantes para realizar seu alargamento e a coleta seletiva que por pouco tempo fez parte do cotidiano dos moradores, mas já não mais é realizada pela prefeitura. A questão dos rios e cachoeiras é de extrema importância, pois resalta um problema grave que vem ocorrendo na região: o roubo de água dos lençóis freáticos para comercialização. Essa atividade contribui para o rebaixamento do lençol, que prejudica os moradores (os poços artesanais deixam de captar a água) e reduz o fluxo de água das nascentes. Segundo relato do Sandro, morador do quilombo, no verão de 2016, mais de cinco nascentes secaram dentro do parque devido ao uso excessivo e irregular.



Figura 50 - Duplicação da Estrada dos Bandeirantes e supressão das árvores centenárias do bairro

Fonte: Alexandrebmelo

Veja o interessante relato desta moradora:

“Eu vim morar em VG. por amar tudo que ela é sem esse progresso que estão pedindo. Gostaria sim que as pessoas não escolham morar em Vargem Grande por opção de construir casas luxuosas sem pagar impostos ou de invadir e fazer loteamentos pela a facilidade de não ter fiscalização. Que não faça de VG um Bairro dormitório. Que venha morar aqui porque gosta dessa beleza natural que resiste ainda na selva de Pedra da Cidade do Rio de Janeiro. E que more e curta VG. como ela é.” (Resposta de uma entrevistada ao questionário).

Na área de mobilidade urbana o desejo é a retomada das linhas regulares 382 e 747, que ligavam a região à Madureira, Cascadura e ao centro da cidade. As vans que subiam a estrada do Sacarrão também foram lembradas. Por fim, muitas atividades culturais e de lazer foram citadas, como as lonas de circo, aulas de teatro na associação, a feirinha de quarta, a feira de artesanato de Itaipava, as festas junina e agostinha, o forró do Hélio, o funk do Dudu, o campo de futebol do Guanabara, as festas dos clubes e o centro de evento (Quadra do manelzinho). É possível perceber que as pessoas valorizam as atividades que acontecem no bairro e lembram com saudosismo àquelas

que não resistiram a concorrência com os shoppings, cinemas e condomínios *resort*, que tiraram as pessoas dos espaços tradicionais e confinou em locais privados.



Figura 51 - Festa Junina da Igreja São Sebastião e Ensaio do G.R.E.S. Unidos das Vargens no Pontal Country clube

Fonte: Google Imagens

Seguindo a pesquisa, uma pergunta semelhante foi feita, mas mudando o viés para “O que você gostaria que tivesse no seu bairro e nunca teve?”. Aqui é possível observar questões já citadas como maiores problemas da região como a falta de hospitais, supermercado, escola de ensino médio, transporte público, ciclovias até a praia, saneamento básico, e cita também a necessidade de teatro, vida noturna, eventos culturais, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), museus, bancos, praças, bibliotecas públicas, horta coletiva e agência dos correios. Têm ideias mais elaboradas como aulas de educação ambiental na associação de moradores, cisternas para armazenar o grande volume de água das chuvas, *wi-fi* em locais públicos, Guarda Municipal nos sinais perto das escolas, um grande centro cultural que unisse a arte e o verde e criação de eventos para divulgar e promover a agroecologia para a nova população local. É interessante destacar que 35% dos entrevistados destacaram atividades culturais e educativas como um grande desejo deles para Vargem Grande.

6.3.1 Identidade

Que Vargem Grande tem características próprias, de estruturas rurais, clima pacato, com uma intrínseca relação com a terra, o ciclo das águas e a natureza é claro para o autor. Mas esse entendimento precisa ser coletivo, e assim tornar-se uma

identidade. O conceito de identidade seguido é exposto pelo Historiador Rainer Souza na página online Mundo Educação⁴³, onde é definido como

um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade. (SOUZA, [201-])

Primeiro o entrevistado foi questionado se ter identidade é algo importante para um bairro qualquer. 89% responderam que sim e 11% não souberam responder. Foi questionado também o porquê de ter ou não uma identidade. Foi pontuado a preocupação de não se tornar engessado devido a identidade e nem desrespeitar outras identidades. De forma positiva, algumas frases se destacam:

“A identidade ajuda na percepção de que você pertence a um lugar, um espaço urbano.”

“A identidade se expressa como uma liga, um vínculo entre seus moradores e colabora na organização popular”

“Sem identidade todos os bairros são iguais.”

“Pois mostra o perfil que os moradores daquele bairro tem, torna uma comunidade mais unidade e promove um crescimento norteado nos princípios desse bairro.”

“Reforça as relações afetivas entre moradores e visitantes com o lugar”

“Porque atrai turismo”

“A identidade é o feixe de peculiaridades, a marca, que individualiza alguém ou alguma coisa. A marca de Vargem Grande é a da beleza que deve ser preservada. O que não pressupõe que as coisas fiquem como estão, mas que a evolução do bairro seja bem cuidada.”

Quando perguntados se o bairro de Vargem Grande possui identidade, 81% dos respondentes disseram que sim, há uma identidade neste local. As demais respostas se dividem igualmente entre o não e o não sei. Destaca-se que dentre os 11% que marcaram não saber sobre a importância da identidade (na pergunta anterior), um quarto disse que VG possuía uma identidade.

Para os que explicitam que o bairro não tem identidade, algumas justificativas referem-se a uma identidade “que está sendo perdida”, o que levanta um ponto de atenção sobre o futuro do bairro.

No entanto, os resultados são positivos. Observe na nuvem de palavras a seguir, os principais termos que definem a identidade do bairro, como: rural, roça, interior, bucólico, verde, gastronômico, calmo, simples e tranquilo. O resultado se apresenta alinhado com a pergunta feita no início da pesquisa sobre “O que é Vargem Grande para

⁴³ <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/identidade-cultural.htm> Acesso em 28 de Outubro de 2017.

SOCIAL, HUMANO, SUSTENTÁVEL, ECONÔMICO, URBANO⁴⁴, CULTURAL, AMBIENTAL⁴⁵, TECNOLÓGICO⁴⁶ e também o desenvolvimento como algo NEGATIVO e associado apenas a ideia de CRESCIMENTO⁴⁷.

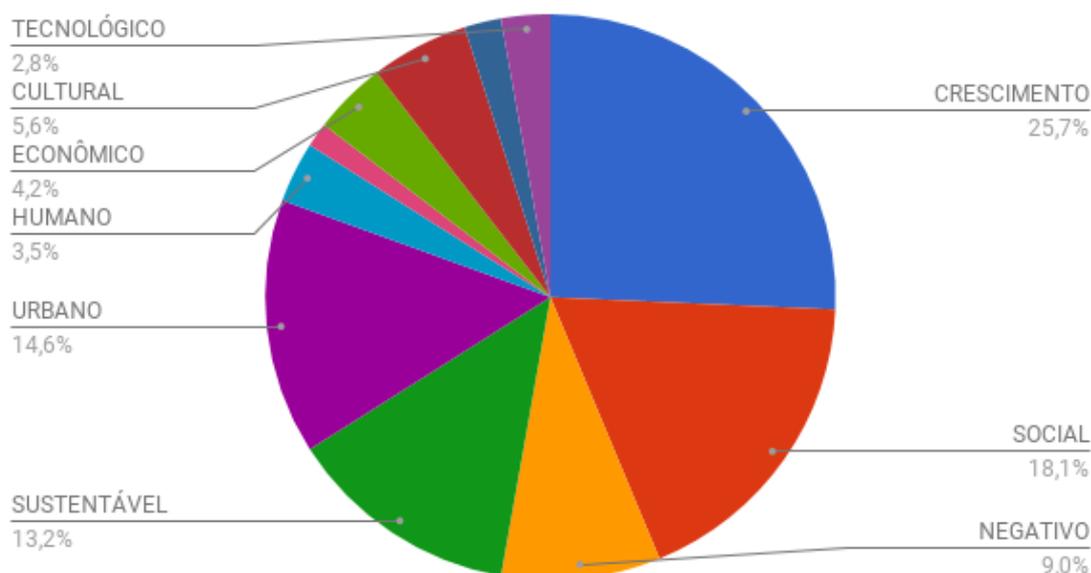


Gráfico 14 - "Eu entendo desenvolvimento como algo prioritariamente...".

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor, 2017.

Para grande parte dos entrevistados (26%) o conceito de desenvolvimento está diretamente ligado a palavra crescimento. Para 18%, desenvolvimento trata-se de uma questão social, com a promoção do bem-estar e qualidade de vida e para 15% das respostas, desenvolvimento é pavimentar ruas, construir casas, escolas, hospitais e comércio (desenvolvimento urbano). Destaca-se 9% das respostas, que entendem desenvolvimento como algo negativo.

Por conseguinte, a questão “Como você gostaria que o bairro de Vargem Grande se desenvolvesse?” apresenta o desejo quanto ao futuro do local. A mesma classificação foi feita a partir das respostas dadas, a fim de compreender se o que o entrevistado entende como desenvolvimento, é o mesmo que ele deseja para o futuro do bairro. E o resultado é bem interessante. Há uma ideia clara de que o bairro se desenvolva

⁴⁴ Desenvolvimento Urbano refere-se aqui a construção de infraestruturas urbanas como pavimentação, sistemas de saneamento básico, prédios e equipamentos públicos e privados.

⁴⁵ Desenvolvimento Ambiental é entendido aqui como a proteção do meio ambiente.

⁴⁶ Desenvolvimento Tecnológico é compreendido como a ampliação das tecnologias computacionais para melhoria da qualidade de vida.

⁴⁷ Considera-se aqui o crescimento populacional e de ocupação da área.

urbanisticamente, mas também de forma sustentável, preservando a cultura, o meio ambiente e privilegiando o social e o humano em detrimento do econômico.

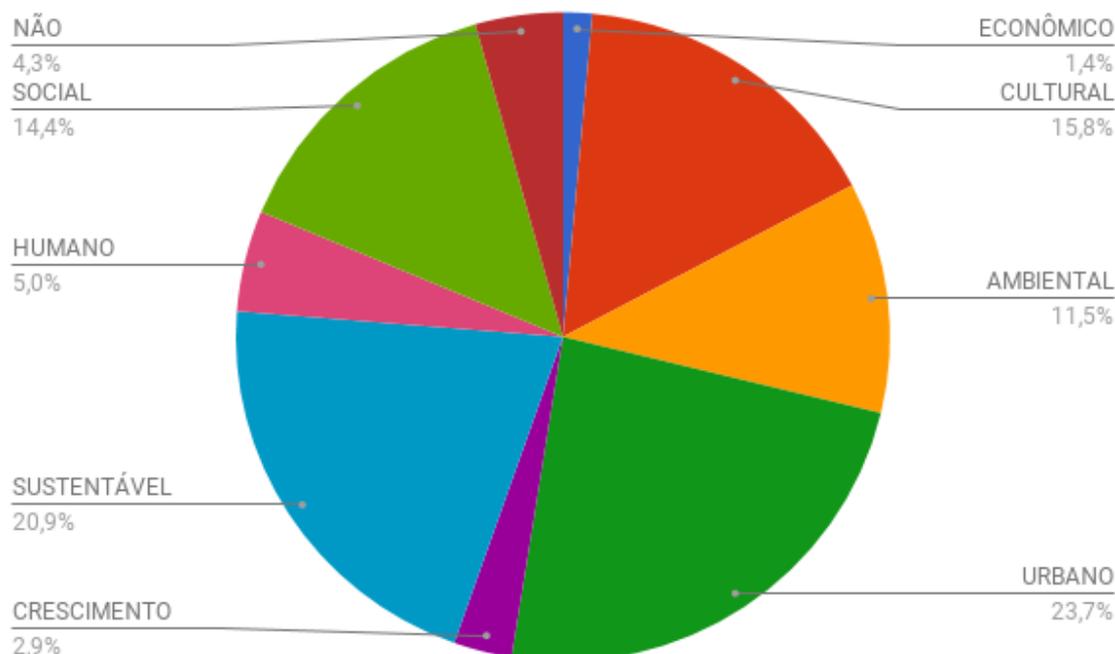


Gráfico 15 - Modelo de desenvolvimento desejado para Vargem Grande.

Fonte: Pesquisa elaborada pelo Autor, 2017

Segundo uma entrevistada, o desenvolvimento de Vargem Grande deve ser

Como deve se desenvolver uma criança, com amor e cuidado. Devemos investir na marca, para que as pessoas que moram e visitam se comprometam e participem desse processo. Nosso caminho deveria ser o mesmo seguido por Paraty, Mendes e, porque não, Campos do Jordão. (Resposta de uma entrevistada ao questionário)

6.3.3 O PEU das Vargens

Muitos projetos de PEU passaram pela história recente das Vargens. Mas será que os moradores, trabalhadores e visitantes frequentes já ouviram falar disso? E como eles veem esse projeto em relação a vida do morador e do comerciante? As últimas perguntas dessa seção desenham respostas sobre essas questões e avançam também na proposta individual para a melhoria da vida dos diversos grupos que interagem nesse território.

Segundo os resultados, 78% dos entrevistados declararam conhecer ou já ter ouvido falar do PEU das Vargens. É um elevado número, visto que não é comum o conhecimento popular sobre legislações urbanísticas. Todavia, cabe destacar a

importância de se atingir o conhecimento geral de uma lei que interfere diretamente no cotidiano da população. Destes, 49% acham que o PEU pode piorar a vida dos moradores e 5% acham que não muda a vida dos moradores nem para pior nem para melhor. Quando perguntado o mesmo para o futuro dos comerciantes com o PEU, 56% acreditam que a vida dos mesmos vai melhorar. Essa é uma importante percepção social, de que uma legislação que tem como objetivo promover a estruturação urbana, beneficia mais o comércio, do que à população moradora.

O entendimento de que a proposta de desenvolvimento deva contemplar todos os grupos é fundamental para que em um plano como o PEU, diferentes objetivos sejam traçados em harmonia. Para isso, os resultados da pesquisa levantaram diferentes demandas para “melhorar a vida do morador, do comerciante e do visitante”.

De forma geral, é destacada a necessidade de melhorias que beneficiem a todos como na segurança, no transporte público e na infraestrutura (saneamento, iluminação pública, pavimentação e segurança viária). De forma específica as recomendações foram separadas na tabela abaixo.

Tabela 4 - Ações sugeridas para melhorar a vida de diferentes atores em Vargem Grande

Morador	Comerciante	Visitante
Regularização fundiária	Criar associação comercial	Criar roteiro cultural
Realizar o resgate cultural	Incentivo ao consumo local	Educação ambiental
Produção de Alimentos coletivamente	Capacitação sobre como crescer junto com o bairro	Identificação dos logradouros
Incentivar a organização popular	Divulgar com hotéis para promover turismo	Placas com histórias dos moradores tradicionais
Educação técnica	Reduzir impostos	Faixas preservadas
Construção de ciclovias	Criar jornal do bairro	Promoção de eventos
Construir o PEU coletivamente	Trabalhar em rede para reduzir preços	Qualificação de guias de turismo
Revitalizar o bairro	Coesão arquitetônica e fachada rústica	Promoção do <i>marketing</i> e publicidade do local
Construir abrigos rústicos para esperar ônibus	Promover um padrão de qualidade	Ponto / Quiosque de Informação na região
Assegurar o direito à	Facilitar a legalização do	Estacionamentos bem

cidade	empreendedor local	localizados
Promover atividades esportivas e culturais públicas	Ter um mercado municipal de produtos locais (alimentos e arte em geral)	Desenvolvimento do setor de turismo
(Re)construção de portais nas 3 entradas do bairro.	Diversificação e descentralização da venda	Requalificação de calçadas e ciclovias

Fonte: Elaboração do autor

6.4 SEÇÃO QUATRO - PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A sessão quatro é a última da pesquisa. Nela, há quatro questões sobre participação popular nos debates de desenvolvimento, sobre a APP Vargens e a possibilidade de construção de um plano local.

A organização das questões dessa pesquisa buscou ao máximo não influenciar o entrevistado. As perguntas foram desenvolvidas em cadeia, partindo de ideias gerais e culminando nas temáticas foco da dissertação. Com isso, não foram adiantados ao respondente os assuntos do PEU e do Plano Popular. Dessa forma, coletamos a primeira impressão do mesmo.

Quando perguntado “O que você acha sobre participação popular nas discussões sobre desenvolvimento de Vargem Grande?” as palavras que surgiram com maior ênfase foi: importante, necessária e fundamental. Complementarmente, a pergunta subsequente aprofunda se a população de vargens necessariamente precisaria participar desta discussão. A ideia é apoiada por 98% dos entrevistados.

Criada em 2016, a articulação do Plano Popular Das Vargens é conhecida por 67% das pessoas. A última pergunta teve aprovação unânime por parte dos entrevistados. Ela questiona a ideia de “fazer um plano local (com as necessidades e vontades da população) para o desenvolvimento de Vargem Grande”, entoadado por palavras como “primordial, essencial, fundamental, coerente e justo”, é possível observar que o desejo daqueles que se preocupam com o futuro das Vargens é ter sua voz ouvida e seus anseios refletidos em um planejamento concretamente participativo voltado para a promoção do bem-estar social.

7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA O FUTURO DO BAIRRO

Como apresentado na introdução à dissertação, seu objetivo geral consistia em contribuir para a incorporação da cultura em projetos de desenvolvimento local. E o objetivo específico, em analisar os diferentes projetos de desenvolvimento propostos para o bairro de Vargem Grande, ao longo dos anos, e quais seus possíveis impactos no modo de vida e práticas cotidianas dos moradores e frequentadores da região. Particularmente, os impactos do atual modelo de desenvolvimento definido pelo poder público para a região das Vargens.

Partia-se das premissas de que a cultura local deve ser levada em consideração nos planos de desenvolvimento local – porque organiza e dá sentido à existência das pessoas; e que o desenvolvimento a ser buscado é aquele que promove a ampliação da reflexão daqueles que moram ou trabalham no local sobre seus modos de vida e sobre o futuro que desejam para si.

E da hipótese de que o modelo de desenvolvimento proposto pelo poder público para Vargem Grande não privilegia a cultura local do bairro de Vargem Grande, podendo contribuir, assim, para o desaparecimento ou enfraquecimento da mesma, da herança histórica dos lugares e de práticas locais consolidadas pelas relações locais no tempo.

As informações apresentadas no trabalho permitem comprovar a hipótese do trabalho.

A partir da análise de cada legislação, foi possível observar ao longo do tempo a mudança de enfoque de como estava proposto o desenvolvimento do bairro de Vargem Grande. Na tabela elaborada a seguir, é possível visualizar um resumo com alguns pontos relevantes para a pesquisa. Elaborada a partir das principais legislações apresentadas, é destacado ainda o nível de abrangência de cada legislação, que ao longo do trabalho possibilitaram a análise tanto macro, quanto micro, dos projetos para região.

Tabela 5 - Legislações que abrangem o bairro de Vargem Grande e alguns enfoques relevantes.

Nível de abrangência		Enfoques
Plano	Lúcio	Baixada de Jacarepaguá
		Mudar a direção do crescimento urbano da cidade, da

Costa		Zona Norte para a Zona Oeste, com preocupação sobre a manutenção das peculiaridades locais que importa preservar
Decreto 3046 de 1981	Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes	Instruções para ocupação do solo, com estrito cuidado a questões de arborização, preservação de sítios, granjas, áreas de plantio e clubes e manutenção da baixa densidade.
Plano Diretor 1992	Cidade do Rio de Janeiro	Manutenção dos parâmetros estabelecidos em 1981 para região, mas com mais ênfase na preservação do patrimônio cultural, das áreas agrícolas, o estímulo a atividades turísticas, desportivas, culturais, educativas e de proteção ambiental.
Projeto de Áreas de Interesse Agrícolas, 1999	Cidade do Rio de Janeiro	Reconhecimento de Vargem Grande como área agrícola. Promoção de atividades de capacitação dos agricultores, realização de feiras e exposição agropecuária, além da elaboração do plano de desenvolvimento rural sustentável.
PEU 2006 (PL 79/2006)	Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes	Elementos para preservação das práticas culturais locais. Ocupação condicionada a preservação do meio ambiente, da biodiversidade, da paisagem e das culturas locais. Definição de áreas fundamentais para preservação como brejos e incentivo à agricultura.
PEU 2009 (LC 104/2009)	Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim, Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes	Elementos semelhantes ao PEU de 2006 com parcelamento e ocupação do solo mais permissivos. Encerramento de prática de mineração. Meio ambiente de forma geral fica em risco com a possibilidade de adensamento em áreas frágeis.
Plano Diretor 2011	Cidade do Rio de Janeiro	PEU além de determinador de padrões de uso do solo. Inserção da necessidade de diretrizes para desenvolvimento local.
PEU 2015 (PL 140/2015)	Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim, Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes	Uso e ocupação do solo menos permissivo que PEU de 2009, mas com foco em ganhos de mercado a partir da venda de CEPACS. Nenhuma diretriz cultural, menção a atividade agrícola ou preservação de espaços característicos da região.

Fonte: Elaboração do Autor.

É possível observar que, aos poucos, o modelo de desenvolvimento proposto para região por meio das legislações é voltado para o ganho de capital imobiliário, em detrimento da supressão de áreas verdes, alagadiças e de grande importância ambiental. O modelo também desprivilegia a cultura local, na medida em que propõe infraestruturas descompassadas com o modelo atual e que certamente influenciará na mudança de padrões de relacionamento e de interação sociocultural e ambiental.

Por outro lado, a reação da população local a esse processo, particularmente, a elaboração do Plano Popular das Vargens, bem como o que os moradores desejam para o bairro/região, demonstram que a incorporação da cultura local na elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento para a região é uma demanda não apenas dessa dissertação, mas da população local.

O Plano Popular das Vargens apresentou-se como resposta a iniciativa da Articulação do Plano Popular das Vargens para compreender o processo em que os locais estavam enfrentando com o PEU das Vargens e propor novas visões de desenvolvimento para o futuro do bairro. Esse processo está em sintonia com o conceito de desenvolvimento cultural defendido pelo autor, que busca fortalecer os valores e os entendimentos da população em busca de um futuro desejado pelo coletivo. A partir dessa visão, o resultado obtido pela população, através do plano, são objetivos que transpassam por diversos conceitos de desenvolvimento, vistos nos quatro princípios fundamentais do plano e nos seus seis eixos temáticos. O desenvolvimento comunitário pode ser visto no exemplo da construção dos Planos Locais de cada favela, o desenvolvimento humano e social, por meio do fortalecimento das comunidades cívicas e movimentos locais e da definição do grupo pelo tipo de vida que valoriza e o desenvolvimento sustentável, a partir da compreensão da busca pelo crescimento econômico dos empreendedores locais, da preservação ambiental, da promoção do bem-estar social e do fortalecimento da cultura local.

Por fim, a pesquisa realizada junto aos moradores possibilitou uma visão complementar a apresentada pelo PPV. Mais especificamente na seção três da pesquisa, que trouxe resultados quanto a cultura e o desenvolvimento do bairro, foi possível observar que os conceitos de desenvolvimento urbano, sustentável e cultural são relevantes à população e almejados para serem os modelos para o desenvolvimento de seu bairro. Desenvolvimento ambiental, social e humano também são lembrados em menor recorrência, mas, em suma, o mais relevante é a importância da preservação da identidade do bairro identificada pela maioria do grupo entrevistado.

Tabela 6 - Conceito de desenvolvimento que orienta o trabalho e as propostas de desenvolvimento do PEU, do PPV e da pesquisa.

Conceitos de Desenvolvimento que orientam o Trabalho	Proposta de Desenvolvimento PEU das Vargens	Proposta de Desenvolvimento (explícitas ou implícitas) no Plano Popular	Propostas de Desenvolvimento (explícitas ou implícitas) na Pesquisa
Desenvolvimento cultural – Ampliação da reflexão local sobre seus modos de vida e definição sobre o futuro que desejam para si.	Transição de um modelo de desenvolvimento sustentável, com proteção do ambiente cultural e ambiental e ganhos sociais para um foco maior no desenvolvimento econômico, com ganhos principais para o mercado imobiliário.	Modelo de desenvolvimento é produto da reflexão da população local sobre o que deseja para o futuro da região, enfatizando aspectos relevantes sobre moradia, agroecologia, preservação ambiental, mobilidade e tradições.	Propostas de desenvolvimento apresentadas em seus mais diversos conceitos, como foco no desenvolvimento urbano, sustentável e cultural, visto as respostas apresentadas no Gráfico 15 - Modelo de desenvolvimento desejado para Vargem Grande. Fonte: Pesquisa elaborada pelo Autor, 2017

Fonte: Elaboração do Autor.

Assim, este trabalho possibilitou demonstrar que, ao longo do tempo, o modelo de desenvolvimento explícito ou implicitamente proposto pelos planos ‘oficiais’ para o bairro de Vargem Grande distanciam-se dos modelos de desenvolvimento almejados pela população local, em especial na perda de foco sobre a preservação da cultura local. O desenvolvimento cultural em nada é lembrado nas últimas propostas do PEU das Vargens, e pior que sua não preservação, é o potencial risco que essa cultura sofre face aos projetos propostos.

O que é possível observar é que na medida em que a cidade do Rio de Janeiro torna-se mais competitiva no mercado global, a partir das políticas de exposição (em especial) através dos grandes eventos realizados na última década, o mercado imobiliário ganha ainda mais força e passa a ditar os limites e os parâmetros para desenvolvimento de espaços de ‘interesse do mercado’, excluindo do processo de elaboração de políticas públicas atores relevantes e por conseguinte seus valores e modos de vida.

É possível ratificar a existência de uma cultura local no bairro de Vargem Grande. Uma cultura voltada às práticas rurais, de um ambiente pacato, tranquilo, onde

a natureza está intimamente ligada ao dia a dia dos moradores e a agricultura e a tradicionalidade do quilombo fazem parte do passado e da realidade local.

Sobre as características naturais do bairro, pode-se resumir que se trata de uma região ambientalmente frágil, com uma grande biodiversidade composta por espécies variadas da fauna e flora (MONTEZUMA e OLIVEIRA, 2010).

Desta forma, a cultura e as características contidas nessa região fazem com que o processo de elaboração de política pública que busca o desenvolvimento pleno da região seja algo tão particular. A partir de um pensamento verdadeiramente democrático, é de se ressaltar que o desenvolvimento proposto não vise apenas desenvolver o urbano, mas que também permita as práticas rurais e tradicionais do bairro também se desenvolvam. Do ponto de vista da política pública que deve beneficiar a todo um conjunto, é fundamental que este elemento democrático esteja presente.

Tomando a agricultura do bairro como exemplo,

se nos ativermos à ideia de resquícios da agricultura, retendo na mente apenas a imagem do urbano, deixamos de perceber o processo de fortalecimento de experiências e práticas agroecológicas que são reinventadas e ganham espaço na região a partir do protagonismo dos agricultores e das várias redes que constroem e às quais recorrem. (...) as experiências de agricultura na cidade do Rio de Janeiro acompanham o fenômeno da invisibilidade que atinge todo o campesinato brasileiro. Tal condição de ausência de reconhecimento da existência de modos de vida camponeses foi construída por discursos que, embasados nos dados de que mais da metade da população mundial vive em espaços urbanos desde 2007, alardeiam que o século XXI marca o momento da implantação dos megaprojetos. Entretanto, as diversas experiências de fortalecimento da agricultura nos fazem perceber que há muito mais camponeses do que nós imaginamos ou queremos admitir, mesmo nas cidades e nos espaços mais urbanizados. (PRADO, MATTOS e FERNANDEZ, 2012)

A partir disso, torna-se necessário afirmar novos modelos de cidade que contemplem espaços de agricultura, de conservação e de produção de alimentos locais. Uma cidade, e conseqüentemente bairros, que promovam cultura diversa, novos e distintos padrões de deslocamento e espaços públicos que reforcem modelos de relações sociais e justiça ambiental.

Pode-se concluir a partir das análises empreendidas que é possível alcançar um desenvolvimento que resulte no aprimoramento e valorização da cultura local, ampliando os desejos e as capacidades da população de levar o tipo de vida que valorizam. Para isso, basta o poder público exercer seu papel de agente mediador das relações sociais e promover a construção de um plano de desenvolvimento que tome a

população local atual como atores principais na sua construção. Rolnik e Araújo contribuem para esta conclusão,

‘Do ponto de Vista disciplinar, isso implica, antes de mais nada, romper com a máquina do “*highest and best use*” - o uso mais lucrativo do solo urbano, correspondente à taxa máxima de retorno financeiro daquela localização como paradigma para a definição dos usos e formas de ocupação da cidade. Em vez disso, seguir na direção da universalização do direito à moradia e à cidade e de reapropriação do “*commons*” - ou espaços comuns, públicos - como centro da ação de planejar. Implica também, um movimento político no sentido inverso dos caminhos atuais despolitizados da governança urbana, na direção da cidadania, do dissenso e da criação.’ (ROLNIK, 2015)

“(...) é uma oportunidade de se testar a maturidade das instituições e instrumentos de planejamento urbano na cidade do Rio de Janeiro, bem como o grau de legitimação do processo de tomada de decisões a partir da efetiva participação e voz garantida à população, para que o resultado não seja mais um episódio de imposição de forças e vontades dominantes em detrimento do bem-estar social.” (ARAÚJO, 2016, P. 37)

7.1 RECOMENDAÇÕES PARA O FUTURO DO BAIRRO

Muitos são os estudos elaborados sobre os impactos das construções e da implementação das legislações propostas para a região das Vargens. Em sua maioria, os estudos são relacionados à temática da arquitetura, urbanismo e engenharia para dissertar sobre impactos sobre o ambiente construído e ao meio ambiente natural. Muitos também dissertam sobre a fauna e a flora local e do relevo com análises da biologia e da geografia. Este estudo, propôs uma abordagem diferente. Uma análise sobre o impacto na cultura local. Para tal análise, foram necessários um extenso estudo bibliográfico e uma breve, mas relevante pesquisa sobre o que é a cultura do bairro.

A expectativa então foi fornecer um material a mais, junto ao rol de outras reflexões a serem analisadas pelo poder público no momento da elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da região. Na medida em que não é adicionada a cultura como fator importante para o desenvolvimento local, é desconsiderado um conjunto de pesquisas e dados, em especial apresentado pelas Nações Unidas, que demonstram e reconhecem a cultura como um dos quatro pilares fundamentais para lograr o almejado desenvolvimento sustentável. São necessárias políticas que levem em consideração as especificidades locais, as análises técnicas e sociais e, sobretudo, a opinião popular. Afinal, o desenvolvimento só é completo quando benéfico a todos os atores, em especial os menos favorecidos.

O trabalho de recomendações e anseios para o bairro de Vargem Grande já foi extensamente detalhado pelo Plano Popular das Vargens, ora aqui apresentado e

apoiado pelo autor. Cabe aqui, revisitar as principais propostas contidas no plano dentre os seis eixos temáticos e ampliar o escopo com novas ideias.

Entende-se que tudo que interfere na forma que Vargem Grande vive hoje vai causar um impacto positivo ou negativo nas relações e dinâmicas do bairro. O aprofundamento dessas recomendações será desenvolvido em uma pesquisa superior, e além de um entendimento técnico sobre os impactos de cada ideia sobre o ambiente, é fundamental a participação popular para opinar, priorizar e construir coletivamente. Talvez seja de suma importância desenvolver uma metodologia que seja capaz de avaliar que níveis e quais elementos socioculturais, ambientais, econômicos e sustentáveis estão presentes nas propostas de desenvolvimento de diferentes bairros, ideia esta que o autor também almeja desenvolver em pesquisas futuras.

7.1.1. Revisitando as propostas e novas ideias para o bairro

No eixo de Morar e Plantar, é apresentada ideias para promoção de práticas agroecológicas junto as moradias, fortalecendo a relação do morador com a terra e a produção de seu próprio alimento. O estímulo através de atividades educativas, em especial nas escolas da região junto as crianças e adolescentes, comporiam um importante elemento para o fortalecimento desta prática. Outra ideia interessante é a construção de hortas comunitárias. Sugere-se a ampliação do projeto Hortas Cariocas⁴⁸, presente em 30 comunidades da cidade, gerando empregos, alimento saudável para escolas e creches e atividades de educação ambiental. O projeto determina a doação de metade da produção dos alimentos às escolas do bairro e às famílias com maior vulnerabilidade social, indicadas pela Associação dos Moradores. A outra parte pode ser comercializada e o lucro dividido entre os agricultores.



Figura 53 - Horta comunitária no Morro da Formiga, na Tijuca, bairro da zona norte do Rio de Janeiro, faz parte do Projeto Hortas Cariocas.

Fonte: Tomaz Silva/Agência Brasil

⁴⁸ <http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/hortas-cariocas> Acesso em 10 de Janeiro de 2018.

No eixo de Água, Qualidade Ambiental e Áreas de Preservação, o ponto mais estimulado foi a preservação dos rios, nascentes, áreas alagadiças e lençol freático para manutenção da vida silvestre e equilíbrio ambiental. Esta se daria através de criação de Unidade de Conservação, corredor ecológico, delimitação de área de amortecimento como o cinturão agroecológico (menos construção mais plantação) e controle efetivo da extração das águas subterrâneas. Propõe-se a criação de áreas abertas à visitação da população com aulas e circuitos de educação ambiental e promoção do turismo ecológico de base comunitária. O autor acredita que quanto mais os moradores e os visitantes entenderem a importância de cada ambiente, mais eles contribuirão coletivamente para sua preservação.

Sugere-se que as infraestruturas de mobilidade e lazer sejam adaptadas ao meio ambiente, com estruturas resilientes, ou seja, que recuperem sua função original após um evento climático extremo, como fortes chuvas que provocam alagamentos comuns a região.



Figura 54 - Áreas alagáveis com uso recreativo e educativo.

Fonte: Google Imagens

No eixo de Agroecologia, o plano prezou pelo fortalecimento dos produtores e dos espaços de comercialização. Além de poder ampliar as formas de financiamento à produção local e familiar, o Poder Público pode estimular a compra das produções para as escolas e obras sociais do bairro e a consolidação de um mercado local de orgânicos. É importante também garantir normas urbanísticas que respeitem e incentivem as áreas produtivas.

No eixo de Infraestrutura, Espaços e Equipamentos Públicos, o plano recaiu sobre a carência de infraestrutura de saneamento básico, em especial, água e esgoto. Foram destacadas também a necessidade de soluções alternativas para tratamento e reciclagem de lixo. Recomenda-se a criação de cooperativas populares para reciclagem

dos resíduos sólidos produzidos na região, em especial, o lixo eletrônico, como forma de geração de renda e diminuição do impacto do descarte irregular de resíduos observado no bairro pela pesquisa. Esta forma de geração de trabalho e renda e promotora de cidadania é pioneira no mundo, garantida através da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010. (ALENCAR, 2017, P.18)

Também são propostos a construção de escola técnica de turismo, gastronomia e agroecologia, posto de castração de animais, qualificação dos espaços públicos para eventos e criação de mais espaços de lazer. Uma interessante proposta em relação ao último ponto, seria o fortalecimento dos clubes como espaços de prática esportiva e encontros, podendo ser criado um programa social que forneça novos usos a estes espaços.



Figura 55 - Fotos do Pontal Country Clube, localizado em Vargem Grande.

Fonte: Google Imagens

Outras ações importantes do ponto de vista de infraestrutura urbana, são o estímulo de construções sustentáveis, com sistema de reuso e captação de água de chuva, produção de energia solar e eólica, realização de compostagem, dentre outras ações que podem ser estimuladas pelo poder público através de benefícios fiscais e atividades de conscientização. O plantio de árvores frutíferas e plantas medicinais pode ser estimulado por todo o bairro e seus espaços públicos.

A CASA SUSTENTÁVEL URBANA

SOLUÇÕES ECOEFICIENTES PENSADAS PARA UMA EDIFICAÇÃO NA CIDADE



RESIDÊNCIA PROJETADA PELO ARQUITETO RAFAEL LOSCHIAVO NA CIDADE DE SÃO PAULO

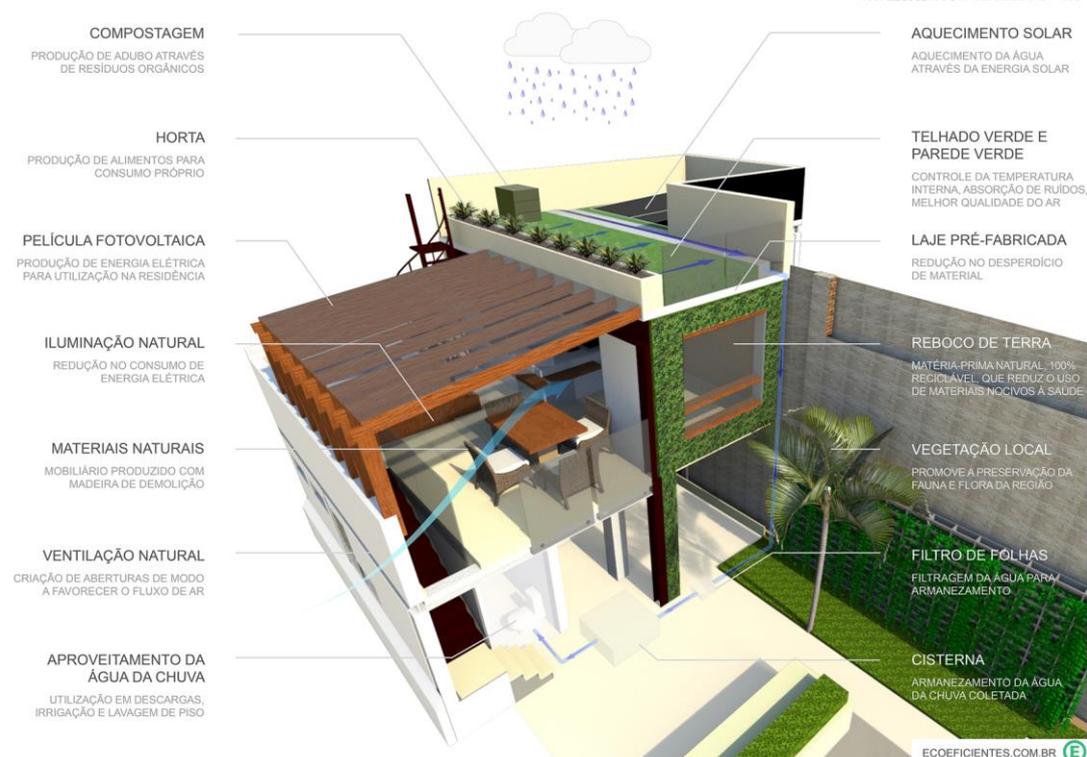


Figura 56 - Modelo de Casa Sustentável.

Fonte: Ecoeficientes.com.br, Acesso em 10 de jan. de 2018

No eixo de mobilidade urbana, o foco é na promoção dos transportes ativos, em busca da redução do uso de transporte individual motorizado, principalmente nos deslocamentos intrabairros. Como visto no trabalho apresentado, as distâncias dentro do bairro não transpassam 10 quilômetros de distância, caracterizando os deslocamentos de curto e médio que resultam em atividade de até 30 minutos, propícias a serem realizadas a pé ou de bicicleta. Para isso, são necessárias ações de segurança viária, melhoria da infraestrutura de calçadas e ciclovias e promoção do conforto urbano, em especial através da arborização de vias.



Figura 57 – Modelos *traffic calming* (estratégia de segurança viária) e Ciclovias Arborizadas.

Fonte: Google Imagens

O último eixo que trata sobre os Quilombos e Tradicionalidades reflete a luta pela memória e registro da história popular, e traz propostas para fortalecimento e defesa dos patrimônios culturais, através de capacitação para uma melhor produção agroecológica. Através das atividades educativas que o Quilombo Cafundá Astrogilda promove já é possível vislumbrar o fortalecimento desta cultura, mas cabe ao poder público estimular esta e outras ações, como o apoio as escolas no ensino da história e cultura afro-brasileira⁴⁹.

⁴⁹ A lei nº 10.639, sancionada em 2003, tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi desenvolvida para a área de Engenharia Urbana. Segundo Rossi e Filho (2013),

a definição adequada para engenharia urbana seria exatamente essa: é a área de engenharia que estuda o planejamento, a construção e a gestão territorial, por meio da formulação, da implementação e do gerenciamento de políticas urbanas, além da integração dos diversos sistemas urbanos. Para isso, utilizam-se métodos e técnicas específicos, para monitoramento e prospecção de dados, capazes de fornecer ao engenheiro uma visão ampla e sistêmica sobre os diversos fatores sociais, econômicos, políticos, ambientais e tecnológicos, para solução de problemas urbanos, tais como: *déficit* habitacional, problemas de infraestrutura, serviços ineficientes, poluição ambiental etc., buscando, dessa forma, um desenvolvimento sustentável. (...) A engenharia urbana promove a releitura de teorias e conceitos sob a ótica do engenheiro, de forma a aplicar conhecimento técnico para apoio à condução de processos participativos e à tomada de decisões. Não se trata, no entanto, de prevalecer a abordagem da engenharia, mas contribuir para agregá-la ao vasto conjunto do saber já sedimentado pelas demais áreas. Essa integração é de fundamental importância para possibilitar a implementação de soluções para os problemas urbanos, os quais não podem ser analisados isoladamente, mas sim compreendidos sistematicamente, num contexto urbano mais abrangente. (ROSSI E FILHO, 2013, P.11)

O trabalho aqui apresentado constitui um passo no processo de planejamento e desenvolvimento urbano sustentável. Ele identificou as características locais, definiu a cultura (e práticas sociais) como parte primordial para o desenvolvimento e estudou diferentes processos ao longo do tempo para compreender os conflitos, identificar os atores relevantes e desenhar próximos passos coletivamente.

Ele pode e deve ser instrumento para novos ensaios que busquem aprofundar ou redirecionar o debate sobre o desenvolvimento.

O que aqui cabe ser destacado, é que os anseios populares devem ser considerados no processo. Esta é uma contribuição do autor à área, com uma possível metodologia que pretende desenvolver em pesquisas futuras para que os campos da Engenharia Urbana e do Planejamento Urbano avancem, não apenas no âmbito econômico e urbanístico, mas também do ponto de vista social, ambiental e cultural.

Mais que isso, esse trabalho buscou uma linguagem acessível e dados regionalizados para constituir-se em um produto para a academia, mas também um retorno (e um possível instrumento) para a comunidade local sobre um dos caminhos que se pode avançar. Ele será apresentado em escolas e associações da região, bem

como compartilhado com os entrevistados para que todos tenham acesso ao conteúdo e a discussão permaneça transcendendo os muros da universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S. F. **O Distrito Federal e seus recursos naturais**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. 318f.

AGUIAR, Delfim. **O céu é para os anjos** - A história das 3 fazendas Camorim, Vargem Pequena e Grande. Editora MSSG. 152f. 2001.

AGUIAR, Delfim. **Lugar de Santo é no Altar**. JOMECC. 126f. 2001

ALENCAR, Tatiane dos Santos. Logística Reversa de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos no município do Rio de Janeiro: desafios e oportunidades. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Engenharia. 200f. 2017.

ARAÚJO, Juliana. **Um Novo Capítulo da “Marcha para o Oeste” no Município do Rio de Janeiro**: Análise da Regulação Urbanística e dos agentes envolvidos no processo de ocupação da região das “Vargens” na última década. UFRJ IPPUR. 221f. 2016.

BAPTISTA, S. R. N. **Práticas de comunicação na produção e consumo de plantas medicinais**: a relação entre informação científica e conhecimento tradicional. 2014. 223f. Dissertação (Mestrado em Ciências) Instituto em Comunicação e Informação Científica e Tecnologia em Saúde (ICICT), Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição

BRITO, Lavínia de C. **PROFITO - Desafios e Soluções de um Caso De Sucesso**. 2016. 102f. Monografia (Especialização em Gestão da inovação em medicamentos da biodiversidade) Pós-graduação em Gestão da Inovação em Medicamentos da Biodiversidade (Lato Sensu - EAD), Instituto de Tecnologia em Fármacos, Farmanguinhos, Fundação Oswaldo Cruz. 2016.

CARDEMAN, Rogério Goldfeld. **A transformação da paisagem em área de expansão urbana**: planejamento em Vargem Grande no Rio de Janeiro. 2014. 290f. (Doutorado em Arquitetura) Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.

CORRÊA, A. M. “O Sertão Carioca” In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Reimpressão departamento de Imprensa Oficial, Secretaria Municipal de Administração, volume 167, 478f. 1933.

COSTA, Lucio. **Plano-Piloto para a Urbanização da Baixada Compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá**. Estado da Guanabara: Editora Image, 16f. 1969.

ECKARDT, Wolf. **A Crise das Cidades: um lugar para viver. (Título original: A place to live: the crisis of the cities**. Publicado em 1967 por Delacorte Press, New York, EUA). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDEZ, A. C. F; BAPTISTA, S. R. N. Território-rede de agroecologia: ciência (s) e saberes locais na ambientação de lutas na zona oeste e região metropolitana do Rio de Janeiro. In: 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (AMPOCS) **GT-07. Anais** Conflitos ambientais, estudo e ideologia do desenvolvimento: mediação e luta por direitos, Caxambu, MG, 2014.

FURTADO, CELSO. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 1961.

GOMES, E. S.. Aspectos jurídicos e prováveis impactos ambientais do PEU das Vargens. *Arquitextos* (São Paulo), v. I, p. 116.2, 2010.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Disponível em < <http://www.rio.rj.gov.br/ipp> > Acesso em 23 de set. 2017.

MAGALHÃES, Alessandra Costa; **Etnobotânica, saberes locais e agricultura no contexto de uma floresta urbana: Maciço da Pedra Branca, RJ. Rio de Janeiro**, 2010. 93f. (Dissertação em Geografia) - Departamento de Geografia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). Turismo de Base Comunitária, Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras. Letra e Imagem. 2008. Disponível em < http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf >. Acesso em 08 de dezembro de 2017.

MONTEZUMA, R.C.M e OLIVEIRA, R.R. Os ecossistemas da Baixada de Jacarepaguá e o PEU das Vargens. In *Arquitextos*, v. 116.03, ano 10, 2010. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.116/3385>>. Acesso em 01 de dezembro de 2017.

NAME, L. Análise da ocupação proposta pelo PEU das Vargens tendo como foco densidades, infraestruturas e condições ambientais. In *Arquitextos*, v. 116.10, ano 10, 2010. Disponível em

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.116/3382>>. Acesso em 01 de dezembro de 2017.

NAME, L.; MONTEZUMA, R.C.M; GOMES, E.S. Legislação urbanística e produção de riscos: o caso do PEU das Vargens (Rio de Janeiro, Brasil). **Territorium**, 2011a, p. 201-218.

NEVES, Jose Eduardo Santos. **Aspectos Institucionais do Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro - PUB-RIO**. R. Dir. Proc. Geral, Rio de Janeiro, (34), 1979. Disponível em <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/995365/DLFE-50782.pdf/REVISTA3450.pdf>. Acesso em 08 de fev. de 2017.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2 p. 37-48, maio/ago. 2002

OLIVEIRA, Clara Machline Ribeiro de. **A Apropriação Da Natureza Enquanto Mercadoria: Um Olhar Sobre O Bairro De Vargem Grande (Rio De Janeiro, RJ)**, 2007. Disponível em http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2007/relatorios/GEO/geo_clara_machline.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

PFEIFFER, Cláudia Ribeiro. A participação social no contexto do desenvolvimento local/comunitário. Trabalho apresentado na Mesa-Redonda Planos e Planejamentos: impasses e limites da participação da XII Semana de Planejamento Urbano e Regional do IPPUR. Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura (FCC) da UFRJ, de 26 a 29 de setembro de 2006.

_____. **Desenvolvimentos no território a partir da colaboração público-privado: possibilidades**. In: NATAL, Jorge (org.) Território e Planejamento. Rio de Janeiro: Letra Capital; IPPUR, 2011a.

_____. Anotações da pesquisa: Desenvolvimento Humano, Comunitário, Social e Cultural: parâmetros para a elaboração de políticas públicas, do Laboratório Responsabilidade Social, Desenvolvimento Local e Políticas Públicas. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2011b.

_____. **Desenvolvimento e Cultura: Parâmetros para a reflexão dessa complexa relação**. In: BRASILEIRO, MDS., MEDINA, JCC., e CORIOLANO, LN. (org.) Turismo, Cultura e Desenvolvimento. Campina Grande: EDUEPB, 2012, 233p

_____. **Meus Conceitos de Desenvolvimento e de Cidade Criativa (Teoria em Aberto) [f/d]**. Disponível em <<https://claudiapfeiffer.wordpress.com/meus-conceitos-de-desenvolvimento-teoria-em-aberto/>>; Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

PRADO, B. A.; MATTOS, C.; FERNANDEZ, A. C. F. Agricultores do Maciço da Pedra Branca (RJ): em busca de reconhecimento de seus espaços de vida. *Agriculturas*

v.9 - n. 2. setembro de 2012. Disponível em <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2012/10/artigo-1.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

REDONDO, Andréa Albuquerque Garcia. PEU Vargens, ainda há tempo? Minha Cidade, São Paulo, n. 10.112.04, **Vitruvius**, nov. 2009. Disponível em <www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.112/1825>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

_____. Andréa Albuquerque Garcia. PEU Vargens, ainda uma incógnita. Minha Cidade, São Paulo, n. 10.112.05, **Vitruvius**, nov. 2009. Disponível em <www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.112/4892>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 3046 de 27 de abril de 1981 (Consolida as Instruções Normativas e os demais atos complementares baixados para disciplinar a ocupação do solo na área da Zona Especial 5 (ZE-5), definida e delimitada pelo Decreto nº 322, de 03.03.76).

_____. Lei Complementar n. 16, de 4 de junho de 1992 (Dispõe sobre a política urbana do município, institui o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências). Disponível em <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/573ad0b372ea8c96032564ff00629eae/758414dfee085d47032577220075c7e4?OpenDocument>>. Acesso em 10 de julho de 2016.

_____. Estudo de Impacto Ambiental para o Projeto de Recuperação Ambiental da Macrobacia de Jacarepaguá – Volume 4 – Diagnóstico do Meio Socioambiental. Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.

_____. Decreto n. 28.801, de 5 de dezembro de 2007 (Cria o macrozoneamento da Cidade do Rio de Janeiro, para orientar as ações de planejamento urbano e de controle do uso do solo do Município).

_____. Lei Complementar n. 79 de 30 de maio de 2006 (Institui o Projeto de Estruturação Urbana – PEU dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá, nas XXIV e XVI Regiões Administrativas, integrantes das Unidades Espaciais de Planejamento números 46, 47, 40 e 45 e dá outras providências.).

_____. Lei Complementar n. 104, de 27 de novembro de 2009 (Institui o Projeto de Estruturação Urbana – PEU dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá, nas XXIV e XVI Regiões administrativas, integrantes das Unidades Espaciais de Planejamento números 46, 47, 40 e 45 e dá outras providências).

_____. Lei Complementar n. 111, de 1º de fevereiro de 2011 (Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências).

_____. Lei Complementar n. 140, de 09 de dezembro de 2015 (Institui a operação urbana consorciada da região das vargens e o plano de estruturação urbana de vargens, define normas de aplicação de instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo e dá outras providências).

_____. Lei Complementar n. 160 de 15 de dezembro de 2015 (Permite a regularização de parcelamento do solo que contenham edificações unifamiliares e bifamiliares existentes e a posterior e imediata legalização da própria construção, situada nos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena e Itanhangá, na XXIV R.A, nas condições que menciona, e dá outras providências).

ROCHA, João Pedro Maciente. **A contribuição da Extensão Universitária para as Políticas Públicas de Geração de Trabalho e Renda**. 2014. 61f. (Monografia em Gestão Pública), Instituto de Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.

_____. As Diferentes Formas de Participação Popular na Construção do Plano De Mobilidade Urbana Sustentável do Rio De Janeiro. Ed. UPF, 2015. **Anais Eletrônicos**. Disponível em <<http://editora.upf.br/images/ebook/enurb2.pdf>>. Acesso em 08 de dezembro de 2017.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**. Ed. Boitempo. 2015. 424f.

ROSSI, A. M. G.; FILHO, A. C. P. **Engenharia Urbana**. 2013 urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 5, n. 2, p. 11-12, jul./dez. 2013

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 416, 2000.

SILVA, Tatiana F. Dias da. **Baixada de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Plano Piloto: O Projeto Lúcio Costa e suas alterações urbanísticas ao longo quase 45 anos**. 2013. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c7f746b7939ba6db>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

VIANNA, Hélio. **Baixada de Jacarepaguá: Sertão e “Zona Sul”**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes: Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 1992.

**ANEXO I – TABELA DESCRITIVA DE DADOS UTILIZADOS
PARA ANÁLISE DE CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO E
VARGEM GRANDE**

Basico_UF.xls	Situação setor	Código de situação do setor - Situação urbana - códigos: 1, 2 e 3 - 1 - Área urbanizada de cidade ou vila - 2 - Área não-urbanizada de cidade ou vila - 3 - Área urbana isolada - Situação rural - códigos: 4, 5, 6, 7 e 8. - 4 - Aglomerado rural de extensão urbana - 5 - Aglomerado rural isolado - povoado - 6 - Aglomerado rural isolado - núcleo - 7 - Aglomerado rural isolado - outros aglomerados - 8 - Zona rural, exclusive aglomerado rural
	V001	Domicílios particulares permanentes ou pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes
	V005	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com e sem rendimento)
	V009	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (com e sem rendimento)
Pessoa01_UF.xls	V001	Pessoas alfabetizadas com cinco ou mais anos de idade
Pessoa03_UF.xls	V001	Pessoas Residentes
	V002	Pessoas Residentes e cor ou raça - branca
	V003	Pessoas Residentes e cor ou raça - preta
	V004	Pessoas Residentes e cor ou raça - amarela
	V005	Pessoas Residentes e cor ou raça - parda
	V006	Pessoas Residentes e cor ou raça - indígena
Domicilio01_UF.xls	V002	Domicílios particulares permanentes
	V003	Domicílios particulares permanentes do tipo casa
	V004	Domicílios particulares permanentes do tipo casa de vila ou em condomínio
	V005	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento
	V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral

V013	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de poço ou nascente na propriedade
V014	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da chuva armazenada em cisterna
V015	Domicílios particulares permanentes com outra forma de abastecimento de água
V016	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário
V017	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial
V018	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa séptica
V019	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar
V020	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via vala
V021	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rio, lago ou mar
V022	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via outro escoadouro
V023	Domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitário
V035	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado
V036	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado por serviço de limpeza
V037	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado em caçamba de serviço de limpeza
V038	Domicílios particulares permanentes com lixo queimado na propriedade
V039	Domicílios particulares permanentes com lixo enterrado na propriedade
V040	Domicílios particulares permanentes com lixo jogado em terreno baldio ou logradouro

	V041	Domicílios particulares permanentes com lixo jogado em rio, lago ou mar
	V042	Domicílios particulares permanentes com outro destino do lixo
	V043	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica
	V044	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica de companhia distribuidora
	V045	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica de outras fontes
	V046	Domicílios particulares permanentes sem energia elétrica
Entorno01_UF.xls	V001	Domicílios particulares permanentes
	V003	Domicílios particulares permanentes próprios – Não existe identificação do logradouro
	V005	Domicílios particulares permanentes alugados – Não existe identificação do logradouro
	V007	Domicílios particulares permanentes cedidos – Não existe identificação do logradouro
	V008	Domicílios particulares permanentes próprios – Existe iluminação pública
	V010	Domicílios particulares permanentes alugados – Existe iluminação pública
	V012	Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe iluminação pública
	V014	Domicílios particulares permanentes próprios – Existe pavimentação
	V016	Domicílios particulares permanentes alugados – Existe pavimentação
	V018	Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe pavimentação
	V020	Domicílios particulares permanentes próprios – Existe calçada
	V022	Domicílios particulares permanentes alugados – Existe calçada
	V024	Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe calçada
	V026	Domicílios particulares permanentes próprios – Existe meio-fio/guia
	V028	Domicílios particulares permanentes alugados – Existe meio-fio/guia
	V030	Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe meio-fio/guia
	V032	Domicílios particulares permanentes próprios – Existe bueiro/ boca de lobo
	V034	Domicílios particulares permanentes alugados – Existe bueiro/ boca de lobo
	V036	Domicílios particulares permanentes cedidos

		– Existe bueiro/boca de lobo
	V038	Domicílios particulares permanentes próprios – Existe rampa para cadeirante
	V040	Domicílios particulares permanentes alugados – Existe rampa para cadeirante
	V042	Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe rampa para cadeirante
	V044	Domicílios particulares permanentes próprios – Existe arborização
	V046	Domicílios particulares permanentes alugados – Existe arborização
	V048	Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe arborização
	V050	Domicílios particulares permanentes próprios – Existe esgoto a céu aberto
	V052	Domicílios particulares permanentes alugados – Existe esgoto a céu aberto
	V054	Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe esgoto a céu aberto
	V056	Domicílios particulares permanentes próprios – Existe lixo acumulado nos logradouros
	V058	Domicílios particulares permanentes alugados – Existe lixo acumulado nos logradouros
	V060	Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe lixo acumulado nos logradouros

Fonte: IBGE, MICRODADOS, CENSO 2010.